

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Administração Pública

Quetsia Dantas Magalhães Ribeiro

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO MINEIRO COMO FATOR DE INOVAÇÃO
SOCIAL NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMUNITÁRIA**

Teófilo Otoni

2022

Quetsia Dantas Magalhães Ribeiro

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO MINEIRO COMO FATOR DE INOVAÇÃO
SOCIAL NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMUNITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado Profissional em Administração Pública, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Naldeir dos Santos Vieira

Coorientador: Prof. Dr. Agnaldo Keiti Higuchi

Teófilo Otoni

2022

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

R484 2023	<p>Dantas Magalhães Ribeiro, Quetsia O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO MINEIRO COMO FATOR DE INOVAÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMUNITÁRIA. [manuscrito] / Quetsia Dantas Magalhães Ribeiro. -- Teófilo Otoni, 2023. 144 p.</p> <p>Orientador: Prof. Naldeir dos Santos Vieira. Coorientador: Prof. Agnaldo Keiti Higuchi.</p> <p>Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Teófilo Otoni, 2022.</p> <p>1. Inovação Social. 2. Cooperativismo de Crédito. 3. Educação Financeira. 4. Teoria Institucional. 5. Cooperativismo de crédito mineiro. I. dos Santos Vieira, Naldeir. II. Keiti Higuchi, Agnaldo. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. IV. Título.</p>
--------------	---

O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO MINEIRO COMO UM FATOR DE INOVAÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMUNITÁRIA

Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, nível de MESTRADO como
parte dos requisitos para obtenção do
título de MESTRA EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Orientador (a): Prof. Dr. Naldeir Dos
Santos Vieira

Co-orientador: Prof. Dr. Agnaldo Keiti
Higuchi

Data da aprovação : 19/12/2022

Prof.Dr. NALDEIR DOS SANTOS VIEIRA - UFVJM



Documento assinado digitalmente

NALDEIR DOS SANTOS VIEIRA

Data: 09/03/2023 09:36:36-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.Dr. AGNALDO KEITI HIGUCHI - UFVJM



Documento assinado digitalmente

AGNALDO KEITI HIGUCHI

Data: 02/03/2023 11:59:15-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.Dr. MARCIO COUTINHO DE SOUZA - UFVJM



Documento assinado digitalmente

MARCIO COUTINHO DE SOUZA

Data: 09/03/2023 14:12:15-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.Dr. DANIEL PAULINO TEIXEIRA LOPES - CEFET-MG



Documento assinado digitalmente

DANIEL PAULINO TEIXEIRA LOPES

Data: 13/03/2023 11:07:13-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Aos meus alunos.

AGRADECIMENTOS

Dizem que o mestrado é um caminho solitário, mas a chegada até aqui só foi possível com o apoio de muitas mãos. Primeiramente, quero agradecer a Deus por ter me capacitado durante todo esse tempo. Deus me deu força, luz, perseverança, me mostrou o caminho.

Aos meus pais, não sei se tenho palavras suficientes para expressar a minha gratidão. Mãe, obrigada pelo amor imenso que me sustentou até aqui. Pai, obrigada pelo incentivo, torcida e por ser meu maior e melhor apoiador. Amo vocês!

Ao Gabriel pelo companheirismo, paciência e força que sempre me deu nesse processo. Sua compreensão fez tudo ser melhor. Obrigada!

Aos meus familiares, especialmente à Dinha e ao Thayuri por compreenderem a minha ausência em muitos momentos. À minha amiga Isis por ter colaborado comigo em tantos momentos na realização deste estudo.

Ao professor Dr. Naldeir por ser o melhor orientador que eu poderia ter. Exemplo de pesquisador e inspiração como professor. Nunca esquecerei o dia em que me disse para tentar o mestrado, pois “você tem um perfil acadêmico”. Com certeza essa foi a frase de maior impacto diante das minhas incertezas. Ao meu coorientador Dr. Agnaldo, pelas palavras gentis, incentivo e disponibilidade de sempre. Sem os senhores, este trabalho não seria o mesmo.

Aos demais professores do PPGAP da UFVJM, muito obrigada! Agradeço também à instituição UFVJM. Com certeza carrego um pouco de cada professor no exercício da minha docência. Deixo registrado aqui, todo o meu respeito e admiração.

Aos meus coordenadores Gustavo A. de Castro Pires e Carolina Lins de Castro Pires, pela torcida que sempre demonstraram ter. Ao Gustavo, agradeço especialmente por sua generosidade ao colaborar com esse trabalho. Agradeço aos meus colegas de trabalho da FENORD pelo incentivo e compreensão. À Sandra por colaborar para que esse caminho junto com o trabalho pudesse ser mais leve.

Agradeço imensamente ao Presidente Francisco e diretor Marcos do SICOOB CREDIVALE de Teófilo Otoni/MG. O apoio e o empenho dos senhores neste trabalho foram essenciais para alcançar resultados. Às cooperativas de crédito mineiras, agradeço pela disponibilidade em me ouvir e às respondentes agradeço imensamente pelo retorno e colaboração direta com esta pesquisa.

Por fim, não menos importante, a mola propulsora de tudo isso: meus alunos! Agradeço a vocês por despertarem em mim a vontade de ser professora. A docência me

encontrou antes da técnica e hoje me sinto preparada para exercê-la com maestria. Obrigada!

RESUMO

O analfabetismo financeiro promove problemas de ordem social e coletivos em um país, pois o desconhecimento sobre essa temática gera perdas tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. A questão sobre a ausência de educação financeira é um problema no Brasil e medidas propostas pelo legislativo buscam tratar educação financeira como uma política pública. Porém, as políticas de Estado não são suficientes para solucionar todos os problemas de ordem social existentes em seu território. Assim, é preciso que o Estado atue de forma integrada com organizações não estatais com o fim de fortalecer a comunidade e então construir uma sociedade mais equitativa, com mitigação e até solução de problemas sociais. Para tanto, as medidas socialmente inovadoras desenvolvidas por organizações da sociedade civil tornam-se novos horizontes para contribuir com o debate. Dentre as organizações da sociedade civil, as cooperativas, especialmente as do ramo de crédito, podem contribuir com esse trabalho integrado. Tais cooperativas possuem potencial para realizar, criar e disponibilizar iniciativas inovadoras que possibilitem a melhoria da qualidade de vida de seus cooperados e dos demais membros de suas comunidades, ações estas que podem ser consideradas como inovações sociais. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar se as ações das cooperativas de crédito registradas na Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG) podem ser consideradas como fator de inovação social no combate à ausência de educação financeira nas comunidades onde estão inseridas. Adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica para construir o referencial teórico a respeito do tema, mas a pesquisa tem natureza quantitativa com a aplicação de questionários a dirigentes das cooperativas do campo estudado e a análise de dados realizada por meio das tabelas de frequência. Para complementar a análise, foi utilizada uma etapa qualitativa, por meio de análise de informações disponíveis nos sites das cooperativas respondentes e de instituições representativas do cooperativismo de crédito mineiro. Como principais resultados, foi considerado que as cooperativas de crédito são relevantes para a educação financeira nas comunidades as quais estão inseridas e geram mudanças nesses ambientes, o que permite identificar características da inovação social nos trabalhos desenvolvidos por elas. Além disso, as características da inovação social foram identificadas nesses projetos e/ou ações, como o empoderamento dos beneficiários, aumento do bem-estar social e maior participação destes junto às suas cooperativas. Apesar de algumas destas práticas terem sido desenvolvidas por influência de forças isomórficas, também foram identificadas iniciativas individuais relevantes e originárias do contexto local.

Palavras chave: Analfabetismo financeiro. Cooperativa de crédito. Educação financeira. Inovação Social.

ABSTRACT

Financial illiteracy promotes social and collective problems in a country, as lack of knowledge about this issue generates losses both for the individual and for society. The question about the lack of financial education is a problem in Brazil and measures proposed by the legislature seek to treat financial education as a public policy. However, State policies are not enough to solve all the social problems existing in its territory. Thus, it is necessary for the State to act in an integrated manner with non-State organizations in order to strengthen the community and then build a more equitable society, mitigating and even solving social problems. To this end, socially innovative measures developed by civil society organizations become new horizons to contribute to the debate. Among civil society organizations, cooperatives, especially those in the credit sector, can contribute to this integrated work. Such cooperatives have the potential to carry out, create and make available innovative initiatives that make it possible to improve the quality of life of their members and other members of their communities, actions that can be considered as social innovations. Thus, the objective of this research is to analyze whether the actions of credit unions registered with the Organization of Cooperatives of the State of Minas Gerais (OCEMG) can be considered as a factor of social innovation in combating the lack of financial education in the communities where they operate. A bibliographical review was adopted as a methodology to build the theoretical framework on the subject, but the research has a quantitative nature with the application of questionnaires to directors of cooperatives in the field studied and data analysis performed through frequency tables. To complement the analysis, a qualitative step was used, through the analysis of information available on the websites of the responding cooperatives and representative institutions of Minas Gerais credit cooperatives. As main results, it was considered that credit unions are relevant for financial education in the communities in which they are inserted and generate changes in these environments, which allows identifying characteristics of social innovation in the work developed by them. In addition, the characteristics of social innovation were identified in these projects and/or actions, such as the empowerment of beneficiaries, increased social wellbeing and greater participation by them in their cooperatives. Although some of these practices were developed under the influence of isomorphic forces, relevant individual initiatives originating from the local context were also identified.

Keywords: Financial illiteracy. Credit cooperative. Financial education. Social Innovation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ASCOOB	Associação de Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
BC	Banco Central
CECO	Conselho Especializado de Crédito da OCB
CCB	Código Civil Brasileiro
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CONFESOL	Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária
CREDITAG	Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
EAD	Educação à Distância
ECOSOL	Empreendimentos Econômicos Solidários
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCE	Organizações Estaduais de Cooperativas
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FNCC	Federação Nacional das Cooperativas de Crédito
OCEMG	Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
SERASA	Serviço de Assessoria S.A
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha
UNICRED	Instituição Financeira Cooperativa da Confederação Nacional de Cooperativas Médicas

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Ideias do Cooperativismo a partir do Socialismo Utópico.....	32
Quadro 2	Evolução dos Princípios no Tempo	39
Quadro 3	Diferenças das Principais Características das Primeiras Cooperativas de Crédito	50
Quadro 4	Conceitos do Cooperativismo de Crédito	52
Quadro 5	Diferenças entre Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito	53
Quadro 6	Conceitos de Inovação Social	64
Quadro 7	Modelo do processo de inovação social	66
Quadro 8	Barreiras e fatores de incentivo à inovação social	70
Quadro 9	O que são as Instituições?	76
Quadro 10	Sugestões de avaliação e mensuração da inovação social (IS)	84
Tabela 1	Ano de fundação da Cooperativa e Regiões	92
Tabela 2	Centrais Cooperativas às quais pertencem às Cooperativas de Crédito Mineiras	93
Tabela 3	Número de cooperados	94
Tabela 4	Número de funcionários na cooperativa	94
Tabela 5	Agências filiadas da cooperativas	95
Tabela 6	Cargos ocupados pelo respondente	95
Tabela 7	Tempo de cargo do respondente	95
Tabela 8	Existência de alguma norma específica incentivadora da idealização de projetos ou ações sociais voltadas para a comunidade	97
Tabela 9	Frequência com a qual as cooperativas desenvolvem projetos e/ou ações	97
Tabela 10	Pessoa ou setor que idealiza os projetos e/ou ações nas cooperativas.....	98
Tabela 11	Caracterização dos projetos e/ou ações sobre educação financeira.....	102
Tabela 12	Número de projetos realizados nos últimos cinco anos	103
Tabela 13	Melhorias identificadas com a realização de projetos e/ou ações sobre educação financeira	104

Tabela 14	Duração dos projetos e/ou ações sobre educação financeira	104
Tabela 15	Projetos e/ou ações realizados pelas cooperativas respondentes	106
Tabela 16	Características da inovação social e influência dos processos isomórficos	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 PROBLEMA DE PESQUISA	25
2 OBJETIVOS	27
2.1 Geral	27
2.2 Específicos	27
3 JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO TEMA	29
3.1 Pessoal	29
3.2 Social	29
3.3 Científica	31
4 REFERENCIAL TEÓRICO	33
4.1 Cooperativismo: conceito e contexto histórico no mundo	33
4.2 Cooperativismo: contexto histórico no Brasil	38
4.3 Princípios Cooperativistas	41
4.3.1 Princípio da Adesão Livre	42
4.3.2 Princípio da Gestão democrática	43
4.3.3 Princípio da Participação Econômica dos Sócios	44
4.3.4 Princípio da Autonomia e Independência	44
4.3.5 Princípio da Educação, Formação e Informação	45
4.3.6 Princípio da Intercooperação	45
4.3.7 Princípio da Preocupação com a Comunidade	46
4.4 Os Ramos do Cooperativismo	48
4.5 O Cooperativismo de Crédito	50
4.5.1 História do Cooperativismo de Crédito	50
4.6 Conceito, objetivo, características básicas e tipos de Cooperativas de Crédito	53
4.6.1 Das organizações representativas e federações e as estruturas das cooperativas	58
5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	61
6 INOVAÇÃO SOCIAL	65
6.1 Facilidades e Barreiras à Inovação Social	71
7 TEORIA INSTITUCIONAL	75
8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	85
9 ANÁLISE DE DADOS	93

9.1 Caracterização das Cooperativas de Crédito respondentes do questionário	94
9.2 A existência de projetos e/ou ações voltados para a promoção de educação financeira comunitária	98
9.3 Análise do grupo de cooperativas que desenvolvem projetos e/ou ações voltadas para a educação financeira comunitária	103
9.4 Percepções das cooperativas respondentes sobre a existência de projetos e/ou ações voltadas para o tema de educação financeira	104
9.5 Percepções das cooperativas sobre a frequência na realização de projetos e/ou ações sobre educação financeira e possíveis melhorias percebidas por elas	105
9.6 Projetos desenvolvidos por algumas cooperativas da amostra	107
9.6.1 Projeto Financinhas	108
9.6.2 Projeto “Comitiva Ensino”	109
9.6.3 Movimento CoopEducação	110
9.6.4 Curso de Formação em Educação Cooperativa, Financeira e Empreendedora (COOFEM)	111
9.6.5 Projeto CredicarpaEduc	111
9.6.6 Programa Jovem Transformador e Workshop Circuito das Finanças	112
9.6.7 Outras Considerações	112
9.6.8 Percepções dos projetos e/ou ações como medidas socialmente inovadoras	113
9.7 Caracterização das ações socialmente inovadoras voltadas para a educação financeira e reflexo dos processos isomórficos	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICE.....	139

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo as cooperativas de crédito do Estado de Minas Gerais por atuarem em um campo fértil para a promoção de inovações sociais voltadas para a promoção da educação financeira nas comunidades onde estão inseridas. No entanto, é possível que algumas forças isomórficas dificultem o surgimento de ações socialmente inovadoras neste campo. Em decorrência destes apontamentos, o objeto deste estudo será analisado à luz das teorias sobre a inovação social e do isomorfismo institucional.

O movimento cooperativista surgiu no contexto da transição entre a Primeira e Segunda Revolução Industrial, em meados do século XIX. Isso porque, na perspectiva mundial, o fenômeno da globalização econômica desencadeou as crises de ordem política, administrativa, social e financeira do Estado, que apresentou notória preocupação em adaptar-se à modernidade (CARVALHO FILHO, 2018).

De acordo com Ferrarezi (2015), a mudança do modo de produzir e o avanço tecnológico com conseqüente concentração de domínio desse modo de produção na classe burguesa teve impacto na transformação da forma de organização e padrão de desenvolvimento estatal que gerou o “progressivo enfraquecimento da capacidade de regulação dos Estados nacionais sobre os diversos aspectos que dizem respeito às relações com a sociedade” (FERRAREZI, 2015, p. 1).

A partir disso, a legitimidade do Estado assistencialista passa a ser questionada em detrimento do Estado desenvolvimentista e, dentre outras, foram apresentadas reformas com o cunho de adequar o Estado às novas exigências, como a redução dos gastos do Estado com programas sociais (PIMENTA; BRASIL, 2006). Tal cenário foi favorável ao destaque cada vez maior de organizações não estatais que buscavam suprir necessidades coletivas.

Dentre os vários atores sociais que compõem o fenômeno acima delineado, especificamente, têm-se as cooperativas, que “se tornaram instrumentos para que a população que estava à margem do mercado de trabalho pudesse atingir seus objetivos, por meio da atividade produtiva de forma coletiva” (CANÇADO; VIEIRA, 2013, p. 24).

O surgimento e a expansão das cooperativas deram origem ao cooperativismo, considerado como um termo amplo que compreende a dinâmica cooperativista, o conjunto de cooperativas existentes e a doutrina cooperativista, além de ser tido como um relevante instrumento de desenvolvimento e como estratégia de fortalecimento da economia local (SCHNEIDER, 2012; PORTO, 2020).

No Brasil, o cooperativismo é previsto na Constituição Federal de 1988 sendo regulamentado pela Lei Federal nº. 5.764/71. Na lei cooperativista, há a previsão de que as cooperativas devem se preocupar com as comunidades que estão inseridas e se voltarem para a promoção do bem-estar social dos membros destas comunidades. As cooperativas precisam expressar como valor a preocupação com a comunidade que permite a promoção de projetos contínuos a fim de proporcionar eficácia ao seu viés principiológico¹.

Neste âmbito, dentre os diferentes ramos do cooperativismo brasileiro, cabe destacar a relevância do ramo das cooperativas de crédito que têm como principal objetivo propiciar crédito e prestar serviços de modo mais simples e vantajoso para os seus associados (BEGNIS *et al.*, 2014).

Em 2022, o Sindicato e Organização de Cooperativas do Brasil (OCB) divulgou que em 2021 o ramo das cooperativas de crédito reúne 763 cooperativas com registro ativo na OCB, 13.956.975 cooperados e emprega 89.381 pessoas. Especialmente em Minas Gerais, a OCE-MG, em 2022, divulgou que no ano de 2021 foram contabilizadas 189 cooperativas de crédito que somam 1,9 milhões de cooperados e empregam quase 14.500 pessoas. No Brasil, a Lei complementar nº 130/2009 regulamenta especialmente sobre as cooperativas de crédito.

Além da dificuldade para acesso ao crédito, outro problema social emblemático da realidade brasileira é a ausência de educação financeira da população que tem gerado muitos debates frente à maior desregulamentação dos mercados financeiros, menor provisão de serviços ditos como essenciais pelo Estado e, até mesmo, a denominada “revolução do consumismo” que Baumann (2008 *apud* SOARES, 2017) define como a “passagem do consumo para o consumismo”.

Esse último fator de debate desdobra em endividamento da população e se concretiza em pressões sobre a relação das pessoas com o dinheiro. A partir disso, a educação financeira tem sido objeto de pesquisa de muitos pesquisadores (CUNHA, 2020; SOARES, 2017), inclusive deste trabalho.

Assim, ao considerar um problema social como a ausência de educação financeira e a necessidade de participação de atores sociais que atuem em consonância com o Estado para mitigá-los, esta pesquisa se voltou para o estudo das cooperativas de crédito como potenciais promotoras de ações que busquem minimizar tal problema.

¹ As cooperativas possuem um conjunto de princípios que direcionam sua atuação. Sendo assim, suas práticas devem ser pautadas neles. Dentre eles, tem-se o princípio da preocupação da comunidade. Para que a aplicação do princípio seja eficaz, isto é, não fique apenas no plano teórico, recomenda-se o desenvolvimento de projetos com a comunidade a qual a cooperativa está inserida.

Justifica-se tal escolha, pois a área financeira tem sido objeto de ações diretas das cooperativas, conforme o relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF divulgado em 2021. De acordo com o documento, o Banco Central promoveu a sétima edição da Semana Nacional de Educação Financeira e as cooperativas de crédito foram responsáveis por 86% de todas as iniciativas com 2.290 ações e 545 campanhas (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2021).

O alcance da população às cooperativas de crédito é mais efetivo em razão da existência delas em centenas de municípios brasileiros, inclusive como a única instituição financeira ali existente. Desse modo, as cooperativas possuem livre comunicação com essas comunidades e permite a promoção de palestras e cursos sobre como lidar com o dinheiro, como investir, como planejar a vida financeira dentre outros (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2021).

Além do potencial para promoção de educação financeira no Brasil, as ações concretas realizadas pelas cooperativas de crédito podem ser enquadradas como inovações sociais. As inovações sociais são o “resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais por meio da participação individual e coletiva, havendo interação e cooperação de todos os atores envolvidos, com o objetivo de gerar soluções novas e duradouras (SCHUTZ *et al.*, 2017, p. 344).

Assim, na medida em que a inovação social perpassa pelo reajuste dos papéis sociais e fortalecimento da comunidade local e as cooperativas de crédito são consideradas como importantes instrumentos de desenvolvimento econômico com a promoção de estímulo à educação financeira nas suas comunidades, torna-se necessário estabelecer a relação entre o cooperativismo de crédito e o desenvolvimento de ações socialmente inovadoras voltadas para a educação financeira no âmbito comunitário, razão pela qual a presente pesquisa se fundamenta.

Considerando os pressupostos anteriores, surgem três premissas para fundamentar esta pesquisa, quais sejam:

- i) a inovação social perpassa pelo reajuste dos papéis sociais, como também fortalece a comunidade local;
- ii) as cooperativas de crédito são consideradas importantes instrumentos de desenvolvimento econômico local;
- iii) as cooperativas de crédito podem promover ações socialmente inovadoras que estimulam a educação financeira nas suas comunidades.

A partir disso, torna-se necessário estabelecer a relação entre cooperativismo de crédito e o desenvolvimento de ações socialmente inovadoras voltadas para a educação financeira no âmbito comunitário. Por outro lado, é possível que algumas forças isomórficas possam interferir no desenvolvimento de inovações sociais no contexto deste estudo, tornando relevante que os resultados obtidos com a pesquisa de campo também sejam analisados à luz do isomorfismo institucional (PACHECO, 2002).

Isso porque o isomorfismo institucional expõe o motivo pelo qual as organizações, em seu processo burocrático, evoluem e acabam por se assemelharem a outras unidades resultando em crescente compatibilidade de características (DI MAGGIO; POWELL, 2005). Assim, o isomorfismo institucional pode acabar por facilitar o estabelecimento de propostas ações socialmente inovadoras nas cooperativas via um processo *top down*. No entanto, também sob essa perspectiva, no campo deste estudo as ideias socialmente inovadoras, via um processo *botton up*, podem ser rechaçadas, tendo em vista que forças isomórficas podem levar à formação de um campo estruturado e padronizado de práticas (BETAGLIN, 2017).

1 PROBLEMA DE PESQUISA

Existem três elementos, dentre outros, do cenário brasileiro que fundamentam a necessidade de estudar e incentivar a educação financeira no Brasil, quais sejam:

i) a existência de um cenário generalizado de baixa alfabetização financeira na sociedade, sobretudo quanto a jovens entre 26 a 40 anos (35,1%), conforme os dados do Serasa em 2022;

ii) baixa alfabetização associada a comportamentos financeiros tidos como inadequados e baixo desempenho financeiro e;

iii) a presunção de que a educação financeira pode ser promotora de alfabetização e capacitação que se traduz em comportamentos considerados ‘adequados’ e em consequentes ganhos de bem-estar financeiro (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019).

O Brasil ainda ocupa o 74º lugar no *ranking* global nos níveis de educação financeira de acordo com a pesquisa S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey (LEANDRO; GONZALES, 2018), o que se trata de um indicativo de que no Brasil o tema educação financeira não é debatido com tanto afinco. Essa pesquisa foi considerada a maior pesquisa realizada até o momento para aferir a alfabetização financeira nos países do mundo. Realizada com mais de 150 mil pessoas, em 144 países (LEANDRO; GONZALES, 2018).

Em relação aos comportamentos financeiros inadequados, de acordo com a Serviços de Assessoria S.A (SERASA, 2022) a inadimplência no Brasil tem crescido mensalmente no ano de 2022 e o indicador de inadimplência aponta 68,39 milhões de brasileiros com o nome restrito. Isso importa em 42,22% da população brasileira endividada. Com relação ao perfil dos inadimplentes, os brasileiros de 31 a 40 anos se destacam na faixa etária, representando 31,3% do total dos inadimplentes (SERASA, 2022). A maior parte das dívidas dos brasileiros está nos segmentos de cartão de crédito, varejo e as chamadas *utilities*, estas associadas às contas básicas como água, luz e gás.

Dessa forma, medidas precisam ser estudadas para a modificação dessa estrutura, tendo em vista que a transformação comunitária enseja mudança no mercado econômico que pode se tornar mais eficiente e competitivo. Além disso, com uma sociedade fortalecida, o paternalismo estatal tende a diminuir (VIEIRA *et al.*, 2018).

Neste âmbito, é preciso que o Estado atue de forma integrada com organizações não estatais com o intuito de fortalecer a comunidade e então construir uma sociedade mais equitativa, com mitigação e até solução de problemas sociais, sendo necessárias medidas inovadoras.

Dentre as organizações da sociedade civil, as cooperativas, especialmente as do ramo de crédito, podem contribuir com esse trabalho integrado, considerando as cooperativas de crédito como organizações capazes de propiciar desenvolvimento comunitário.

Portanto, questiona-se: em que medida as cooperativas de crédito podem ser consideradas como fator de inovação social no combate à ausência de educação financeira nas comunidades onde estão inseridas? Além disso, quais as características das ações realizadas pelas cooperativas de crédito que podem ser classificadas como inovação social por promoverem a minimização da ausência de educação financeira?

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar se as ações das cooperativas de crédito registradas na Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG) podem ser consideradas como fator de inovação social no combate à ausência de educação financeira nas comunidades onde estão inseridas.

2.2 Específicos

- Caracterizar as cooperativas de crédito do Estado de Minas Gerais registradas na OCEMG;
- Avaliar se nas cooperativas de crédito registradas na OCEMG há projetos ou ações voltadas para a promoção da educação financeira comunitária;
- Analisar se as cooperativas de crédito mineiras são promotoras de ações socialmente inovadoras voltadas para a resolução de problemas relacionados à educação financeira nas comunidades por elas atendidas;
- Caracterizar as ações socialmente inovadoras voltadas para a educação financeira comunitária que, porventura, forem identificadas nas cooperativas de créditos analisadas neste estudo.

3 JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO TEMA

3.1 Pessoal

Ao partir da premissa de que o Estado não é o único responsável por promover o bem-estar social, e ao acreditar que outros atores também podem, em um trabalho integrado, colaborar com esse processo, notou-se a viabilidade de elaborar um projeto de pesquisa que considerasse um determinado ator social como promotor ou potencial promotor de solução/mitigação de problemas sociais presentes na comunidade em que o Estado, sozinho, não é capaz de sanar.

Considerar as cooperativas de crédito como organizações a serem estudadas vêm do destaque que estas exercem na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Minas Gerais. Sua visibilidade perante a sociedade decorre, dentre outros fatores, do princípio cooperativista ‘Interesse pela Comunidade’. Por meio desse princípio as cooperativas são incentivadas a promover o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas a partir de projetos viáveis de cunho social (CANÇADO; GONTIJO, 2004).

Em razão de conhecer alguns dos projetos desenvolvidos por uma das cooperativas de crédito da cidade de Teófilo Otoni – MG e do exposto no primeiro parágrafo, estudar esse tipo de ação das cooperativas e seus impactos sociais tornou-se fundamental para alinhar o interesse pessoal da mestranda sobre o tema ao Programa do Mestrado.

Assim, diante da linha de pesquisa “Gestão de Organizações Públicas Não-Estatais” do programa de Mestrado em Administração Pública da UFVJM que englobam pesquisas que visam promover reflexões sobre a relação entre organizações públicas não estatais e o Estado, foi possível construir essa dissertação que também objetiva colaborar com a continuidade da pesquisa nessa área.

3.2 Social

Embora a Constituição Federal do Brasil de 1988 seja garantidora de direitos fundamentais, sociais e coletivos a todos os brasileiros ou estrangeiros que se encontram no Território Nacional, nos 32 anos que se passaram após sua promulgação, o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais permanecem como objetivos ainda a serem alcançados (BRASIL, 1988). Efetivamente, o Estado não tem sido capaz de promover soluções de todos os problemas sociais decorrentes da ausência de efetivação desses direitos,

ainda que constitucionalmente garantidor, sendo visível uma realidade de extrema desigualdade social, caracterizada por uma diversidade de problemas sociais com contornos de miserabilidade.

Em contrapartida, o Estado não se responsabilizaria sozinho frente aos problemas sociais. Nesse sentido, Queiroz (2020) considera a responsabilidade social empresarial, tendo em vista que o setor privado reforçou seu papel diante o desenvolvimento econômico e social da comunidade, dada às crises provocadas pelos modelos estadistas de governo (QUEIROZ; PIMENTEL, 2020). Para os autores que defendem a responsabilidade social corporativa, há dois argumentos principais, quais sejam:

i) o argumento ético o qual determina comportamento empresarial socialmente responsável, decorrente dos princípios morais e;

ii) o argumento instrumental em que a responsabilização corporativa desempenha uma relação positiva e geradora de oportunidades para a empresa com consequente melhora no desempenho econômico (ASHLEY, 2005).

Esses fatos indicam a necessidade de atuação em rede com diferentes atores sociais que possam colaborar com o Estado na mitigação dos problemas sociais a serem enfrentados com vistas a efetivar os fundamentos propostos constitucionalmente (BITTENCOURT; RONCONI, 2016; PORTO *et al.*, 2020; DUTRA *et al.*, 2020).

Nesse contexto, a importância social desta pesquisa está no fato de, dentre os diversos atores sociais da sociedade civil, as cooperativas de crédito são realidades capazes de fortalecer a comunidade local, com o potencial de atuar como espaços de aplicação de ideias inovadoras na busca por solução ou mitigação de problemas sociais que o Estado não é capaz de sozinho resolver. Assim, ao partir da premissa que a população possui pouco conhecimento sobre educação financeira, Lucci *et al.* (2010) indicam que a insuficiência desse conhecimento por parte da população em geral compromete as decisões financeiras cotidianas. Logo, o aumento do interesse social neste campo de estudo possibilitaria descobrir novas práticas para solução ou mitigação dos problemas sociais, sobretudo se considerarmos que os processos de inovação social não são realizados sem a participação da sociedade.

Especificamente, em relação à educação financeira, a realidade é que a administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves. Por outro lado, para esses mesmos autores, quando os indivíduos são mais capacitados nesse sentido, o mercado torna mais competitivo e eficiente (LUCCI *et al.*, 2010). Numa outra perspectiva, a ausência de educação financeira afeta diretamente no aumento do

consumismo desenfreado, uma vez que os sujeitos se tornam viciados em comprar cada vez mais em busca de realização e felicidade (WISNIEWSKI, 2011).

Assim, na perspectiva social, analisar o objeto deste estudo contribui para que haja reflexões acerca da participação das organizações sociais no combate aos problemas sociais, como também contribui para o fortalecimento e empoderamento das comunidades locais em determinado segmento a fim de que o acesso à educação financeira seja democratizado e não só, mas que a comunidade se fortaleça economicamente, tornando-se menos dependente do Estado.

3.3 Científica

Em relação ao tema inovação social, tendo em vista a incipiência das pesquisas sobre o tema, o interesse científico se justifica, ao passo que objetiva demonstrar a inovação social como resposta alternativa à solução ou mitigação de problemas decorrentes das relações sociais que impliquem diretamente na qualidade de vida de grupos de pessoas e ampliar sua perspectiva teórica (VIEIRA *et al.*, 2017; FILÉTI *et al.*, 2019).

Quanto ao estudo sobre cooperativas de crédito, sua relevância científica consiste em contribuir para diminuir o grande desconhecimento sobre o papel das cooperativas de crédito na sociedade brasileira. Dessa forma, em razão do potencial crescimento dessas cooperativas, como também de sua capacidade de empoderamento de comunidades e pessoas, este tema é de relevante interesse científico, devendo ser objeto de estudos visando, a partir do panorama teórico, estabelecer as possibilidades de melhoria das condições socioeconômicas da sociedade, além de também proporcionar amplitude teórica a respeito do tema (DIEL; SILVA, 2014; MACIEL *et al.*, 2020).

Nesse ponto, não há estudos que correlacionem os três temas de forma integrada. O que se percebe na produção científica sobre inovação social e cooperativismo é que são produções voltadas a estudos de casos na medida em que as cooperativas são espaços de transformação, conforme Maciel *et al.* (2020). A ausência de estudos bibliométricos nesse sentido indica a raridade das produções nesse sentido que não ganharam notoriedade.

Por fim, tratando-se da educação financeira, tem-se que as pesquisas ganharam destaque tão somente a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI. Por essa razão, nota-se desde logo a importância científica a respeito da temática, considerando a escassez de estudos realizados. Ainda, as mudanças nas relações econômicas e sociopolíticas como a globalização, o desenvolvimento tecnológico e as alterações regulatórias e institucionais

de caráter neoliberal, esta última ocorrida no Brasil a partir da década de 1990, trouxe um rompimento do paradigma paternalista do Estado e por essa razão exige-se uma postura mais ativa dos indivíduos na gestão das finanças pessoais e uma necessidade maior de capacitação financeira (SAVOIA *et al.*, 2007).

Breitenbach (2020) realizou um estudo com a pretensão de analisar as características das pesquisas no campo da educação financeira, focalizada para educação básica brasileira, com recorte temporal no período entre 2010 a 2020. Mette e Maros (2016) realizaram uma análise bibliométrica dos estudos em educação financeira no Brasil e no mundo. Para esses autores a educação financeira tem sido tema relevante com crescentes publicações no campo. Para Breitenbach (2020), no período de 10 anos, nas plataformas Portal Capes e Google Acadêmico, a maioria das produções científicas sobre o tema é publicado nas áreas de matemática e programas de pós-graduação em Educação. Ainda para Breitenbach (2020), os trabalhos sobre educação financeira nas áreas de Administração ou Ciências Sociais são raros, o que demonstra a incipiência das pesquisas que integrem educação financeira com outros temas. Nesse mesmo sentido Mette e Maros (2016) afirmam sobre a incipiência desses trabalhos no Brasil, sobretudo, quando comparados no âmbito mundial em que o número de pesquisadores interessados no tema demonstra ser superior.

Além disso, para Mette e Maros (2016), as pesquisas sobre educação financeira no Brasil são de natureza qualitativa enquanto as pesquisas internacionais são voltadas mais para a natureza quantitativa. Os autores em questão, não identificam na pesquisa correlação dos temas educação financeira, cooperativismo e inovação social. Para eles, os quatro eixos temáticos principais onde produções sobre educação financeira se enquadram são: abordagem sobre educação financeira nas escolas e problematização disso; análise de legislação e de documentos e panorama da educação financeira no Brasil.

Ainda sobre a produção científica sobre educação financeira tem-se que os autores de referência utilizados são dispersos, mas destaca-se a presença de instituições da OCDE, dados oficiais governamentais, leis e portais de instituições bancárias (BREITENBACH, 2020)

Além disso, espera-se que a discussão desta pesquisa possa estimular estudos com o fim de unir eixos temáticos que podem estar interrelacionados, podendo este ser o caso dos constructos cooperativismo de crédito, inovação social e educação financeira.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção serão apresentados os conceitos relevantes a respeito dos temas cooperativismo, cooperativismo de crédito; educação financeira; inovação social e a teoria institucional. Isso porque, para alcançar os objetivos propostos é necessário integrar os temas, de modo a articulá-los, uma vez que o resultado da pesquisa depende da análise que foi realizada com base no marco teórico. Portanto, é essencial que os principais elementos a respeito desses temas sejam expostos a fim de elucidar melhor a compreensão da temática em estudo.

4.1 Cooperativismo: conceito e contexto histórico no mundo

O cooperativismo é um modo de organização de pessoas que se unem com o fim comum e recíproco para almejar determinados objetivos (SCHNEIDER, 2012, p. 253). Também é conceituado como uma sociedade formada por um conjunto de pessoas pertencentes a um mesmo grupo econômico e/ou social com interesses semelhantes. Essas pessoas unidas irão gerir de forma democrática essa sociedade em benefício da coletividade (CUNHA *et al.*, 2020).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) define o cooperativismo (ou cooperativa), em seu *site* oficial, como uma “instituição autônoma, com a união de pessoas com objetivos de corresponder às suas necessidades econômicas, sociais e culturais em comum criando uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (ACI, 2018). O movimento cooperativista idealiza a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária a partir das boas práticas e ajuda mútua (FARIA *et al.*, 2017).

Para Namorado (2007), o ambiente cooperativista também se baseia na cooperação e na ajuda mútua entre seus membros; não possui fins lucrativos, pois sua finalidade principal é responder às necessidades e às aspirações dos seus associados, seja no âmbito econômico, social ou cultural; defende a democracia interna como um fator que permite participação igualitária dos seus membros e deve ser dotado de autonomia e independência.

O cooperativismo tem sua origem na Europa e surgiu diante da necessidade de fortalecimento dos operários ingleses num contexto de extrema pobreza e desigualdade social (AMARAL, 2019, p. 77). Naquela ocasião, a Europa vivenciava os períodos da Primeira e Segunda Revolução Industrial, sobretudo na Inglaterra, entre os períodos 1760-1840 e 1850-1945, respectivamente. Para Pinto (2009), os aspectos da Revolução Industrial são considerados

um caminho para o cooperativismo em razão da nova configuração de estrutura social e de produção.

Todavia, embora tenha sido um momento de expansão econômica da época, primeiro com a alteração do modo de produção e maquinização, segundo pelo avanço tecnológico, a classe operária das novas fábricas era mal remunerada e trabalhava em condições indignas. Nesse cenário, os operários se uniram para lutar por melhores condições de trabalho e renda e ante a recusa dos grandes empregadores, buscaram, de forma cooperativa, alternativas para melhorar suas condições de vida (BEGINS *et al.*, 2014; GUERRA JÚNIOR; TAVARE, 2020).

Diante da nova estrutura social e econômica decorrente da Revolução Industrial, algumas ideias revestiram-se de um caráter utópico ao considerar o cooperativismo como uma solução minimizadora dos problemas sociais (PINTO, 2009). Para Silva (2007, p. 72), “a definição de socialismo utópico passou a ser difundida com as teorias marxistas que não concebiam a ideia de uma revolução pacífica [...]”. Neste âmbito, Pinto (2009) expõe as principais ideias precursoras do cooperativismo a partir do socialismo utópico, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Ideias do cooperativismo a partir do socialismo utópico

Autor (Ano)	Ideias cooperativismo a partir do socialismo utópico
Peter C. Plockboy (1620-1700)	Pensou em organizações associativas com base comunitária e cristã. As comunidades uniriam interesses coletivos. Crítica o lucro como origem dos conflitos e das desigualdades sociais. Propôs a criação de uma pequena república.
Robert Owen (1772-1858)	Procura entender as desigualdades dos fenômenos econômicos e busca soluções a partir das experiências próprias. Aplica as ideias (melhores condições de trabalho; moradia; artigos de consumo; redução da jornada de trabalho) dentro da sua própria empresa e percebe aumento da produtividade. Lucro como vício mais grave da economia. Inspirou os movimentos do trabalho e produção coletiva, por meio das associações e do cooperativismo.
William King (1786-1865)	Inspirado em Owen e defende que as transformações na sociedade deveriam ocorrer de forma gradual fundou a <i>Brighton Co-operative Trading Association</i> (Associação Cooperativa de Troca de Brighton), com o objetivo de formar uma comunidade cooperativa owenista.
François Marie Charles Fourier (1772-1837)	Defesa das liberdades individuais, organização dos trabalhadores, combate ao lucro e a concorrência. Crítico de Owen. Propõe princípios teóricos e doutrinários de liberdade, do associativismo universal e voluntário. Ataca a doutrina da economia liberal, combatendo a concorrência responsabilizando-a pela situação desastrosa na qual se encontram os trabalhadores das indústrias. Propôs um sistema que, no setor de produção, representa um modelo comunista e, no sistema de repartição, mantém a propriedade privada e admite a sucessão hereditária no falanstério. Ideias que colaboraram com o garantismo.
Philippe J. B. Buchez (1796-1865) Louis Blanc (1812-1882)	Associação cooperativa livre dos operários por categoria profissional de forma pacífica. Defende a intervenção do Estado no sistema associativista, para que pudesse enfrentar as dificuldades das relações econômicas e sobreviver como organização

<p>Pierre Joseph Proudhon (1809-1865)</p> <p>Jean Charles L. Sismonde de Sismondi (1773-1842)</p> <p>Charles Gide (1847-1932)</p>	<p>social. Critica a livre produção. Indica o sistema “oficina social” que possibilita o desenvolvimento dos trabalhadores. Impulsionou as grandes ideias para a disseminação do movimento associativista, bem como o surgimento das cooperativas de produção.</p> <p>Defende os princípios de justiça, liberdade e igualdade social. Ataca o sistema de distribuição. Condena o socialismo associativo quando este procura substituir o trabalho livre pelo trabalho associado.</p> <p>Defende liberalismo que deve ser feito sem destruição dos meios de produção privada e da liberdade individual, mas o Estado deveria intervir para proteger os pequenos produtores e evitar sua destruição por parte dos maiores. Ideias de interesses coletivos dos trabalhadores. Discussão em torno do salário. Combate à acumulação e a conseqüente exploração do trabalhador.</p> <p>Defensor do movimento cooperativista, que fundou com Edouard de Boyve e Auguste Fabre o movimento internacional do cooperativismo. Fundou a escola de Nimes. Defende princípios de justiça social, eliminação de desigualdades e diferentes focos de exploração. Educação como um fator de sucesso mutualista. Pensou em organizar as cooperativas de consumo, eliminando o lucro e transferindo renda para o consumidor. Considera o Solidarismo.</p>
--	---

Fonte: elaborado pela autora com base em Pinto (2009), Singer (2002) e Fajardo e Rocha (2018).

A partir das ideias do socialismo utópico, tem-se que o cooperativismo surgiu como uma oportunidade para garantir aos descontentes o acesso a bens e serviços e promover melhores condições de vida com mitigação da desigualdade social promovida por aquele contexto.

As ideias decorrentes do socialismo utópico, sobretudo, no que concerne aos ideais a respeito da luta de classes e ascensão social refletiam algumas correntes da época, reflexos da Revolução Francesa (PINHO, 2004). Como reflexo das ideias da época, C. Plockboy (1620-1700) propôs, no campo teórico, a organização de uma pequena república, constituída por artesãos, agricultores, professores, entre outros, preocupada com os interesses coletivos. Os líderes dessa organização seriam eleitos anualmente (FARJADO; ROCHA, 2018).

As primeiras experiências consideradas como fase pré-cooperativa ocorreram no fim do século XVII e início do século XVIII, sendo que a primeira cooperativa tem registro em 1760. Surgiu na Inglaterra e foi composta inicialmente por trabalhadores das cidades de Woolwioch e Chatham (FARJADO; ROCHA, 2018). Ainda, Pinho (2004) aponta que outras organizações baseadas nos ideais cooperativistas surgiram de forma isolada nos anos de 1769, 1777 e 1795 como uma forma de sobrevivência, mas algumas não vingaram com o tempo.

Nessa fase, a ideia era criar centros associativos entre pessoas para que eles pudessem ter função filantrópica, afinal, a ideia inicial era comprar bens de consumo de qualidade para distribuí-los a preços baixos para os mais necessitados. Nesse contexto, no ano de 1769, na Escócia, foi fundada a Sociedade de Tecelões de Fenwick (Fenwick Eeavers' Society) (GOMES, 2005).

As ideias de Robert Owen influenciaram a partir de 1820 as ideias sobre a criação de cooperativas (GOMES, 2005). A partir do ano de 1825 as experiências associativas aumentaram especialmente na Inglaterra. Singer (2002) aponta como exemplo a fundação da Brighton Co-operativa Trading Association (Associação Cooperativa de Troca de Brighton) em 1827 com a finalidade de se constituir como uma cooperativa inspirada nas ideias de Owen.

Na França, as ideias a respeito do cooperativismo foram incentivadas por Fourier (1772-1837), Saint Simon (1760-1825) e Louis Blanc (1812-1882) a partir dos incentivos que deram para organizar cooperativas de produção, formadas por artesãos (GOMES, 2005). Na França, Gomes (2005, p. 16) aponta que o incentivo ao cooperativismo ficou conhecido como um movimento denominado “socialismo associacionista utópico” que culminou em Paris, no ano de 1823, a criação de 160 associações de ajuda mútua, com aproximadamente 12 mil membros.

Embora haja imprecisão quanto à correta data acerca do surgimento do movimento cooperativista no mundo, a experiência de Rochdale é considerada como marco inicial do movimento por se tratar do primeiro ambiente cooperativista organizado do mundo (GOMES, 2005). Os operários, insatisfeitos e cientes da concentração econômica do capital aos comerciantes, criaram em 1844 um pequeno grupo, com 28 tecelões das Fábricas de Rochdale e fizeram o registro da sociedade chamada *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (SCHNEIDER, 2012; GUERRA JÚNIOR; TAVARE, 2020).

A insatisfação dos operários decorreu da carência generalizada de alimentos, péssimas condições habitacionais, manutenção de más condições de trabalho e ausência de reconhecimento do direito trabalhista (SCHNEIDER, 2012). Na ocasião, os operários solicitaram, por meio de uma comissão composta por alguns deles, melhores condições de trabalho aos donos das indústrias. Por sua vez, alguns industriais acabaram por fechar suas fábricas ao invés de ceder as solicitações dos operários (FARJADO; ROCHA, 2018).

A experiência posta em prática pelos cooperados de Rochdale deu certo e os objetivos por eles pensados inicialmente foram alcançados, pois conseguiram melhores condições de moradia, trabalho e até economias (MENEZES, 2005). Também foi possível criar uma identidade comum entre os cooperados e um espaço democrático para as tomadas de decisões. Nesse contexto, Farjado e Rocha (2018, p. 35) afirmam que “a democracia era um símbolo de luta dos operários, que queriam voz e espaço numa sociedade cuja opressão do capital falava mais alto”.

Embora o movimento rochdaleano tenha encontrado uma alternativa econômica para os problemas econômicos sociais, ele não se resumiu a isso. Baseado nas ideias do

socialismo utópico a cooperativa de Rochdale, este movimento também preocupou-se com o elemento educação, isto é, atentou-se para “formar uma consciência coletiva e cooperativa para a divulgação, organização e desenvolvimento de uma experiência político social” (GOMES, 2005, p. 17).

Como mencionado, muitos dos integrantes de Rochdale se inspiravam nas ideias owenistas, de Fourier e Blanc ou eram adeptos da política cartista e frequentemente se reuniam para discutir e debater formas de melhorias (PINHO, 2004). Como consequência, os operários decidiram criar um armazém como um modelo cooperativo que venderia alimentos, vestuários e outros artigos produzidos. O armazém atuaria no mercado e seu lucro serviria para assegurar a continuidade da cooperativa. A partir disso, a cooperativa prosperou e a organização cresceu consideravelmente (HOLYOAKE, 2000).

O desenvolvimento do cooperativismo teve êxito muito pelo sucesso da cooperativa Rochdale, afinal, a experiência proporcionou o surgimento de mais cooperativas pelo mundo (CANÇADO *et al.*, 2012). Gomes (2005) afirma que a partir de 1850 o movimento cooperativista apresentou-se muito expressivo na Europa. Para o autor, em 1851, a própria cooperativa de Rochdale contava com 630 associados e passou a funcionar o dia inteiro. No ano de 1855, a cooperativa possuía no seu quadro social 1.400 cooperados até que no ano de 1857 foi alcançada a quantia de 5.300 associados.

A expansão do cooperativismo pelo mundo começou na própria Inglaterra, sobretudo, a partir do ano de 1860. De acordo com Gomes (2005), as cooperativas de consumo no território inglês eram de 500 unidades em 1864 e no ano de 1881 eram contabilizadas 1.000 sociedades com 550 mil associados. O movimento se estendeu para França, Holanda e também na Alemanha, este último com a predominância das cooperativas de crédito, enquanto nos outros países subsistiam as cooperativas de consumo (GOMES, 2005).

A partir disso, a tendência do movimento foi crescer. As ideias cooperativistas inclusive acabaram por serem disseminadas em países socialistas. Nesse ponto, Gomes (2005) cita a tradução da obra de Marx (1866) em que este aceita o movimento cooperativista e seu ideário, mas afirma que este seria incapaz de combater o capitalismo. Lado outro, o cooperativismo inglês não foi de fato visto como capaz de ir contra o modo de produção capitalista, mas de colaborar com ele, pois as cooperativas permitiam a definição política dos preços, bem como a modernização do comércio. Assim, tornou-se um importante elemento para a economia local (GOMES, 2005).

O movimento cooperativista na Europa foi reconhecido dentro do campo da economia social. Como berço da economia social, a Europa vivenciou o movimento operário

inglês frente à Revolução Industrial e foi palco do surgimento do movimento associativo dos trabalhadores (VIEIRA *et al.*, 2015). Nesse caso, a economia social é definida, conforme Defourny, citado por Vieira *et al.* (2015), como “aquelas atividades econômicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia econômica associada à utilidade social”.

O ideal cooperativista foi favorável nas Américas diante da realidade da população local que não possuía condições de sobrevivência digna (GOMES, 2005). Nas Américas, os modelos de cooperativas de consumo foram importados na Inglaterra enquanto os modelos das cooperativas de crédito vinham da Alemanha.

4.2 Cooperativismo: contexto histórico no Brasil

No Brasil, Gomes (2005) menciona que as primeiras ideias cooperativistas surgiram em 1610, quando os jesuítas pensaram num modelo de sociedade solidária pautada no trabalho coletivo, corroborando também os princípios católicos ao considerar o período catequético. Silva (1992) ainda menciona que no Brasil foi criada uma cooperativa após três anos da criação da cooperativa de Rochdale denominada como Colônia Tereza Cristina, no interior do Paraná. Tal cooperativa teria sido resultado de esforços do médico francês Jean Faivre e de um grupo de europeus. Segundo a autora, a existência dessa cooperativa foi breve e logo não se tornou o marco da existência do movimento no Brasil.

Todavia, o cooperativismo surgiu no final do século XIX, notadamente em meados dos anos de 1889, com a instituição de cooperativas nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Foram vistas como uma possibilidade de organização social e alternativa econômica aos trabalhadores da época (GOMES, 2005). A primeira, denominada como Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, foi considerada como uma cooperativa de consumo (BCB, 2021).

Entretanto, existem registros que a primeira cooperativa no Brasil teria sido a Sociedade Beneficente de Juiz de Fora (1885). Referido registro se encontraria em obra publicada pelo Sindicato e Organização das Cooperativas de Minas Gerais (OCEMG) em 1997 e seria uma sociedade constituída por 1.003 sócios que cuidava de temas afetos a educação, saúde e seguridade desses membros (BCB, 2021; THESING *et al.*, 2020). Schneider (1982), por sua vez, considera como a primeira cooperativa do Brasil a Associação Cooperativa Internacional da Companhia Telefônica de Limeira em São Paulo.

Nota-se uma discrepância entre os autores a respeito da uniformização sobre qual teria sido a primeira cooperativa criada no Brasil. Todavia, as controvérsias em torno do assunto

não isentam a constatação de que a criação das cooperativas foi estimulada por movimentos de classes profissionais para melhores condições de vida e trabalho e o movimento é tido como um relevante instrumento de desenvolvimento da economia local (GUERRA JÚNIOR; TAVARE, 2020; JACQUES; GONÇALVES, 2016; PORTO, 2020).

A partir de 1891, surgiram muitas cooperativas no Brasil sendo esse ano o marco da explosão do movimento no território brasileiro. Dentre elas, Gomes (2005) menciona algumas como Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro (1894); Cooperativas de Consumo de Camaragibe em Pernambuco (1895); Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estrada de Ferro em Campinas/SP (1897) e Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea, no Rio de Janeiro (1913). Para Gomes (2005), esta última assumiu iniciativas de cunho social e foi considerada à época, a maior cooperativa de consumo da América Latina.

A partir de 1943 começou a estabelecer o plano organizacional no Brasil que disseminou muito a temática sobre cooperativas. Nesse período, o cooperativismo estava inserido numa fase intervencionista do Estado onde este exercia controle direto sobre as sociedades de pessoas à época (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015). A Organização das Cooperativas Brasileiras foi fundada em 1969, na cidade de Belo Horizonte/MG, entidade de representação nacional do cooperativismo (GOMES, 2005).

Para além do plano organizacional do cooperativismo no Brasil, a legislação sobre o movimento nacional começou a surgir no início nos anos de 1900. Logo no ano de 1903 foi promulgada a primeira norma sobre o tema cooperativismo. O Decreto Legislativo² nº 979 de 1903 ficou conhecido como Lei dos Sindicatos Agrícolas, pois regulamentava a função dos sindicatos nas organizações das cooperativas de produção e de consumo e permitia que profissionais na agricultura e da indústria se reunissem para organizarem, entre si, estudo, custeio e defesa de seus interesses (BRASIL, 1903; WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015; FILHO, 2015).

Em seguida, foi promulgado o Decreto nº 1.637 de 1907 que dispunha a respeito da necessidade de uma criação efetiva da lei cooperativa. Em especial, esse decreto em seu art. 10 criou as Sociedades Cooperativas e fixou no seu art. 11 as principais características das sociedades cooperativas, quais sejam: a variabilidade do capital social; a não limitação de sócios e a inacessibilidade das ações ou quotas a estranhos à sociedade (BRASIL, 1907). O Decreto

² Decreto legislativo é um ato normativo de competência exclusiva do poder legislativo com eficácia análoga a de uma lei.

nº 1.637/1907 foi inovador quanto à normatização sobre cooperativas e permitiu o surgimento de muitas cooperativas novas no Brasil (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015).

Por conseguinte, foi promulgado o Decreto nº 22.239/1932 que teve sua vigência interrompida por meio da promulgação dos Decretos nº 23.661/1933 e 24.647/1934. Contudo, o Decreto nº 22.239/1932 tornou a vigor em 1938, após a Constituição de 1937 e a promulgação do Decreto nº 581 do mesmo ano. Essa norma inovou ao prever a maneira como as cooperativas deveriam ser fundadas, organizadas e geridas (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015). O art. 2º do Decreto nº 22.239/1932 também apresentou o primeiro conceito sobre sociedade cooperativa do Brasil (BRASIL, 1932)³.

A partir da Constituição de 1937, a legislação cooperativa foi marcada pelo período de forte intervenção do Estado que regulou todos os atos das sociedades cooperativas (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015). Ainda, foi promulgada a Lei nº 5764/71 que instituiu o plano nacional de cooperativismo e ela continua vigente. Trata-se da principal norma a respeito das cooperativas e define o regime jurídico próprio das sociedades cooperativas (BRASIL, 1971; WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015).

Ainda no ano de 1971, houve a promulgação do Decreto-Lei nº 1.110 que criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que teve sua atuação regulamentada pelo Decreto nº 68.153/1971. Nesse contexto, ao Incra foram atribuídos poderes de intervenção e de assistência às cooperativas (BRASIL, 1971).

Todo arcabouço organizacional e jurídico permitiu a criação e a consolidação do cooperativismo no Brasil, que, segundo Gomes (2005, p. 24), “criou um terreno fértil para o surgimento de experiências em outras áreas (...) como saúde, habitação e educação na década de 80”. Ainda na década de 80 e 90 o segmento educacional do cooperativismo foi o que mais se destacou chegando a registrar 383 unidades em todo o país (GOMES, 2005).

Atualmente, após o advento da Constituição Federal de 1988, o relevante papel do cooperativismo foi assegurado quando dispôs sobre sua importância nos artigos 1º; 5º; 146; 174; 187 e 192 e inaugurou a fase autogestionária, pois a intervenção do Estado não mais subsistiria (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015). Especialmente, as normas principais pós Constituição Federal de 1988 foram a Lei Federal nº 8.949/94; Lei nº 9.876/99 e a Lei nº 9.867/99. O Código Civil Brasileiro de 2002 também prevê um capítulo exclusivo para as sociedades cooperativas (BRASIL, 2002).

³ Art. 2º do Decreto nº 22.239/1932 - As sociedades cooperativas, qualquer que seja a sua natureza, civil ou mercantil, são sociedades de pessoas e não de capital (...).

4.3 Princípios Cooperativistas

Os princípios cooperativistas são as orientações das quais as cooperativas carregam seus valores. De início, o estatuto da cooperativa de consumo de Rochdale (1844) foi criado e previa sete princípios: adesão livre, gestão democrática, retorno pró-rata das operações, juro limitado ao capital investido, vendas a dinheiro, educação dos membros e cooperativização global (CANÇADO; GONTIJO, 2004).

Posteriormente, nos anos de 1937, 1966 e 1995 os princípios cooperativistas foram revisados em razão da necessidade de atualizá-los às dinâmicas sociais (CUNHA *et al.*, 2020). As atualizações ocorreram nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) ocorridos respectivamente em Paris, Viena e Manchester. O Quadro 2 demonstra a evolução dos princípios no tempo.

Quadro 2 – Evolução dos Princípios no Tempo

Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congresso de Aliança de Cooperativa Internacional		
	1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros	1. Adesão Livre (Inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social)	1. Adesão Voluntária e Livre
2. Gestão Democrática		2. Gestão Democrática	2. Gestão Democrática
3. Retorno Pro-Rata das Operações	1. Adesão aberta	3. Distribuição das Sobras:	3. Participação Econômica dos Sócios
4. Juro Limitado ao Capital investido	2. Controle ou Gestão Democrática	a) ao desenvolvimento da cooperativa;	4. Autonomia e Independência
5. Vendas a Dinheiro		b) aos serviços comuns;	5. Educação, Formação e Informação
6. Educação dos Membros	3. Retorno Pro-rata das Operações	c) aos associados pro-rata das operações	6. Intercooperação
7. Cooperativização Global	4. Juros Limitados ao Capital	4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social	7. Preocupação com a Comunidade
	b) Métodos Essenciais de Ação e Organização 5. Compras e Vendas à Vista	5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral	
	6. Promoção da Educação	6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional	
	7. Neutralidade Política e Religiosa.		

Fonte: Schneider (1999), Crúzio (2002), Cançado e Gontijo (2004).

Todavia, foi no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em Manchester (1995) que os princípios cooperativistas foram definidos como é conhecido hoje, quais sejam:

livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica dos seus associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; cooperação entre cooperativas e compromisso/interesse com/pela comunidade (SCHNEIDER, 2012; CUNHA *et al.*, 2020).

As cooperativas em todo o mundo compartilham esse conjunto de princípios e são aceitos sem qualquer distinção entre elas, independentemente de onde estão inseridas. São valores baseados na equidade, igualdade e justiça social. A interpretação de todos eles são um caminho para as cooperativas sustentáveis a longo prazo (ACI, 2018).

Por essa razão é de extrema importância tratá-los de forma específica, como será feito a seguir:

4.3.1 Princípio da Adesão Livre

O princípio da adesão livre e voluntária se trata da abertura de oportunidade para que o indivíduo livremente escolha participar da organização cooperativa e esteja disposto a assumir responsabilidades enquanto membro (SCHNEIDER, 2012).

Ademais, a concepção ‘livremente’ acima mencionada pressupõe que não há qualquer previsão normativa que imponha a associação do interessado como também não é permitido exercer qualquer pressão externa no indivíduo. Nesse caso, o sujeito também deve estar consciente do desejo de se associar (CANÇADO *et al.*, 2020). Nesse ponto, Schneider (2012) institui critérios que intermediam a relação cooperado-cooperativa, quais sejam: a adesão voluntária; consciente e livre. Quando trata sobre a voluntariedade, Schneider (2012) a caracteriza como “não obrigatoriedade” de fazer parte da organização.

Por sua vez, a adesão consciente se trata da necessidade do futuro cooperado saber previamente sobre as características da cooperativa e seus direitos, como também seus deveres. A adesão é livre, pois a cooperativa pode admitir quaisquer associados. (SCHNEIDER, 2012). Todavia, a adesão livre possui limitações. Souza *et al.* (2020) pontuam que o futuro associado será admitido como tal desde que esteja alinhado aos objetivos da cooperativa, não esteja associado a uma organização concorrente e resida preferencialmente na área de atuação da cooperativa.

As limitações são consideradas benéficas à proteção das cooperativas na medida que elas não incorporam pessoas que tenham objetivos distintos ou extremamente individuais. Limitam para que o cooperado não seja o indivíduo que usufruirá dos benefícios propiciados pelas cooperativas às custas daqueles que se interessam pelo coletivo.

A Lei Cooperativa consagra o princípio da adesão livre e voluntária quando determina em seu artigo 29 que “o ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade (...)” (BRASIL, 1971).

Quando o cooperado deseja sair da cooperativa, este não deve ser impedido. Para tanto, o associado precisa solicitar o desligamento por meio de um formulário específico a fim de ter esse desligamento concedido junto com o direito às suas quotas partes (OCB, 2021), mas cada cooperativa possui suas peculiaridades em relação a desfiliação que estarão previstas em seu Estatuto Social.

4.3.2 Princípio da Gestão Democrática

O princípio da gestão democrática determina que as cooperativas sejam controladas e geridas por seus membros que devem participar ativamente na formulação de suas políticas e tomadas de decisão (PORTAL COOPERATIVISTA, 2021).

A Lei Cooperativa indica as diretrizes gerais de como ocorre a gestão democrática no Capítulo IX, Seção I da Lei 5.764/71 ao dispor sobre os órgãos sociais e especificamente sobre as assembleias gerais (BRASIL, 1971). A Assembleia Geral é considerada como o órgão superior da cooperativa e pode deliberar sobre todas as resoluções que entender conveniente ao desenvolvimento e funcionamento da cooperativa, cujas decisões são vinculantes aos demais associados. As reuniões podem ser feitas por Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015). A primeira deve ser realizada anualmente e deverá deliberar sobre os assuntos previstos no art. 44 da Lei Cooperativa (BRASIL, 1971)⁴. Lado outro, a segunda ocorre quando há necessidade de convocação dos membros para deliberar, se houver necessidade, sobre assuntos de interesse da sociedade (BRASIL, 1971, art. 46).

⁴ A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal. II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

III - eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;

IV - quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V - quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 46.

Para mais, a democracia presente no segundo princípio, é um dos elementos que permite diferenciar a organização cooperativa das organizações capitalistas convencionais (SCHNEIDER, 2012; CANÇADO *et al.*, 2020).

4.3.3 Princípio da participação econômica dos sócios

A participação econômica dos sócios diz respeito à permissão para os associados contribuírem equitativamente para o capital das suas cooperativas (SCHNEIDER, 2012). Nesse cenário, todos colaboram para a formação do patrimônio da cooperativa. Para se associar a uma cooperativa, o futuro cooperado deve investir em sua quota-parte, isto é, trata-se de um valor financeiro que deverá ser integralizado à cooperativa (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015).

A Lei 5.764/71 dispõe em seu art. 4º, incisos I e III que as cooperativas são sociedades de pessoas e aponta como características delas a variabilidade do capital social representado por quotas-partes e limita o número de quotas para cada associado, como também impede o acesso de terceiros às quotas-partes. Além disso, o art. 21 da mesma lei determina que a quota-parte subscrita pelo associado seja indicada no Estatuto Social da cooperativa, e, junto a isso, conste também as condições de retirada das quotas, nas hipóteses de demissão ou exclusão do associado (BRASIL, 1971).

A participação econômica não é limitada ao exposto no parágrafo anterior. É preciso também que os membros operem em sua cooperativa e a priorizem em detrimento de outras instituições. Esse modo de participação permite vantagens como, por exemplo, preços atrativos para os associados e distribuição de resultado proporcional às operações, quando for a hipótese (PORTAL COOPERATIVISTA, 2021).

Nesse sentido, os excedentes da cooperativa podem ser destinados, além dos benefícios aos membros, para apoio de outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria organização (OCB, 2021). É possível identificar esse princípio ao verificar a disposição no artigo 4, incisos II, III e IV da Lei Cooperativa (BRASIL, 1971).

4.3.4 Princípio da autonomia e independência

O princípio da autonomia e independência é aquele que consolida as cooperativas como organizações autônomas desenvolvidas com ajuda mútua e controladas por seus

integrantes (OCB, 2021). Em decorrência da gestão democrática exclusiva dos associados, não é permitida influência externa no sentido de ingerência política ou força sindical, por exemplo.

Nesse caso, na hipótese de haver acordos com organizações externas ou parcerias, deve ser assegurado às cooperativas o controle democrático dos seus membros e sua autonomia (OCB, 2021). Busca preservar a organização em detrimento de qualquer fator externo (SCHNEIDER, 2012).

4.3.5. Princípio da Educação, Formação e Informação

O princípio da educação, formação e informação decorre da herança owenista, pois “deriva da ideia de que os homens são o que a educação (ou a sua falta) faz deles” (SINGER, 2013, p. 42). Assim, esse princípio permite o compromisso entre as cooperativas e o futuro de seus cooperados. Ao considerar esse valor, as cooperativas propiciam ações para os seus membros e trabalhadores para o desenvolvimento pessoal deles (OCB, 2021).

Para manter a prática cooperativista e expandi-la entre os diversos públicos é preciso considerar a preparação dos atores internos sejam eles trabalhadores, associados, dirigentes e demais colaboradores, inclusive conscientização do público em geral (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2021).

A conscientização do público em geral pode ser obtida por meio de ações parceiras com outras organizações, realização de eventos sociais e outros encontros coletivos. Quanto mais informação é propagada a respeito do ideal cooperativista, melhores são as oportunidades para que o público conheça a ideia e procure se associar (OCB, 2021).

4.3.6 Princípio da Intercooperação

O princípio da Intercooperação está relacionado com o trabalho conjunto entre cooperativas de modo a fortalecer o movimento cooperativista (SCHNEIDER, 2012). O objetivo é unir em torno de um bem comum.

A intercooperação pode ocorrer de duas formas: *i*) integração horizontal e *ii*) integração vertical. A primeira forma sugere que as cooperativas consideradas de primeiro grau operem entre si, sejam elas de diferentes ramos ou do mesmo ramo. A segunda forma ocorre quando há união entre entidades cooperativas de segundo grau como centrais e federação e até mesmo com as de terceiro grau as quais juntas formarão aglutinações sistêmicas (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2021).

4.3.7 Princípio da Preocupação com a Comunidade

A promoção de projetos contínuos elaborados e aprovados pelos membros, com respaldo no princípio da preocupação com a comunidade podem ser formas concretas de também efetivar o princípio da educação, formação e informação. Por certo, uma cadeia de desenvolvimento na comunidade pode ocorrer e gerar seu fortalecimento (SANTOS, *et al.*, 2014).

Uma comunidade com pessoas informadas/fortalecidas/independentes permite escolhas conscientes mais acertadas, o que pode beneficiar as cooperativas nelas inseridas, afinal, se trata de uma relação de troca.

Quando membros, associados e dirigentes também são alvo das ações promotoras de educação, formação e informação, esses também se fortalecem e se capacitam para angariar um público novo e manter fiéis aqueles que já escolheram as cooperativas.

A Organização de Cooperativas do Brasil (OCB) defende que ocorre a mudança do lugar onde as cooperativas estão presentes quando as ações são realizadas no intuito de dar eficácia ao princípio cooperativista. Ainda, não é demais lembrar que o referido princípio deve ser lembrado de forma contínua, sendo um objetivo permanente (SANTOS, *et al.*, 2014).

O princípio da preocupação com a comunidade reflete o fundamento cooperativista de desempenhar determinada atividade em benefício comum (CUNHA *et al.*, 2020). Isso significa que as cooperativas se preocupam em promover o bem-estar dos cooperados e de toda a comunidade envolvida. Elas detêm responsabilidades perante a comunidade (CANÇADO; GONTIJO, 2004).

Este princípio também é harmônico com a legislação brasileira quando há combinação das normas previstas no artigo 192 da Constituição Federal cumulado com os artigos 3º e 4º, inciso IX da Lei 5.764/71. Além de tudo, o princípio também vai ao encontro com a filosofia de vida proporcionada pelo cooperativismo que se traduz na busca da transformação do mundo em um lugar mais justo e com igualdade de oportunidade para todos (OCB, 2021).

O desenvolvimento comunitário pressupõe o envolvimento de pessoas e considera as aptidões da comunidade local. Ademais, a ação comunitária é de todos. Esse fato se assemelha à uma das características das cooperativas de ser uma organização coletiva e democraticamente gerida (SOUZA NETO; GARCIA, 1987). Dessa forma, a preocupação com a comunidade incentiva as cooperativas compartilharem as responsabilidades sociais com vistas à construção de um ambiente melhor.

Uma das ações promovidas pelas cooperativas voltadas para o desenvolvimento comunitário é o programa Dia de Cooperar – o dia C. Essa iniciativa tem apoio do Sistema de Organizações de Cooperativas no Brasil e é caracterizado pelo desenvolvimento de projetos contínuos que promovem a transformação social das comunidades em aspectos distintos como saúde, lazer, educação ou meio ambiente (OCB/AP, 2021).

Os projetos a serem desenvolvidos não se tratam de ações assistencialistas, mas buscam incentivar a independência dos indivíduos de uma comunidade a fim de fortalecer esse ambiente (MILAGRES *et al.*, 2018).

Como já exposto, os princípios cooperativistas regem o movimento cooperativo desde a sua criação e são geridos pela ACI para estarem em consonância com o panorama social da sociedade. Porém, o que vale destacar é que as ideias de projetos contínuos e a existência deles como exemplificado anteriormente (como o Dia C) não excluem os projetos mais antigos já realizados.

Nesse sentido pode ser mencionado, a título de ilustração, o movimento liderado por Padre Moses Coady em Nova Escócia que liderou programas de educação para adultos desenvolvidos junto aos pescadores na Costa do Labrador na década de 30 (SOUZA, 1992).

Esse movimento pode ser utilizado como um marco de concretização dos princípios “educação, formação e informação” e “preocupação com a comunidade”, pois nele foram introduzidos os ideais cooperativistas e sugestões para que a partir de determinadas ações realizadas em conjunto pelos membros, pudesse fortalecer a comunidade.

Isso ocorreu quando os pescadores, informados dos conceitos cooperativistas, se uniram e enviaram diretamente para Boston uma remessa de lagostas e como resultados obtiveram o quádruplo do valor que recebiam quando comparado ao envio dessa mercadoria de forma individual, sem aplicar as ideias cooperativistas (SOUZA, 1992). Esse movimento ficou conhecido como Movimento de Antigonish e esse local se transformou em uma região próspera (SOUZA, 1992).

Portanto, para fins desse projeto de pesquisa, considerar-se-á o princípio da preocupação com a comunidade e o princípio da educação, formação e informação como norteadores para identificar os projetos existentes nas cooperativas de crédito do Estado de Minas Gerais devidamente cadastradas no OCE-MG, sobretudo, no que concerne o aspecto da educação com foco em educação financeira.

4.4 Os ramos do Cooperativismo

Como visto, o cooperativismo compreende uma filosofia de vida em que a união dos seus membros busca objetivos comuns que colaborem com a promoção do bem-estar social. Certo é que o movimento cooperativo se expandiu e cresceu ainda mais na última década, de modo que foi necessário reunir as cooperativas de acordo com o tipo de atividades que exercem (OCB, 2019).

Assim, antes do ano de 2019 as cooperativas no Brasil eram agrupadas em treze ramos pela OCB. Anteriormente, as cooperativas eram classificadas nos seguintes ramos: agropecuário, crédito, saúde, transporte, consumo, trabalho, produção, mineral, educacional, infraestrutura, habitacional, especial e turismo e lazer. Contudo, em 2019, foi realizada a proposta de reorganização dos ramos do cooperativismo a qual foi aprovada pela Assembleia Geral da OCB (OCB, 2019).

Na perspectiva da OCB (2019), a mudança foi pensada com o intuito de tornar os ramos mais fortes, com mais representatividade e comunicação mais assertiva, como também facilitar a organização de ações para os ramos, pois até então havia dificuldades em criar projetos para ramos muito específicos e com poucas cooperativas.

Sendo assim, a aprovação da Assembleia Geral da OCB culminou na realização da Resolução OCB n. 56/2019 que regulamenta a classificação dos ramos do cooperativismo, agora organizados em sete.

O ramo agropecuário está previsto no artigo 1, alínea “g” da Resolução de n. 56/2019 da OCB. É a modalidade de cooperativas que se destinam a promover a prestação de serviços relacionados à atividade agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira (OCB, 2019). Os produtores se reuniram e permaneceram unidos para obter melhor resultados na comercialização dos seus produtos. Além disso, juntos poderiam melhorar o fornecimento de insumos, processamento de armazenagem, assistência técnica e acesso à tecnologia (RECH, 2000).

O ramo de consumo é caracterizado pela mutualidade, ou seja, elas existem precipuamente para realizar as compras em comum de produtos e/ou serviços para os seus cooperados, conforme dispõe o artigo 1, alínea “c” da Resolução n. 56/2019.

Existem dois tipos de cooperativas de consumo, quais sejam: a fechada e a aberta. A primeira admite apenas membros que são ligados pela mesma profissão ou organização e a segunda é sobre a cooperativa que admite qualquer indivíduo que queira, de forma consciente, se associar (OCB, 2019).

O ramo das cooperativas de consumo recebeu novidades após o ano de 2019. Esse ramo passa a englobar as cooperativas do ramo educacional e do ramo de turismo e lazer. Em todas essas possibilidades o objetivo é reduzir custos de bens e serviços para os associados e, portanto, ofertar melhor atendimento a eles (OCB, 2019).

O ramo da infraestrutura está previsto no artigo 1, alínea “b” da Resolução n. 56/2019 da OCB. Trata-se da reunião de cooperativas que prestam serviços relacionados à infraestrutura dos cooperados. Passa a englobar ainda as cooperativas que pertenciam ao ramo habitacional. Logo, essa classificação ganha amplitude e incorpora atividades como, por exemplo, que envolvem energia elétrica, telefonia, saneamento básico, construção civil, infraestrutura rodoviária e ferroviária e outras (OCB, 2019).

Esse ramo preza pela qualidade de vida dos membros e desenvolvimento econômico nas comunidades as quais essas cooperativas se inserem, principalmente em regiões mais distantes do centro-sul-sudeste do Brasil (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2021).

O ramo de trabalho, produção de bens e serviços foi ressignificado com a mudança a partir do ano de 2019. São cooperativas voltadas para a produção de serviços especializados a terceiros ou a produção em comum de bens (OCB, 2019).

Foram ressignificadas, pois assumiram as cooperativas que integravam os ramos do trabalho, produção, mineral, especial, parte do turismo e lazer e parte do ramo educacional (OCB, 2019). Todavia, como já mencionado, o intuito da alteração é fortalecer os ambientes cooperativistas. Portanto, acredita-se que a união dessas cooperativas permitirá o fortalecimento dos cooperados diante da união dos ramos cooperativos de forma mais célere e sustentável.

Além disso, vale destacar que não é possível desconsiderar a Lei 12.690/12 nesse caso. Isso porque a referida norma regulamenta a organização e o funcionamento das cooperativas do trabalho que foram integradas com os outros ramos já mencionados (BRASIL, 2012). Assim, a lei 12.690/12 deve ser aplicada de acordo com o objeto social e as operações da cooperativa e não ser descartada de forma automática só pelo motivo do ramo do trabalho ter se integrado aos demais (OCB, 2021).

O ramo da saúde é caracterizado pelas cooperativas que são definidas como aquelas que prestam serviços dedicados a promoção, assistência e preservação da saúde humana (OCB, 2019). São compostas por membros profissionais da área da saúde ou usuários desses serviços. De acordo com a Cartilha da OCB a respeito da classificação das cooperativas, as áreas da saúde podem ser distintas como áreas médica, odontológica e psicológica, por exemplo. As profissões estariam classificadas no CNAE 86 que prevê sobre as atividades de atenção à saúde humana (OCB, 2019).

Por sua vez, o ramo de transporte é composto por cooperativas que cuidam da prestação de serviços de transporte de cargas e/ou passageiros, conforme artigo 1, alínea “d” da Resolução n. 56/2019. Em regra, os membros desses tipos de cooperativas devem ter posse ou propriedade do veículo que realizará o transporte, seja individual, de cargas ou coletivo (OCB, 2019).

Por fim, ao considerar a temática desse projeto, cumpre destacar o ramo do cooperativismo de crédito que foi o único sem alterações com o advento da Resolução n. 56/2019.

O ramo do cooperativismo de crédito reúne as cooperativas que promovem a prestação de serviços financeiros aos seus cooperados, assegurando-lhes acesso aos instrumentos do mercado financeiro (OCB, 2019). Para Krewer (2019), o ramo do cooperativismo de crédito auxilia seus membros a trabalhar em grupos e investir de forma consciente.

Trata-se de um ramo significativo e é considerado como um importante instrumento de desenvolvimento em diversos países, como também é considerado como uma estratégia de crescimento econômico local em razão da democratização do crédito (PINHEIRO, 2005; SAMPAIO *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o cooperativismo de crédito se destaca por possui o ideal de permitir o acesso ao crédito àqueles que apenas tinham a opção do tradicional sistema financeiro (CUNHA, 2020). Contudo, “apesar do potencial de crescimento do segmento no Brasil e da importância que vem adquirindo, é grande o desconhecimento sobre o cooperativismo de crédito do nosso país (...)” (DIEL; SILVA, 2013, p. 37).

Por essa razão, e a partir da premissa que as cooperativas de crédito promovem crescimento econômico, que esse projeto destina a pesquisa para esse ramo cooperativista. Assim, será abordado em seguida particularidades sobre este ramo do cooperativismo.

4.5 O Cooperativismo de Crédito

4.5.1 História do cooperativismo de crédito

O tempo da segunda Revolução Industrial (1850-1950) é marcado pela consolidação do conhecimento científico e tecnológico e países como França e Alemanha sentiram de forma mais intensa o avanço proporcionado por esse movimento, cujo berço foi na Inglaterra.

Na segunda fase da Revolução Industrial foi possível perceber as mudanças no panorama da vida social e econômico da população. Se por um lado, esse momento da Revolução Industrial proporcionou progresso e conforto humano para as classes mais ricas, por outro, os trabalhadores foram submetidos às condições precárias com baixa remuneração e grandes jornadas de trabalho (SOUZA, 1992).

Essa época foi marcada pelo fordismo e taylorismo que vieram revolucionar o sistema de produção fabril com a maximização de obtenção exclusiva de lucro. Como já exposto, o movimento cooperativista surgiu na Inglaterra como uma forma de união dos cooperados para se restabelecerem na nova sociedade emergente das mudanças tecnológicas proporcionadas na primeira fase da Revolução Industrial e estendidas na segunda.

Nesse contexto, especificamente, Souza (1992, p. 6) afirma que “o cooperativismo de crédito surgiu para combater a usura - prática tolerada pelas leis do século XIX – que escravizou lavradores e trabalhadores urbanos”.

Por essa razão, embora já houvessem iniciado os movimentos cooperativistas na Europa, especialmente na Inglaterra, teriam as cooperativas de crédito fundamento nas mudanças da sociedade ocorridas no período da segunda Revolução Industrial junto com a necessidade de obtenção de uma ordem mais justa que democratizasse a concessão do crédito (SOUZA, 1992).

Especialmente na área rural, os trabalhadores se endividavam por conta dos empréstimos com juros extremamente altos, por conta das despesas anuais da agricultura (SOUZA, 1992; SOUZA, 2021). A partir disso, por meio da colaboração mútua entre os lavradores, estes passaram a se unir e conseguiram potencializar o acesso ao crédito (SOUZA, 2021).

Assim, as cooperativas de crédito surgiram primeiro na Alemanha em meados do século XIX e ficaram conhecidas como as cooperativas de Raiffeisen e Schulze-Delitzsch em homenagem aos pioneiros desse tipo de movimento Friedrich Wilhelm Raiffeisen e Herman Schulze, respectivamente (SOUZA, 1992; JACQUES; GONÇALVES, 2016; GREATTI; MEURER, 2021).

O pioneiro Herman Schulze organizou o que ficou conhecido como “associação de dinheiro antecipado” (JACQUES; GONÇALVES, 2016). Atualmente, essas associações organizadas por Schulze são conhecidos como bancos populares na região.

Ambos os modelos cooperativistas pensados pelos alemães possuem a ajuda mútua para obtenção/facilitação do crédito, mas se diferenciam em algumas das suas principais características, conforme demonstrado no Quadro 3. Na França, os pioneiros desse movimento

foram Ludovic de Besse e Louis Duroand, enquanto na Itália Luigi Luzzatti criou o modelo que posteriormente levaria seu nome (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Quadro 3. Diferenças das principais características das primeiras cooperativas de crédito.

Raiffeisen	Sochlze-Delitzsch
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsabilidade solidária de todos os associados; ▪ Não obrigatoriedade de subscrição e integralização de capital, permitindo o ingresso de todos na sociedade, desde que fossem pessoas idôneas; ▪ Destinação integral das sobras para formação de um fundo de reserva para a cooperativa; ▪ Gestão democrática, permitindo que cada participante tivesse direito a voto nas deliberações sociais; ▪ Área de ação reduzida, com o objetivo de resguardar a solidariedade financeira assumida, permitindo o interesse pelos problemas comuns. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adoção do princípio de autoajuda; ▪ Responsabilidade ilimitada dos sócios; ▪ Sobras líquidas distribuídas proporcionalmente ao capital; ▪ Controle democrático, que permite que cada associado tenha direito a um voto; ▪ Áreas de ação não restritas; ▪ Empréstimos de curto prazo, de acordo com as modalidades bancárias vigentes; ▪ Diretores executivos remunerados.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Souza (1992)

As cooperativas na Itália tinham como características a exigência de quotas de capital de valor pequeno e garantias reais para concessão de crédito também de baixo valor, dentre outras, enquanto as cooperativas de crédito na França foram caracterizadas pela existência de administradores voluntários e resultados não distribuídos aos sócios, mas reinvestidos no próprio negócio (SOUZA, 1992).

Para Souza (1992), o sistema francês é um exemplo, pois é na França que o cooperativismo de crédito é mais expressivo. Nesse cenário, o maior destaque foi o Crédit Agricole fundado em 1894 e em 2016, considerada a maior instituição financeira cooperativa do mundo. Quando criada, buscou resolver os problemas dos agricultores inspiradas nas ideias de Raiffeisen (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016).

Ainda na Europa o modelo cooperativo foi inserido na Holanda e quando criadas as cooperativas de crédito funcionavam de forma integrada a duas centrais bancárias: i) cooperativa Central de Raiffeisen – Banco de Utrecht e ii) Cooperativa Central de Boerenlee bank – Banco de Eindhoven (SOUZA, 1992).

A expansão desse modelo cooperativo alcançou as Américas quando o jornalista Alphonse Desjardins idealizou uma organização inspirada nos modelos desenvolvidos na Alemanha e na Itália (JACQUES; GONÇALVES; 2016). Assim, o cooperativismo de crédito no continente americano surgiu em Levis, Quebec no ano de 1900 (SOUZA, 1992; PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO).

Desjardins “buscava a promoção do ideal coletivo para os canadenses de origem francesa, pois sofriam com o sistema financeiro que não respeitava a vocação rural de Quebec”

(SOUZA, 1992, p. 20). Todavia, em meados de 1906 as cooperativas puderam expandir em razão da aprovação de algumas leis favoráveis ao movimento, sobretudo, a Lei dos Sindicatos Cooperativos (SOUZA, 1992; SOUZA, 2021).

Com a expansão do movimento, o cooperativismo de crédito foi implementado nos Estados Unidos da América, inspirado pelo modelo de Desjardins, mas o público-alvo do movimento foram os trabalhadores assalariados (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016).

A expansão da ideia das cooperativas de crédito não ficou resumida ao hemisfério norte do mundo. Considera-se que o movimento no Brasil ocorreu de forma genuína em decorrência dos fluxos migratórios da época. Isso porque os ideais eram basicamente ligados a ideia do associativismo, da solidariedade e da mutualidade apresentadas pelo padre jesuíta Theodor Amstad (SOUZA; 2021).

Em meados de 1900 há registros das primeiras cooperativas de crédito no Brasil, quando do surgimento das Caixas de Raiffeisen instituídas respectivamente em Nova Petrópolis (RS) (1902) e Estado do Rio de Janeiro (1906) (SOUZA, 1992). De acordo com Cunha *et al.* (2020), a Caixa de Raiffeisen criada no Rio Grande do Sul foi denominada como “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad” e ficou conhecida como a maior cooperativa de crédito da América Latina (THESING *et al.*, 2020). E, entre os anos de 1902 a 1964 outras 66 cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen surgiram no sul do Brasil.

4.6 Conceito, objetivo, características básicas e tipos de cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito, ou também conhecidas como cooperativas financeiras, se fundamentam na prestação de assistência creditícia e no fornecimento de serviços de natureza bancária com condições mais favoráveis aos seus membros, o que acabam por democratizar o acesso ao crédito (FARINA *et al.*, 2016). Portanto, a cooperativa de crédito é conceituada como uma organização pautada na união recíproca dos cooperados com o objetivo comum de facilitar o acesso ao crédito (BEGNIS *et al.*, 2014).

Elas também são definidas como instituições financeiras constituídas sob forma de cooperativas que viabilizam serviços de ordem financeira, como cessão de crédito, sob o ponto de vista do cooperativismo tradicional que possui perspectiva empresarial (GIONGO; MONTEIRO, 2015; MARTINS *et al.*, 2016; BRASIL, 2009).

Diante da diversidade de conceitos de cooperativas de crédito, mostra-se pertinente apresentá-los no Quadro 4.

Quadro 4 – Conceitos do cooperativismo de crédito

Autores (Ano)	Conceitos
Pinheiro (2008)	Instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados.
BACEN (2010)	Instituições financeiras formadas por meio de uma sociedade cooperativa, com a finalidade de prestar serviços financeiros a seus associados, como captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, concessão de créditos e prestação de serviços de cobrança e de custódia, entre outras.
Wheelock e Wilson (2013)	Uma organização mútua que provê depósitos, empréstimos e outros serviços financeiros a membros vinculados à instituição.
Assaf Neto (2014)	As cooperativas de crédito são instituições voltadas a viabilizar créditos aos seus associados, além de prestar determinados serviços.
Bressan <i>et al</i> (2017)	As cooperativas de crédito são associações entre pessoas, que proveem tanto a oferta quanto a demanda de recursos, com forma e natureza jurídica própria.
Sicoob (2018)	São instituições financeiras e distribuem o lucro aos seus associados, visando gerar recursos para a manutenção, diversificação e expansão.

Fonte: elaborado pela autora com base em Bressan *et al.*, (2017), Matias *et al.*, (2014) e Souza; Schmidt; (2020).

No Brasil, o cooperativismo de crédito se organiza em sistemas cooperativos que serão abordados na próxima seção. Todavia, as cooperativas de crédito são classificadas como cooperativas verticalizadas e horizontalizadas, também conhecidas como tradicionais e solidárias, respectivamente (FREITAS; FREITAS, 2014).

Em síntese, as cooperativas de crédito tradicionais são estruturadas de forma centralizada e piramidal, onde as cooperativas singulares são a base, seguidas das centrais e das confederações⁵. Elas são representadas pelos Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e Instituição Financeira Cooperativa da Confederação Nacional de Cooperativas Médicas (UNICRED) (FREITAS; FREITAS, 2014).

Por outro lado, as cooperativas de crédito horizontalizadas possuem uma organização formada por redes, sem determinação hierárquica, cujo público alvo é o predominantemente considerado como detentor de baixa renda, apesar dessas organizações possuírem uma confederação. Nesse caso, trata-se da Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL).

Esta é formada por cooperativas de economia solidária organizada e representada no Brasil pelos sistemas das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), Empreendimentos Econômicos Solidários (ECOSOL), Associação de Cooperativas de Apoio a

⁵ São categorias das cooperativas de crédito definidas no art. 6º da Lei Cooperativa.

Economia Familiar (ASCOOB) e Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar (CREDITAG) (FREIAS; FREITAS, 2014).

As cooperativas solidárias se tratam de organizações que fornecem alternativas viáveis para aqueles considerados em situação de exclusão pelo sistema capitalista (ARCANJO; MARQUES, 2012). Isso significa que proporcionam práticas de relações econômicas e sociais para esses indivíduos os quais, em contrapartida, terão melhor qualidade de vida (PERIM; SANTOS, 2016).

Para fins desse projeto de pesquisa, será utilizada como objeto de estudo as cooperativas de crédito verticalizadas ou tradicionais. Assim, as considerações a seguir são pertinentes a essa classificação. Além disso, toda vez que for mencionado “cooperativas de crédito” no decorrer da leitura, entender-se-á que se trata da classificação tradicional delas.

Portanto, ao tratar sobre as cooperativas de crédito sob a ótica acima delineada, tem-se que estas possuem alguns objetivos além de “democratizar o acesso ao crédito”. São eles: estimular o desenvolvimento sustentável, desenvolver e fortalecer a economia local das comunidades que estão inseridas, fomentar novos empregos, reinvestir aplicações financeiras, quando possível, na própria região, maximizar serviços financeiros, garantir o exercício da cidadania de população de determinadas regiões e outros (MATIAS *et al.*, 2014; DE SOUZA; SCHMIDT, 2020; GOLLO; SILVA, 2015).

Existem ainda algumas características das cooperativas de crédito que demarcam o seu funcionamento. De início, destaca-se que as cooperativas de crédito são diferentes dos bancos, conforme destacam o Quadro 5:

Quadro 5 – Diferenças entre instituições financeiras e cooperativas de crédito

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	COOPERATIVAS DE CRÉDITO
Sociedade de capital	Sociedade de pessoas
Poder exercido na proporção do número de ações	O voto tem peso igual para todos.
Usuário de operações é cliente	Usuário de operações é o cooperado
Administradores são terceiros	Administradores são do meio (associados)
Usuário não exerce qualquer influência na definição dos produtos e na sua precificação.	Toda a política operacional é decidida pelos próprios usuários/donos (associados).
Podem tratar distintamente cada usuário.	Não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos (art. 37 da Lei nº 5.764/71).
Preferem o público de maior renda e as maiores corporações	Não discriminam, servindo a todos os públicos.
Priorizam os grandes centros (embora não tenham limitação geográfica).	Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas.
Têm propósito mercantilista.	A atividade mercantil não é cogitada (art. 79, parágrafo único, da Lei nº 5.764/71).

A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite. Atendem em massa, priorizando o autosserviço. Não têm vínculo com a comunidade e o público-alvo. Avançam pela competição.	O preço das operações e dos serviços têm como referência os custos e como parâmetro as necessidades de reinvestimento. O relacionamento é personalizado/ individual, com o apoio da informática. Estão comprometidos com as comunidades e os usuários.
Visam ao lucro por excelência.	Desenvolvem-se pela cooperação.
O resultado é de poucos donos (nada é dividido com os clientes).	O lucro está fora do seu objeto, seja pela sua natureza, seja por determinação legal (art. 3º da Lei nº 5.764/71). O excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários), na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperados e aumentando a remuneração de seus investimentos.
No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas.	São reguladas pela Lei Cooperativista e por legislação própria (especialmente pela Lei Complementar 130/2009).

Fonte: elaborado pela autora com base em Matias (2014, p. 49).

As cooperativas de crédito são caracterizadas como uma sociedade de pessoas e não possuem fins lucrativos, mas na hipótese de obtenção de lucros há um rateio entre os associados, pois, para De Souza e Schmidt (2020, p. 83), “todas as pessoas que possuem conta corrente são donos do negócio e, ao invés de acumular capital para um pequeno grupo de correntistas, as cooperativas trabalham para o prol de todos”. Nesse ponto, difere-se do banco ao passo que este objetiva o lucro e tem ele enviado para os acionistas majoritários (GOOLLO; SILVA, 2015).

Outra característica é a transparência dos atos baseada no princípio da gestão democrática. Todas as ações devem ser fiscalizadas. Para tanto, as cooperativas devem ter o Conselho Fiscal (órgão colegiado) composto por indivíduos eleitos pela Assembleia Geral para fiscalizar com frequência os atos de administração da organização (OCB, 2021). Essas decisões têm a ver com a eleição de diretoria, escolha dos conselheiros e definição de políticas de distribuição de resultado. Elas são firmadas na Assembleia Geral, órgão composto por todos os cooperados ou por representantes destes denominados como delegados (OCB, 2021).

Para cuidar das decisões estratégicas, as cooperativas têm o Conselho de Administração ou Diretoria composto pelos diretores que identificarão oportunidades no mercado e riscos. Ainda assim, esses detentores de cargos no Conselho não são independentes, isto é, devem prestar contas à Assembleia Geral numa relação de subordinação (OCB, 2021). Por fim, as decisões a serem tomadas no cotidiano da cooperativa que não podem ser objeto de decisão da Assembleia Geral em razão da impossibilidade de fazê-lo são tomadas pelo executivo principal (presidente) seguido dos diretores ou superintendentes executivos (OCB, 2021).

Essa característica acima exposta permite visualizar o panorama de funcionamento geral de uma cooperativa de crédito, mas não tem a pretensão de ser apresentada como a única

característica existente. Para fins deste trabalho, entender o panorama de funcionamento de forma elementar dessas cooperativas é suficiente para compreender como se organizam internamente.

Todas as características podem eventualmente ser observadas em outros ramos cooperativos, contudo a ênfase desta pesquisa é nas cooperativas de crédito. Assim, além das características básicas para perceber como elas funcionam, existem características específicas, conforme Fonseca *et al.* (2019, p. 24) (DE SOUZA; SCHMIDT, 2020; THESING *et al.*, 2020), quais sejam:

1. Quadro associativo composto por pessoas físicas e/ou jurídicas;
2. Intermediação financeira dos recursos de seus associados e prestação de serviços financeiros;
3. Distribuição de excedentes proporcional entre seus associados e ao volume de operação que realizam;
4. Não incidência de tributação do Imposto de Renda e contribuição social sobre o resultado do excedente.

Além disso, a Lei Cooperativa (5.741/71) prevê no ordenamento jurídico a forma de organização acima exposta, o que demonstra que as cooperativas não possuem autonomia para agir de modo diverso da organização prevista. Especificamente, as cooperativas de crédito são regulamentadas pela Lei Complementar n 130/2009.

Além de tudo, há a previsão da Resolução n. 1.914 de 1992, que estabeleceu alguns tipos de cooperativas de crédito, quais sejam inicialmente: “as cooperativas de economia e crédito mútuo, e a cooperativa de crédito rural” (BRASIL, 1992, art. X). Essa norma ainda contemplou as cooperativas de crédito formadas por médicos e as cooperativas de comerciantes de determinado ramo.

Os primeiros dois tipos mencionados se caracterizam da seguinte forma (FONSECA *et al.*, 2019, p. 25):

a) Cooperativas de economia e crédito mútuo: O quadro social pode ser formado por pessoas físicas que exercem determinada profissão ou atividades comuns, ou que estejam vinculadas a determinada entidade; por pessoa jurídica, sendo micro e ou pequena empresa e que elas tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas; e ainda, por pessoas jurídicas sem fins lucrativos, cujos sócios integrem, obrigatoriamente, o quadro de cooperados.

b) Cooperativas de crédito rural: Formadas por pessoas físicas que desenvolvem atividade econômica de forma efetiva e predominante na agricultura, pecuária ou atividade extrativista. Permite também na formação dos seus quadros sociais pessoas que se dediquem a operações de captura e transformação do pescado e,

excepcionalmente, por pessoas jurídicas que exerçam exclusivamente as mesmas atividades.

Não se deve esquecer que as cooperativas de crédito são capazes de fortalecer a comunidade local, atuando como espaços de aplicação de ideias inovadoras na busca de solução ou mitigação de problemas sociais decorrentes do sistema neoliberal (FILÉTI *et al.*, 2019). Nesse sentido, as cooperativas de crédito podem ser capazes de propiciarem o desenvolvimento de ações que, em razão da sua contemporaneidade, sejam capazes de transformar uma determinada realidade coletiva, ainda que na sua estrutura sejam subordinadas às regras previstas em leis e resoluções que, a princípio, se apresentam como um amparo de segurança.

4.6.1 Das organizações representativas e federações e as estruturas das cooperativas

O cooperativismo de crédito no Brasil possui suas organizações representativas. De início, tem-se a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) que se trata de uma entidade que reúne todas as cooperativas de todos os ramos do Brasil. A OCB representa formal e politicamente o sistema nacional, como também presta assistência e orientações do sistema cooperativo (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2021).

A OCB possui competência para classificar os ramos cooperativistas, promove a divulgação do cooperativismo e propicia defesa extrajudicial e judicial dos interesses coletivos e difusos do sistema cooperativo. Além disso, ela exerce a representação sindical patronal das cooperativas. Existem também as Organizações Estaduais de Cooperativas (OCEs) que exercem as mesmas funções da entidade nacional, porém em âmbito estadual/distrital.

Especialmente para as cooperativas de crédito existe o Conselho Especializado de Crédito da OCB (CECO). Este representa os interesses das cooperativas de crédito perante o Banco Central do Brasil, Presidência da República e o Congresso Nacional.

Não menos importante, tem-se a Federação Nacional das Cooperativas de Crédito (FNCC). Ela foi formada para representar as cooperativas associadas junto aos órgãos governamentais, instituições financeiras e todo o segmento desse ramo (FNCC, 2021). Existem alguns sistemas cooperativos brasileiros como o do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito (UNICRED), Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL), Sistema Integrado de Cooperativas de Crédito de Santa Catarina e Paraná (CECRED) e UNIPRIME BRASIL. De acordo com Greatti e Meurer

(2020), os sistemas foram criados para fazer frente aos grandes conglomerados financeiros diante da enorme concorrência neste ramo de serviços.

Para além das organizações representativas, tem-se que as cooperativas são obrigatoriamente compostas pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal (BRASIL, 1971). Os dois primeiros são responsáveis pela administração da cooperativa e o Conselho Fiscal é o órgão ordinário de fiscalização da cooperativa (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015).

Visto as considerações a respeito do cooperativismo, seu conceito, histórico, ramos, princípios, organizações representativas que permitem entender sobre esse universo, passar-se-á a seguir abordar o tema educação financeira no Brasil. Isso porque, faz parte da estrutura deste referencial abordar os temas que se correlacionarão para atender aos objetivos deste trabalho.

5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Como mencionado na introdução desta pesquisa, os estudos sobre educação financeira no Brasil são recentes, com destaque para fim do século XX e início do século XXI e, a partir de então, têm apresentado crescimento. As famílias brasileiras vivem uma realidade preocupante e estão cada vez mais endividadas, sendo isto um dos reflexos da falta de educação financeira (SCOPEL; SANTOS, 2020).

As discussões sobre esse tema no Brasil começaram após a segunda metade do século XX. A educação financeira é definida como uma modalidade de transmissão de conhecimento em que os interessados passam a desenvolver habilidades que os permitem tomar decisões seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais (SAVOIA *et al.*, 2007).

A educação financeira é um processo em que indivíduos passam a aprimorar conhecimentos a respeito de conceitos e produtos e assim passam a desenvolver técnicas que contribuem para aproveitamento das oportunidades financeiras entendendo melhor seus riscos (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE, 2005). Isso posto, os indivíduos compreendem como fazer um bom uso do dinheiro e passam a tomar decisões conscientes e sustentáveis financeiramente (SCOPEL; SANTOS, 2020). Não menos importante, destaca-se que, quanto antes os indivíduos tiverem acesso à educação financeira, melhores serão os resultados na renda familiar.

A ausência de educação financeira gera ausência de planejamento e orçamento, tomadas de decisões precipitadas e culmina em falta de informação sobre o assunto, desestabilizando também o mercado econômico.

A importância da educação financeira possui duas principais perspectivas, quais sejam: *i*) a perspectiva do bem-estar pessoal em que os indivíduos possam tomar decisões financeiras adequadas sem comprometer negativamente o futuro; *ii*) a perspectiva do bem-estar da sociedade, vez que a existência de sujeitos capacitados, fortalece a autorregulamentação do mercado e, portanto, minimiza estratégias de regulamentação e proteção ao consumidor financeiro (LUCCI *et al.*, 2010). Além disso, a educação financeira proporciona equilíbrio das finanças pessoais, preparo para futuros imprevistos, seus riscos e qualidade do bom uso do sistema financeiro (SCOPEL; SANTOS, 2020).

Importa relevar que há as propostas de política pública de educação financeira para a população em geral no Brasil e essas tem recebido apoio de instituições financeiras,

autoridades governamentais, instituições acadêmicas e de pesquisa e fundações e entidades do terceiro setor (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019).

Diante desse cenário de apoio, tem-se como resultado a elaboração e execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a constituição do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), em parceria com o governo brasileiro junto a entidades representativas do setor financeiro e da sociedade civil (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019). A propósito, a partir do ano 2007 houve discussões recorrentes, no Brasil, sobre a implementação de estratégia nacional para educação financeira com *status* de política de Estado (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019).

O argumento principal em defesa da educação financeira é que ela impulsionaria a capacitação financeira das famílias, por meio da transferência de conhecimentos e informações sobre o correto gerenciamento das finanças pessoais, e também sobre o uso da variedade de oferta de produtos e serviços financeiros disponíveis no mercado. Dentro dessa ótica, a educação financeira, ao empoderar o cidadão, fortalece a autorregulamentação de mercado e, portanto, minimiza (ou mesmo dispensa) estratégias de regulamentação e proteção ao consumidor financeiro (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019).

Portanto, nota-se a importância do tema que precisa se destacar ainda mais, tendo em vista que a boa educação financeira dos indivíduos repercute diretamente no fortalecimento do mercado econômico e as pessoas deixam de esperar as garantias estatais, considerando sua independência adquirida por meio da educação.

O tema educação financeira é tão relevante que houve, no Brasil, uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira. Para tanto, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), uma política pública criada por meio da promulgação do Decreto Federal nº 7.397/10, e renovada por meio do Decreto Federal nº 10.393/2020. O objetivo da ENEF é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer a apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (ENEF, 2021).

Sua estrutura de governança integra órgãos e entidades públicas interessadas em promover educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil e é compreendida como uma política nacional (BRASIL, 2020). Para serem implementadas as ações que objetivam promover educação financeira tem-se a instância responsável pela direção, supervisão e fomento da ENEF, qual seja, o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Ele é composto por alguns órgãos ou entidades públicas como o Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de

Fazenda do Ministério da Economia e outros (ENEF, 2021). As ações desenvolvidas são compostas pelos programas transversais e setoriais, coordenados de forma centralizada pelos participantes do FBEF, mas executados de modo descentralizado (ENEF, 2021).

Uma das ações de reconhecimento nacional fomentadas para promoção da educação financeira é a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), instituída desde 2014, com o objetivo de promover ações de educação financeira no país. Ela conta com a cooperação de uma série de parceiros institucionais para chamar a atenção da sociedade para a importância da educação financeira na vida das pessoas (BRASIL, 2022). Na Semana ENEF ocorrem diversas ações educacionais gratuitas e os dados demonstram que ela apresenta balanços positivos. Segundo constam os dados públicos divulgados no *Site* Oficial da ENEF, quando ela iniciou em 2014, foram 170 eventos – presenciais e *online* – em 21 cidades e 17 estados brasileiros e Distrito Federal. Já em 2015 foram 505 eventos e em 2016 contabilizaram 1.044 ações, organizadas por 153 instituições, em 458 municípios do Brasil. Em 2017 foram realizadas 1.826 ações – presenciais e *online* – com a participação de 1,9 milhões de pessoas, em 3.781 eventos. Embora tenham sido realizadas as Semanas ENEF também no período entre 2018 a 2021, os dados dos números de ações não foram divulgados em *sites* oficiais do governo brasileiro.

Como exposto, há participação de diversas instituições na Semana ENEF, dentre elas, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB). O SICOOB é uma rede que integra o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) com suas subsidiárias como empresas de cartões, seguradora, previdência e outras. Ainda, o SICOOB mantém uma organização nacional, qual seja, o Instituto Sicoob, o qual tem o objetivo de levar conhecimento às novas gerações sobre cooperativismo e propor reflexões sobre o mundo colaborativo que desejam viver.

O Instituto Sicoob atua nacionalmente desde 2018, é inspirado pelo princípio cooperativista “o interesse pela comunidade”, e tem a missão de conduzir e implementar uma agenda social integrada em todo o SICOOB. A metodologia do Instituto Sicoob está fundamentada no princípio cooperativista: educação, formação e informação. Assim, ele atua como operador de programas e projetos de investimento social privado em conjunto com as instituições do SICOOB. Seus programas são baseados em três eixos de atuação: i) Cooperativismo e Empreendedorismo; ii) Cidadania Financeira; iii) Desenvolvimento Sustentável. Assim, a partir de 2018 o Instituto Sicoob passou a incentivar projetos de promoção e desenvolvimento social pelo país, inclusive garantindo a participação das instituições do SICOOB na semana ENEF o que reflete a participação das cooperativas de crédito nas medidas

de combate à ausência de educação financeira comunitária (PORTAL DO INSTITUTO SICOOB, 2018).

Isso porque, especificamente na semana ENEF as cooperativas de crédito (integrantes do sistema SICOOB) proporcionam à sua comunidade ações educacionais gratuitas que envolvem palestras, *workshops*, atendimento aos indivíduos e campanhas via TV, rádio e redes sociais sobre educação financeira (PORTAL DO INSTITUTO SICOOB, 2018). O SICOOB tem como um dos seus pilares a educação financeira, pois acredita na autonomia do cidadão em relação às suas receitas/despesas. Diante tal circunstância a participação das cooperativas, sobretudo, as de crédito, no incentivo à educação financeira é medida que está alinhada aos princípios e pilares cooperativistas. Além disso, Greatti e Meurer (2020, p. 22) indicam as cooperativas de crédito como grandes “agentes implementadores de singular importância para a inclusão financeira, pois (...) visam ofertar serviços financeiros mais adequados às necessidades de uma população”.

O sistema SICREDI também possui experiência na promoção de educação financeira. De acordo com a OCB/MS (2019), as cooperativas de crédito, integrantes do sistema, realizaram, em 2019, 4.700 ações presenciais em mais de 946 municípios caracterizados por palestras (73%) e oficinas (22%) sobre educação financeira.

As cooperativas de crédito do sistema SICREDI também realizaram parceria com a empresa Maurício de Souza Produções para que uma série de gibis especiais da Turma da Mônica fossem distribuídos nas agências para que as crianças da comunidade tivessem acesso aos ensinamentos sobre educação financeira (OCE/MS, 2019). Os exemplos acima mencionados são elucidativos para demonstrar que as cooperativas de crédito são atores importantes na promoção da educação financeira e possuem iniciativas interessantes perante a comunidade.

Tendo em vista a relevância do tema educação financeira e a sua correlação com o cooperativismo, serão tecidas a seguir as considerações sobre inovação social, afinal, um dos objetivos dessa pesquisa pretende identificar se projetos e/ou ações sobre educação financeira promovidas por cooperativas mineiras podem ser consideradas como socialmente inovadoras.

6 INOVAÇÃO SOCIAL

Tratando-se da inovação social, tem-se que a terminologia inovação foi utilizada pela primeira vez na década de 1930 e estava estritamente ligada a ideia de obtenção de tecnologia, o que gerou a classificação das inovações atreladas ao valor econômico. Referida ideia foi gerada por Joseph Alois Schumpeter e, portanto, todo sentido de inovação pensado a partir do significado acima mencionado possui o caráter schumpeteriano (MEDEIROS *et al.*, 2017).

De acordo com Schumpeter (1985), as inovações podem ocorrer por meio de cinco formas, quais sejam: *i*) por introdução de um novo produto; *ii*) da entrada de um novo mercado; *iii*) de uma nova fonte de materiais; *iv*) de reorganização da indústria (setor) e *v*) de um novo processo produtivo.

Todavia, foi com o avanço dos estudos nesta temática e com a observância da necessidade de produzir tecnologia para atender às necessidades humanas é que decorre a visão de inovação para além do mercado (VIEIRA *et al.*, 2020, p. 168; MEDEIROS *et al.*, 2017, p. 962).

Nesse ponto, Pol e Ville (2009) apresentam um modelo que permite classificar as inovações em duas divisões principais, quais sejam: *i*) as inovações que almejam lucro e *ii*) as inovações que almejam os benefícios sociais ou bem-estar coletivo. Apesar da previsão de uma área de interseção entre estas duas classificações, a primeira foi denominada pelos autores como inovações empresariais, enquanto a segunda foi classificada como inovações sociais (MEDEIROS *et al.*, 2017).

O debate teórico a respeito da inovação social, sobretudo, no que concerne ao conceito e teorização é recente. Todavia, o final do século XIX e início o século XX é marcado por alguns exemplos do que seria considerado inovação social, como a existência de sindicatos e de cooperativas que criaram grupos de autoajuda, escolas populares e seguros coletivos (MONTEIRO, 2019). A ideia do microcrédito e o consequente acesso à empréstimo pelas famílias de baixa renda em 1970 também é considerado um exemplo de inovação social (MONTEIRO, 2019).

Para Bignetti (2011), a inovação social possui diversas abordagens, metodologias e práticas, todas elas integrantes de um campo sólido de conhecimento. Os conceitos a respeito do tema também evoluíram no decorrer do tempo. Assim, com base em Agostini *et al.* (2016), apresenta-se o Quadro 6 com os distintos conceitos a respeito da inovação social:

Quadro 6 - Conceitos de Inovação Social

Taylor (1970)	A inovação social como a busca de respostas às necessidades sociais por meio da introdução de uma invenção social, ou seja, uma “nova maneira de fazer as coisas” uma nova organização social.
Cloutier (2003)	A inovação social como uma nova resposta a uma situação social desfavorável, que visa ao bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades por meio de ação e mudança sustentável.
Rodrigues (2006)	As inovações sociais podem ocorrer intencionalmente ou emergem de um processo de mudança social sem planejamento prévio; e podem ocorrer em três níveis: atores sociais, organizações e instituições.
Mulgan et al. (2007)	Atividades inovadoras e serviços que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações, cujos objetivos principais são sociais.
Bignetti (2011)	A inovação social é o resultado de conhecimento aplicado às necessidades sociais através da participação e cooperação de todos os <i>stakeholders</i> , criando soluções novas e duradouras para os grupos sociais, comunidades e sociedade em geral.
Centre For Social Innovation (2014)	A inovação social refere-se à criação, desenvolvimento, adoção e integração de novos conceitos e práticas que colocam as pessoas e o planeta em primeiro lugar. [...] Resolver questões sociais, culturais, econômicas e ambientais. [...] São sistemas de mudanças - que alteraram permanentemente as percepções, comportamentos e estruturas que anteriormente deram origem a esses desafios. [...] As inovações sociais provem de indivíduos, grupos ou organizações, e podem ocorrer nos setores com fins lucrativos, sem fins lucrativos e do setor público.
CRISES (2014)	A inovação social é um processo iniciado pelos atores sociais para responder a um desejo, uma necessidade, para encontrar uma solução ou para aproveitar uma oportunidade de ação para mudar as relações sociais, para transformar um quadro ou propor novas orientações culturais para melhorar a qualidade e as condições de vida da comunidade.
Transit (2015)	Inovação Social transformadora, como “mudança nas relações sociais, envolvendo novas formas de fazer, organizar, enquadrar e/ou saber, que desafia, altera e / ou substitui instituições / estruturas dominantes em um contexto social específico”.

Fonte: Criado pela autora com base em Agostini *et al.* (2016)

O fator comum contido nos conceitos apresentados no Quadro 6 é a preocupação com a mudança social. De início, nota-se que o conceito de Taylor (1970) indica que a inovação social é uma nova forma de organização social, enquanto Cloutier (2013) já traz a ideia da mudança enquanto resultado da inovação social, o que sugere uma evolução no conceito, mas não contemplam quem seriam aqueles que realizariam determinada ação de inovação.

Nesse ponto, Mulgan *et al.* (2007) apresentam o conceito o qual demonstra o envolvimento de diferentes atores para que a inovação social ocorra. A partir disso a comunidade passa a ser vista como um agente modificador e não sujeito de ações externas.

A evolução do conceito, portanto, nos permite identificar que a inovação social é aquela que indica uma mudança social por meio de uma nova forma de organização e conta com um agente modificador para que a exerça.

Esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar a discussão dos conceitos sobre inovação social com base apenas no acima apresentado. Outros conceitos sobre o tema estão presentes em outras pesquisas e o conceito segue em evolução com tendências de modernização

como pode ser percebida a partir do momento que é indicada a ocorrência da inovação social onde ela passa a ser uma realidade social onde foi implantada (AGOSTINI *et al.*, 2016).

Para fins deste estudo, considerar-se-á a inovação social sob a ótica clássica da sua definição. No contexto do recorte teórico, a inovação social pode ser definida como aquela relacionada à ação social coletiva que visa a mudança social com a colaboração de diferentes atores (MULGAN *et al.*, 2007; BIGNETTI, 2011). No caso desta pesquisa, o ator social que pode promover práticas inovadoras é a cooperativa de crédito.

A inovação não se confunde com a criatividade e mudança. A criatividade faz parte do processo inovativo que pode ou não influenciar determinado resultado. Em contrapartida, a mudança pode ser um desfecho da inovação em que a inovação faz parte do subprocesso de mudança (LOPES *et al.*, 2018).

Para além dos conceitos sobre inovação social, tem-se ainda que para uma prática ser considerada inovadora Caulier-Grice *et al.* (2012) elencaram cinco elementos que devem estar presentes, quais sejam:

1. A prática deve buscar atender uma necessidade social;
2. Não precisa ser inédita, completamente original ou única, mas de alguma forma deve haver novidade;
3. Elas devem criar uma melhoria mensurável no local onde são exercidas;
4. Implementação, isto é, reflete a aplicação prática;
5. Projetada para melhorar a capacidade da sociedade para agir com consequente capacitação dos beneficiários da prática.

Tardif e Harrison (2005) identificaram a inovação social enquanto medida que gera mudança social em cinco etapas: *i*) novidade e caráter da inovação; *ii*) objetivo da inovação; *iii*) processo de inovação; *iv*) relação entre atores e estrutura e *v*) restrições à inovação. A partir dessas etapas, surgiram as cinco dimensões da inovação social: transformação, caráter inovador, inovação, atores e processos. A transformação acontece a partir da análise do contexto que pede por transformação. Decorre da ênfase sobre os conceitos de “crise, de ruptura, de descontinuidade em escalas macro e micro, no qual, as mudanças estruturais implicam na necessidade de atores para repensar ações e formular novas soluções em tempos de crise econômica e social” (AGOSTINI, *et al.*, 2015, p. 79).

Por conseguinte, para Tardif e Harrison (2005), o caráter inovador caracteriza como novas formas de desenvolvimento ou novos modelos de trabalho, isto é, novos arranjos institucionais são proporcionados para que haja o caráter inovador nas relações. Em específico, a inovação seria o interesse geral/coletivo. É possível vislumbrá-la na cooperação entre os

indivíduos direcionada ao propósito de bem comum. Para os mesmos autores, os atores que se propõem a realizar a inovação podem ser diversos e atuam coletivamente. Os atores podem ser compostos por atores sociais (sindicatos, organizações da sociedade civil, movimentos cooperativos, por exemplo), atores organizacionais (empresas) e instituições (estado, redes sociais, comitês) (TARDIF; HARRISON, 2005).

Por fim, a quinta dimensão da inovação social, os processos, trata o modo de coordenação das iniciativas, ou seja, atenta-se à mobilização, aprendizagem proposta por meio de parcerias. São chamados também de processos participativos (AGOSTINI, *et al.*, 2015). Quanto a eles, Mulgan (2010) e Caullier-Grice (2012) apresentaram um modelo de desenvolvimento da inovação social a partir da dimensão do processo, proposto por Tardif e Harrison (2005), e os estágios dele, conforme estão definidos no Quadro 7.

Quadro 7 – Modelo do processo de inovação social

Modelo do processo de inovação social	
1º ESTÁGIO	Fase de diagnóstico e da inspiração
2º ESTÁGIO	Fase da criação e esquematização de ideias
3º ESTÁGIO	Fase de testes
4º ESTÁGIO	Fase da concretização das ideias
5º ESTÁGIO	Fase de traçar estratégias de crescimento e difusão da ideia inovadora
6º ESTÁGIO	Fase da mudança sistêmica do ambiente em que a ideia inovadora foi implementada.

Fonte: elaborado pela autora com base em Mulgan (2010); Caullier-Grice (2012).

Inicialmente, para haver inovação social é preciso logo identificar a necessidade dela em determinado ambiente e por consequência haverá determinada inspiração sobre o que pode ser feito. Em segundo, há a criação dos projetos das ideias que inicialmente foram pensadas no estágio 1. Em um terceiro momento, tem-se a fase em que é possível testar as ideias idealizadas no estágio 2. Em seguida, o quarto estágio é caracterizado pela concretização das ideias pensadas no estágio 2 e testadas no estágio 3.

Após, já com as ideias concretizadas, surge o quinto estágio. Este é caracterizado por pensar em estratégias de crescimento e difusão da ideia inovadora para que possa ser alcançado o sexto estágio que se trata da fase em que o ambiente muda por ter tido uma ideia inovadora implementada. A inovação social também apresenta diversas características que podem ser identificadas por meio dos seus conceitos, por exemplo, o conceito de originário. Uma característica marcante da inovação social é a possibilidade de proporcionar melhoria da qualidade de vida dos envolvidos (BORGES *et al.*, 2020).

Contudo, as características da inovação social podem ser diversas. No estudo realizado por Edward-Schachter *et al.* (2012), foram sistematizadas 76 características da inovação social, entre as quais estão:

- A inovação social se caracteriza como um bem social e público de geração de valores sociais e melhoria da qualidade de vida.

- É orientada para detectar necessidades sociais e para a resolução dos problemas sociais, voltadas majoritariamente para benefícios sem fins lucrativos.

- As inovações sociais são aptas a atenderem demandas sociais que tradicionalmente não são atendidas pelo mercado e os desafios da inovação, podem ser no âmbito ambiental, econômico e social, na perspectiva global ou local.

- As fontes da inovação social são plurais, ou seja, pode decorrer de diferentes áreas. Em geral, ocorrem dentro de um contexto da sociedade, da cultura ou do mercado e no âmbito do contexto social. A inovação social preza pelo desenvolvimento comunitário.

- A inovação social também se caracteriza por ser resultado entre as dinâmicas “*bottom-up*” e “*top-down*”.

- Da perspectiva dos agentes, três áreas são relacionadas com a inovação social, quais sejam: sociedade civil, Estado e agentes empresariais.

- Fomentar um papel ativo dos usuários/pessoas e criação de novas relações sociais no codesenvolvimento de inovações.

- Aumentar a capacidade de ação sociopolítica e o acesso aos recursos necessários para a efetivação dos direitos e satisfação das necessidades;

- Ativação e construção de sistemas de colaboração;

- Empoderamento de grupos sociais carentes;

- No âmbito da governança, a inovação social se caracteriza como um modelo multinível e participativo em que há a colaboração das pessoas nos processos de tomadas de decisões;

- Quanto aos desfechos da inovação social, estes podem ser ocorrer no desenvolvimento de novas formas de organização e relações sociais; geração de novos ou melhorados produtos, serviços, normas, procedimentos ou regras;

- Melhora o bem-estar, sustentabilidade e promove inclusão social, principalmente para grupos menos favorecidos;

- Contribui para a melhoria dos direitos de acesso e inclusão política;

- Impacta as políticas de desenvolvimento de um modo geral;

Assim, as características predominantes da inovação social são a ocorrência de mudança no setor/ambiente onde a ideia inovadora é implementada e se essas mudanças atendem uma necessidade humana ou atinge um problema relevante (BORGES *et al.*, 2020; PRIM *et al.*, 2020).

Na perspectiva de Juliani *et al.* (2014), a inovação social tem como característica a novidade e a ação intencional orientada para atingir o resultado desejado. Inovações sociais são planejadas, coordenadas e orientadas para o objetivo específico de, por meio de novas práticas sociais, fazer mudanças sociais. Nesse ponto, identificar se projetos implementados pelas cooperativas de crédito atendem minimamente algumas características permite afirmar se esse ator é capaz de gerar inovação social.

Sobre seus efeitos, a inovação social é relevante para o desenvolvimento do território, uma vez que é possível propiciar a geração de empregos, o empreendedorismo e os rendimentos e dinamizar a economia local e possui o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade de vida da população beneficiada (BITTENCOURT; RACONI, 2016).

Há experiências que demonstram as cooperativas de crédito como atores fundamentais no fortalecimento da comunidade local quanto ao acesso ao crédito (PORTO, 2020; SOUZA; SCHMIDT, 2020; FILÉTI *et al.*, 2019). O estudo de Jacques e Gonçalves (2016) demonstra que as iniciativas para acesso ao microcrédito realizadas pelas cooperativas de crédito são medidas socialmente inovadoras para o fortalecimento local dos indivíduos em relação ao acesso ao crédito facilitado.

Zeni e Fumagalli (2019) realizaram um estudo sobre as cooperativas de crédito na mesorregião do sudoeste paranaense. As cooperativas de crédito dessa região possuem ênfase no âmbito rural. Os autores identificaram que a economia local foi fortalecida em razão do incentivo à poupança e dessa maneira o dinheiro ficou retido no município. Outra medida identificada por Zeni e Fumagalli (2019) foi a existência de concessão de crédito aos cooperados para o programa de habitação rural. A política foi desenvolvida para estimular a permanência dos produtores no ambiente rural.

As medidas identificadas no estudo acima mencionado podem ser consideradas de inovação social, ao passo que gerou aumento do bem-estar de determinado grupo (os produtores rurais); facilitou o acesso ao crédito deles; incentivou a diminuição do êxodo rural, como também fortaleceu a economia local, tudo isso com a participação da própria comunidade nas decisões, o que implica o papel ativo dos usuários destinatários das ações da cooperativa.

A própria implementação da cooperativa de crédito no semiárido do nordeste baiano, mencionado por Jacques e Gonçalves (2016), caracteriza a existência de inovação social

na região. Isso porque, o acesso às instituições financeiras tradicionais não era pleno aos membros da comunidade. O acesso ao crédito facilitado por meio de uma cooperativa de crédito ensejou consequências ao desenvolvimento da região, ao passo que fortaleceu grupos menos favorecidos. Resta saber se tais organizações também refletiram no desenvolvimento de ações voltadas para a educação financeira das comunidades por elas atendidas, sendo este o objeto deste estudo.

6.1 Facilitadores e Barreiras à Inovação Social

Neste trabalho, a inovação social é compreendida como um construto complexo e multifacetado. Como visto, trata-se de uma ideia que representa potencial solução para necessidades sociais e para que ela seja colocada em prática é necessário haver interação entre atores (FEITOSA *et al.*, 2020). Ao considerar seu potencial de mudança, a inovação social possui barreiras, mas também fatores que a impulsionam.

Inicialmente, foi realizada a categorização das barreiras à inovação social proposta por Sheth e Ram (1987) citados por Mussi *et al.* (2008). Em linha de princípio, se trata de limitadores apenas em relação às organizações como agentes potencialmente promotores de ações inovadoras. Para as autoras, as barreiras para que a inovação social ocorra por meio das organizações são: i) expertise; ii) processos; iii) recursos; iv) leis e normas e v) acesso ao mercado.

- Expertise: quanto mais se especializam em determinado assunto, mais os indivíduos se colocam em uma zona de conforto e por essa razão tendem a ter maior dificuldade para idealizar inovações.

- Processos: a forma de produção supervalorizada é aceita pelos membros da organização como um processo super estruturado. Logo, não há intenção por parte dos membros da organização de rever os processos e não há tempo.

- Recursos: disponibilidade de recursos humanos e financeiros seria significativo para impedir realização de ações inovadoras.

- Leis e normas: se uma organização opera em um ambiente altamente regulamentado, não é possível que haja muitas oportunidades de inovação.

- Acesso ao mercado: a dificuldade que as organizações têm de alcançar novos mercados é um fator limitante da inovação.

Com o avanço dos estudos na área, não só as barreiras à inovação social foram repaginadas, como também foram identificados fatores de incentivo à inovação. A

categorização das barreiras e os fatores de incentivo à inovação social baseada nos estudos de Bataglin (2017) engloba os seguintes tópicos apresentados no Quadro 8:

Quadro 8 – Barreiras e fatores de incentivo à Inovação Social

BARREIRAS:

- Ausência de políticas públicas e marcos regulatórios para a inovação social;
- Falta de apoio governamental;
- Falta de qualificação dos atores sociais locais;
- Falta de capacitação técnica;
- Resistência da comunidade a mudanças nos padrões convencionais;
- Falta de apoio financeiro; sistema financeiro tradicional – processos rígidos e muito formalizados;
- Resistência político institucional;
- Dificuldades na articulação com o poder público.

FATORES DE INCENTIVO:

- Rede e colaboração de atores;
 - Parcerias intersetoriais;
 - Identidade coletiva (identificação comum entre os participantes);
 - Laços de confiança entre os atores locais (Laços fortes);
 - Relação com atores externos (laços fracos);
 - Propósito e valores compartilhados entre os participantes;
 - Valores de cooperação e solidariedade;
 - Gestão participativa;
 - Estruturas organizacionais flexibilizadas e horizontalizadas;
 - Baixo nível de formalização;
 - Ênfase no processo;
 - Autonomia (grau de liberdade para a exposição de ideias e iniciativas);
 - Engajamento e participação da população local;
 - Liderança comunitária;
 - Valorização de produção e do consumo local;
 - Transmissão de conhecimento aos menos experientes (aprendizagem compartilhada);
 - Figura do ator hábil na articulação com os atores externos.
-

Fonte: elaborado pela autora com base em Bataglin (2017).

Bataglin (2017) aponta que seria impossível definir todas as limitações e todos os incentivos, dada a complexidade da inovação social. Dentre os fatores de incentivo Bataglin (2017) destaca alguns deles como a rede e colaboração de atores e parceria intersetorial; gestão participativa; valorização de produção e consumo local e laços de confiança entre os atores locais.

A colaboração de atores e parceria intersetorial é considerada como um fator de incentivo à inovação social por permitir que setores privado e público, sociedade civil, comunidade acadêmica e outros possibilitem ações interdepartamentais, sob forma de parcerias ou rede que permitem a articulação de medidas que promovam bem-estar social com vistas à mitigação de determinado problema (TORLIG *et al.*, 2021).

A gestão participativa se trata da relação entre beneficiários da inovação social e o ator promotor dela. A gestão participativa permite a confiança entre os atores locais, afinal, as medidas socialmente inovadoras implementadas na comunidade tendem a aproximar os envolvidos. Torna-se um processo de troca e crescimento mútuo, portanto, incentivador da inovação.

A valorização de produção e consumo local é definida como um fator de incentivo por ser considerado um resultado da implementação da inovação social numa comunidade. Bignetti (2011) afirma que o ganho da prática inovadora não é exclusivamente um ganho econômico, mas um ganho social.

Outros estudos como os realizados por Solov'eva, Popov, Caro-Gonzalez, Hua Li (2018) apontam como barreiras da inovação social a falta de financiamento, treinamento e capacitação dos atores (agentes da inovação), costumes, valores, normas sociais e cultura; idioma/linguagem e questões institucionais, políticas e regulatórias.

Bataglin (2017) e Solov'eva, Popov, Caro-Gonzalez, Hua Li (2018) apontam algumas barreiras em comum à inovação social, quais sejam: ausência de capacitação dos atores, resistência da comunidade ou costumes/normas sociais/cultura, financiamento e questões institucionais/regulatórias. Contudo, Solov'eva, Popov, Caro-Gonzalez, Hua Li (2018) trazem o elemento diferente quanto às barreiras à inovação, qual seja: a linguagem/idioma como um fator limitador. O estudo de Bhatt *et al.* (2016) corrobora nesse sentido. Isso porque, afirmam que os agentes promotores possuem dificuldades em implementar a ação inovadora quando não falam a mesma língua do beneficiário ou estão em níveis de instrução distintos (FEITOSA *et al.*, 2020).

A falta de treinamento e/ou capacitação dos atores como uma barreira à inovação social também foi identificado nos estudos de Raemdonk (2018); Mahmuda *et al.* (2014) e Dufour, Lessard e Chamberland (2014), além dos estudos de Bataglin (2017) e Solov'eva, Popov, Caro-Gonzalez, Hua Li (2018), conforme Feitosa *et al.* (2020). Os autores consideram esse fator como um fracasso à inovação social, pois os agentes promotores da ação inovadora não possuem conhecimento e/ou habilidades para desempenhar sua função. Logo, para todos os autores, o treinamento deve ser contínuo e essencial para o sucesso da inovação social.

O financiamento é considerado uma barreira, pois o objetivo primário da inovação social não é a maximização dos lucros. O objetivo primário é a mudança social no grupo/comunidade onde se aplica a medida inovadora (BORGES *et al.*, 2020). Nesse ponto, investimentos para a realização dessas medidas são precários em razão do risco que investidores têm de não possuírem retorno financeiro com implementação de ações socialmente inovadoras (FEITOSA *et al.*, 2020).

Nesse ponto, Mahmuda, Baskaran e Pancholi (2014) abordam sobre a questão do financiamento para além do investimento monetário por parte dos agentes. Os autores indicam que a ação inovadora ou o programa instituidor da ação inovadora deve fiscalizar e disponibilizar condições estruturais para o indivíduo desenvolver a atividade.

A questão da cultura e/ou normas sociais indicada por Solov'eva, Popov, Caro-Gonzalez e Hua Li (2018) são fatores de barreira, pois são aspectos internalizados nos indivíduos que fazem parte da construção enquanto ser humano, estes beneficiários da ação inovadora. Os aspectos internalizados por essas pessoas podem gerar a resistência da comunidade indicada como uma barreira por Bataglin

(2017), pois os beneficiários podem não querer alterar comportamentos ou ampliar conhecimentos dada as crenças limitantes decorrentes dos seus costumes.

O último fator limitante da inovação social proposto em comum por Solov'eva, Popov, Caro-Gonzalez, Hua Li (2018), Bataglin (2017) e, nesse caso, por Sheth e Ram (1987) é o que trata sobre questões institucionais, políticas e regulatórias. Ao tratar sobre a questão política, Bataglin (2017) a atrela ao ator governamental. Isso porque, esse ator possui potencial de formular programas ou políticas públicas que auxiliem a sociedade com ações inovadoras.

A limitação decorrente da regulamentação ocorre quando as exigências legais/regulatórias impedem ou dificultam que ações inovadoras sejam promovidas dado ao formalismo e a impossibilidade de flexibilização nas regras (FEITOSA *et al.*, 2020). Além disso, Mussi e Spuldaró (2008) afirmam que o excesso de normas e as restrições decorrentes delas acabam homogeneizando as ações propostas pelas organizações enquanto agentes da inovação social (atores) e também suas estruturas.

Pontualmente, as cooperativas de crédito se assemelham quanto a sua forma de organização e funcionamento, pois são regidas por normas específicas que versam sobre sua constituição e desenvolvimento. Nesse sentido, Mussi e Spuldaró (2008) indicam que a homogeneização das organizações decorrentes do excesso normativo sofre influência do isomorfismo normativo, este decorrente do isomorfismo institucional.

O ambiente político-institucional também é considerado uma barreira à inovação social, pois esse ambiente molda as atividades a serem desenvolvidas, bem como as rotinas comportamentais dos membros das organizações (BATAGLIN, 2017). Assim, possibilidades de desenvolvimento de ações inovadoras tendem a diminuir dado ao padrão institucional existente na organização. Porém, Martin (1992) ressalta que ainda que o contexto institucional de referência seja capaz de proporcionar organizações que sofram mesmas pressões e exigências – o que permite sua homogeneização – eles podem tomar cursos de ações distintos.

O tópico a seguir abordará a teoria institucional para que a partir do seu construto teórico seja permitido refletir sobre em que medida o isomorfismo pode influenciar nos projetos e/ou ações potencialmente inovadoras.

7 TEORIA INSTITUCIONAL

Por ser objetivo analisar se as ações promovidas pelas cooperativas de crédito voltadas para a resolução de problemas relacionados à educação financeira nas comunidades por elas atendidas podem ser resultantes ou restringidas por processo isomórfico, a perspectiva institucional será o objeto deste tópico do referencial teórico. Assim, esse marco teórico a respeito da teoria institucional se justifica tanto para fornecer uma breve apresentação de uma das abordagens que será considerada no trabalho, quanto para ampliar as possibilidades de interpretação dos dados e informações obtidos no campo.

A teoria organizacional há muito tempo se desdobra, altera e busca compreender as organizações e seus impactos na sociedade. Desde o positivismo até as teorias mais modernas sobre o tema há uma necessidade em compreender as diversas organizações existentes. Nota-se que no mundo heterogêneo de organizações as teorias buscaram interpretá-las. Grande parte da teoria organizacional moderna pressupõe um mundo das organizações diferenciado e diverso e, portanto, busca explicar a variação entre as organizações (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

Do ponto de vista estrutural, há a Teoria Institucional que procura explicar os fenômenos organizacionais, ou seja, como as organizações são levadas a incorporar práticas e procedimentos definidos por conceitos dominantes na sociedade enquanto estrutura (CARVALHO *et al.*, 2005). A abordagem institucional tem sido explorada em diferentes vertentes, quais sejam: a política, a econômica e sociológica. Cada uma delas possibilita meios de entendimento para os fenômenos sociais em seus respectivos campos (CARVALHO, *et al.*, 2012).

Na perspectiva política, “estruturas legais e formas particulares de governança (...) enfatizam questões como a autonomia das instituições políticas em face das pressões sociais e políticas institucionais promotoras de cooperação internacional” (CARVALHO, *et al.*, 2012, p. 475). No contexto econômico, a abordagem em comento contrapôs-se aos fundamentos da economia clássica e introduziu a “estrutura social como determinante de processos econômicos” (CARVALHO, *et al.*, 2012, p. 476).

Na perspectiva sociológica, a teoria institucional é um dos novos modelos de análise dos estudos organizacionais ao lado de outros referenciais hegemônicos em teoria das organizações (MELO PEREIRA, 2012). Diz-se novo, pois sua teorização tem início nas décadas de 40 e 50 com os trabalhos de Phillip Selznick; Meyer e Rowan (1977), Scott (1995), Zucker (1977) até trabalhos de Dimaggio e Powell (1983) (GUARIDO FILHO, 2008). Selznick (1972) foi um dos percussores dessa teoria e traz à reflexão a questão acerca da

tendência da organização em absorver valores da comunidade em que está inserida (CARVALHO *et al.*, 2005).

No início da construção teórica da teoria institucional, teóricos começavam a reconhecer, no período entre 1950-1960, as organizações como unidades significativas no universo social e assim elas são reconhecidas também como um elo entre os indivíduos (SCOTT, 1995 apud CARVALHO *et al.*, 2012). Assim, Scott (1995) explica Selznick (1972) quanto este explicou a diferença analítica entre organizações e instituições. Nesse sentido:

A organização é um instrumento técnico para a mobilização das energias humanas, visando uma finalidade já estabelecida. [...] Refere-se a um instrumento precível e racional projetado para executar um serviço. Em tese, um empreendimento assim caracterizado atua basicamente sobre sua própria estrutura e concentra processos no desenvolvimento de seus produtos. A instituição é “o produto natural das pressões e necessidades sociais — um organismo adaptável e receptivo” e como tal, assume caráter específico, valiosa em si mesma, independentemente dos produtos ou serviços que ofereça (SCOTT, 1995 apud CARVALHO *et al.*, 2012, p. 484).

Para Selznick (1972) citado por Carvalho *et al.* (2012), a institucionalização seria um processo que ocorre em uma organização ao longo do tempo a partir do reflexo das peculiaridades históricas de onde a organização surgiu e de como ela foi formada, construídas pelos indivíduos que compõem essa organização, pelos grupos e relação com a comunidade a qual a organização está inserida, como também pela maneira pela qual mantêm um relacionamento com o ambiente. Só assim a organização se tornaria uma instituição.

Essa definição é essencialmente alterada com os trabalhos de Meyer e Meyer e Rowan (1977) que compõem o chamado novo institucionalismo. Nesse ponto, as ideias de Selznick (1972) ficam sob a égide do velho institucionalismo (CARVALHO *et al.*, 2005). Como mencionado, a abordagem institucional a partir da abordagem sociológica é vista como uma das teorias para conhecer as organizações e as relações de interdependência entre elas e o meio ambiente (SILVA; VERDU; CRUBELATTE, 2020).

Contudo, diferentemente dos trabalhos de Selznick (1972), o institucionalismo que se fundamenta na perspectiva de Meyer e Rowan (1977, p. 340), parte da premissa de que “muitas estruturas organizacionais formais surgem como reflexos de regras institucionais racionalizadas”, ou seja, as organizações podem ser levadas a incorporar as práticas e procedimentos definidos pelos conceitos dominantes do ambiente organizacional e que estejam institucionalizados na sociedade. Sob essa nova perspectiva, as organizações perdem um relativo controle sobre o meio ambiente (CARVALHO *et al.*, 2012).

Para Machado da Silva e Fonseca (1999, p. 31) “as organizações estão inseridas em ambiente constituído por regras, crenças e valores, criados e consolidados por meio da interação social”. Para esses autores, a sobrevivência das organizações depende diretamente da capacidade delas de atenderem regramentos coletivamente compartilhados.

Para Crubellate (2007), as ideias de Machado da Silva e Fonseca são centrais para compreender a perspectiva institucional fundadas na tradição sociológica com a predominância do entendimento de que “a capacidade de decisão racional dos sistemas é afetada pelas contingências do seu contexto” (CRUBELLATE, 2007, p. 202). Afinal, para Carvalho *et al.* (2012) as organizações não mais se estruturam com a finalidade exclusiva para obter eficiência em suas atividades. Elas respondem à influência do ambiente, mas não apenas as variáveis como tecnologia ou tamanho da sua estrutura, por exemplo. Valores, crenças e mitos compartilhados são capazes de influenciar esse espaço.

Logo, as organizações também não são mais fontes ou destinos de recursos materiais, mas também fontes e destinos dos chamados recursos simbólicos que podem ser exemplificados como o reconhecimento social e legitimação. Esse duplo recurso não é o mesmo para todas as organizações, tendo cada uma delas o equilíbrio necessário para seu funcionamento. Carvalho *et al.* (2012) demonstram que nas instituições financeiras, por exemplo, há um equilíbrio entre recursos técnicos e institucionais. Já nas estruturas manufatureiras os recursos técnicos sobrepõem-se de forma determinante à estrutura institucional. Nascimento *et al.* (2010, p. 3) explica:

A teoria institucional organizacional fornece uma visão rica e complexa das organizações. Nessa teoria, as organizações são influenciadas por pressões normativas, às vezes provenientes de fontes externas, tais como o Estado, outras vezes decorrentes de dentro da própria organização. Sob certas condições, essas pressões levam a organização a ser orientada por elementos legitimados por procedimentos operacionais padrão, para a certificação profissional e a exigência, que muitas vezes têm o efeito de direcionar a atenção de desempenho da tarefa.

Para fins desse trabalho, a teoria institucional será abordada a partir da sua vertente sociológica do novo institucionalismo. No novo institucionalismo, o processo para entender as mudanças dos arranjos estruturais das organizações a partir da relação com o ambiente, tendo em vista que as organizações são vistas como uma realidade socialmente construída, é denominado como institucionalização (DIAS FILHO, 2013; CARVALHO *et al.*, 2012) de forma diferente daquela caracterizada por Selznick (1972).

Assim, a institucionalização é definida como “o processo pelo qual processos sociais, obrigações ou circunstâncias assumem o *status* de norma no pensamento e na ação

sociais” (CARVALHO, *et al.*, 2012). Sob essa perspectiva, diferentemente sugerido pela versão anterior, as organizações perdem o controle sobre o ambiente.

Logo, compreender a teoria institucional é essencial para entender as mudanças estruturais das organizações, pois o funcionamento das organizações é vista como uma realidade socialmente construída (DIAS FILHO, 2003). Para Nascimento *et al.* (2010) podem ser consideradas duas formas de mudança organizacional. Uma delas seria a mudança de valores ou estruturas que caracterizam as instituições e a outra seria o desenvolvimento interno da organização ou um processo de institucionalização.

Contudo, questiona-se: o que seriam as instituições? Neste âmbito, o Quadro 9 apresenta três principais conceitos trazidos no trabalho de Pereira (2012, p. 133-134).

Quadro 9 – O que são as instituições?

Autor/Ano	Conceito
North (1990)	As regras do jogo de uma sociedade
Greenwood <i>et al.</i> (2008)	Aqueles comportamentos sociais repetitivos que são, em maior ou menor grau, tidos como verdadeiros, sustentados por sistemas normativos e compreensões cognitivas que fornecem significados para as trocas sociais e assim habilitam a autorreprodução da ordem social
Scott (2008)	Instituições são compostas por elementos regulativos, normativos e cultural-cognitivos que, juntamente com atividades e recursos associados, proporcionam estabilidade e significado para a vida social

Fonte: elaborado pela autora com base em Pereira (2012, p. 133-134).

Para Carvalho *et al.* (2005), as instituições são um fenômeno estruturado pela sedimentação de significados que promovem implicações para ações práticas das organizações. A essa incorporação de padrões e regras é denominado *scripts*, isto é, padrões aceitos e legitimados para definir práticas e comportamentos. Nesse sentido, os *scripts* tomados como certos guiam pessoas e organizações num comportamento adaptativo (CARVALHO *et al.*, 2005).

Além disso, existem diferentes graus de institucionalização e o processo de mudança institucional é baseado em quatro grandes tipos: a formação, que é um afastamento da desordem, ou dos padrões de comportamento reproduzíveis ou não; a desinstitucionalização, que se trata sobre não reproduzir padrões. Em terceiro, há o desenvolvimento institucional, que é a mudança institucional em si por meio da continuação, e a reinstitucionalização, que representa a saída de uma institucionalização e a entrada em outra forma institucional (CARVALHO *et al.*, 2005).

A teoria institucional avança para o conceito da teoria neoinstitucional. Nesta segunda, as instituições são vistas como atores políticos e formadores de decisões. O ambiente externo não é estático. Ele muda e influencia na tomada de decisões como atores políticos e a empresa, nesse novo cenário, se ver em um ambiente mais dinâmico e muito mais contingencial. Existem contingências, logo, é importante tentar focar na homogeneização do ambiente organizacional. Assim, tenta-se prever essas mudanças (DIAS FILHO, 2003).

O institucionalismo endossa a importância dos valores externos para a organização, uma vez que, para a teoria, o ambiente pode ser capaz de gerar visões compartilhadas coletivamente de modo que as organizações, sobretudo aquelas que pertençam ao mesmo grupo, se constituem em generalizações “pautadas pela busca por legitimidade de proficiência” (CALLADO *et al.*, 2014, p. 208).

Nesse contexto, DiMaggio e Powell (2005) questionam o porquê da existência de homogeneidade surpreendente de formas e práticas organizacionais. Assim, inicia-se a reflexão a respeito da homogeneidade no campo dos estudos organizacionais. Isso porque, no início das organizações os campos organizacionais apresentam uma abordagem diversa, mas uma vez que um campo se torne bem estabelecido, há um impulso inexorável em direção à homogeneização.

O conceito que melhor explicaria o processo de homogeneização é o de “isomorfismo”. O isomorfismo tratado em DiMaggio e Powell (2005) é considerado um clássico da nova corrente institucional, pois os autores oferecem uma análise macro instrumental de mudança estrutural nas organizações (PECI, 2006).

DiMaggio e Powell (2005, p. 76) explicam que o isomorfismo “constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais”. Nesse contexto, as organizações “acabam se ajustando às exigências da faceta técnica e institucional do seu ambiente, com base nas opções de ação convencionalmente aceitas a fim de alcançar legitimidade em seu campo” (MUSSI; SPULDARO, 2008, p. 40). A mudança que ocorre nas empresas para que alcancem esse “estado” de homogeneização não está ligada só a busca pela eficiência, mas com a conformidade com o ambiente institucional que lhes garantem legitimidade no sistema social (FREITAS; FREITAS, 2013).

Existem dois tipos de isomorfismo: o competitivo e o institucional. O primeiro pressupõe uma racionalidade sistêmica que enfatiza a competição no mercado. O segundo constitui uma ferramenta útil para se compreender a política e o cerimonial que

permeiam parte considerável da vida organizacional moderna (DIMAGGIO; POWEL, 2005; FREITAS; FREITAS, 2013).

Existem três mecanismos que conduzem ao isomorfismo institucional: o isomorfismo coercitivo, o mimético e o normativo. O primeiro deriva das influências políticas e pressão formal ou informal para a adequação dos padrões organizacionais exercidos por outras organizações ou pela própria expectativa cultural da comunidade que as organizações se inserem (DIMAGGIO; POWEL, 2005).

O isomorfismo mimético se caracteriza a partir da necessidade de imitação. Isso significa que quando as organizações – em geral aquelas que não conseguem resolver seus problemas por conta própria – não encontram solução para determinada questão, preferem assumir uma postura de acordo com uma determinada organização considerada líder naquele segmento, ou seja, implementam processos semelhantes à outra organização a assim consideram seu funcionamento como socialmente aceitas dotadas de validade (FREITAS; FREITAS, 2013).

Por fim, o mecanismo normativo do isomorfismo institucional se trata da mudança organizacional por meio da profissionalização. A base profissional das organizações acaba por se assemelhar na medida em que os métodos de trabalho e as condições dele são comuns (FREITAS; FREITAS, 2013). Tal similaridade conduz às organizações a formas e práticas semelhantes que as levariam a determinado padrão de qualidade da sua base (DIMAGGIO; POWEL, 2005). Para Vicente e Portugal (2016), o isomorfismo normativo é caracterizado pela maneira considerada certa e verdadeira como a organização procede.

Soma ao conceito deste terceiro mecanismo o estudo de Mussi e Spuldaro (2008) quando abordam o isomorfismo normativo emergente das normas/regras. Para os autores, o conjunto normativo impõe às organizações determinadas formas, restrições e obrigações que inviabilizam a alteração de práticas consideradas como corretas por estarem definidas em regramentos. Além disso, o excesso de regulamentação inibe ações novas em determinado setor, como também resulta na homogeneização de determinadas ações ou estruturas da organização (MUSSI; SPULDARO, 2008).

No campo do cooperativismo, já existem estudos sobre a teoria institucional com destaque para os processos isomórficos em e, embora ainda seja uma literatura incipiente, os estudos se apresentam relevantes e têm se consolidado (ENSSLIN *et al.*, 2014). De início, Meyer e Rowan (2001) apresentam a premissa de que as estruturas organizacionais estão inseridas e são reflexos dos contextos institucionais. Para Freitas e Freitas (2013, p. 1003) “as organizações que incorporam elementos socialmente legitimados e racionalizados em suas

estruturas formais possuem maiores condições de maximizarem sua legitimidade e aumentar sua sobrevivência”.

Nesse contexto, Carpes e Meyer (2020) inicialmente identificam a diversidade de teóricos que apresentam indícios sobre a existência de distorção do modelo cooperativo justamente sob o argumento das assimilações isomórficas. Isso porque, as cooperativas estão inseridas em um modelo de mercado econômico não cooperativo e, portanto, não deveriam ser competitivas em relação ao mercado (CARPES; MEYER, 2020). Ainda, Gómez e Sosa (2015) afirmam que o debate sobre o isomorfismo nas cooperativas de crédito é relevante ao passo que é percebido no meio delas comportamentos que reproduzem as empresas tradicionais, cujo objetivo é o lucro.

Para Michels (2000), a perspectiva social cooperativa é mais importante do que a perspectiva de mercado/competitividade e o sucesso dela estaria intrinsecamente ligado ao caráter solidário e ao ganho social. A partir disso, Carpes e Meyer (2020, p. 72) apontam que as cooperativas “têm invariavelmente assimilado tendências capitalistas”, o que permite considerar que há incidência do isomorfismo coercitivo em relação a estruturação do ambiente cooperativo. Nesse sentido, Freitas e Freitas (2013, p. 1005) afirmam que

O Estado em seu papel de regulação exerce forças concretas de mudanças isomórficas nos campos organizacionais. A existência de um ambiente legal comum, como é o caso do setor financeiro e das cooperativas de crédito, afeta diversos aspectos da ação e da estrutura das organizações.

O estudo de Simão *et al.* (2016) demonstra que o caminho para as cooperativas é adequar sua estrutura organizacional, pois os novos modelos de negócio destacam mais as variáveis econômicas do que as variáveis políticas ou sociais. Para os autores, a conformidade das cooperativas à perspectiva econômica, “propiciaria ao empreendimento condições de garantir seu papel social” (SIMÃO *et al.*, 2016, p. 66).

A discussão da compatibilidade ou não sobre as cooperativas de crédito se assemelham a grandes organizações do setor sob a ótica da perspectiva do mercado e, logo, sofrerem influências isomórficas, pressupõe também a complexidade da cooperativa, pois conforme Simão *et al.* (2016) esta deve ter: i) proposta social; ii) performance financeira; iii) desenvolvimento local e iv) filantropia (negócio não lucrativo).

Ao tratar sobre a proposta social da cooperativa, tem-se que esta está voltada para a melhoria da qualidade de vida dos seus associados “mediante o preenchimento de uma falha de mercado” (SIMÃO *et al.*, 2016, p. 67). Para tanto, desenvolver ações voltadas para a

educação financeira é importante, afinal, seus cooperados esperam obtenção de resultados que melhorem sua condição econômica.

Contudo, ao considerar os princípios cooperativistas, nota-se a necessidade de contribuir para o desenvolvimento social local. Logo, o foco da atividade, além da obtenção econômica, é proporcionar fortalecimento da comunidade a qual a cooperativa se insere. Por fim, a filantropia perpassa por missões de cunho social em que possa estabelecer a relação de confiança e *práxis* cooperativa (SIMÃO *et al.*, 2016). Neste último ponto, podem os projetos sociais das cooperativas serem importantes instrumentos dessa relação.

Embora haja a preocupação, Carpes e Meyer (2020) identificaram que as grandes cooperativas buscam equilibrar aspectos da produção/mercado com a preocupação e desenvolvimento social, o que poderia ser um “potencial poder de barganha no mercado frente aos demais agentes econômicos (CARPES; MEYER, 2020, p. 80).

Os estudos de Simão *et al.* (2016), Freitas e Freitas (2013), Carpes e Meyer (2020) e Gomez e Pérez (2016) além de subsidiarem o debate teórico a respeito do isomorfismo no ambiente cooperativo, demonstraram em comum que as cooperativas tendem a sofrer forças isomórficas para atuarem. Em que pese os estudos terem suas limitações, é possível identificar o processo de transição das cooperativas para o viés econômico.

Especialmente Gomez e Pérez (2016) retratam que as cooperativas de poupança e empréstimo do México foram levadas ao isomorfismo institucional coercitivo quando houve a necessidade de estipulação de regras e regulamentos para conferir as garantias e proteções necessárias aos cooperados poupadores, livrando-as de fraudes. Para os autores, o estudo considerou que as regras aplicáveis à cooperativa de poupança no México foram fundamentais para a criação de fundos de proteção, fiscalização e previsão de sanções. Constataram, portanto, um processo isomórfico que levou a maior segurança jurídica aos cooperados.

Carpes e Meyer (2020) também constataram que as cooperativas agropecuárias brasileiras obtiveram oportunidades de crescimento quando foi permitido que estas estruturas se assemelhassem com instituições do mesmo setor. Especificamente, o mecanismo mimético foi o principal identificado no estudo ao passo que foi revelado o cuidado que essas organizações têm em utilizar técnicas já adotadas no mercado por outras instituições. Tal medida permite a validação das cooperativas na realidade social e a tendência é a busca de técnicas já legitimadas no mercado.

Por seu turno, Freitas e Freitas (2013) apresentaram a necessidade da adequação das cooperativas de crédito ao ambiente institucional. Destacaram o BACEN enquanto instituição determinante de normas e padrões para as atividades financeiras que colaborou para

o mecanismo isomórfico coercitivo. Destacaram o mecanismo mimético quando identificaram a adoção de práticas já realizadas por outras instituições. Além disso, relacionaram diretamente a necessidade de manutenção das cooperativas no ambiente de mercado com o seu reconhecimento.

Sendo assim, se por um lado as abordagens sobre a inovação social contribuem fortemente para o entendimento das práticas inovadoras, por outro, a teoria institucional apresenta-se como um marco teórico relevante para o entendimento de uma possível homogeneidade das cooperativas de crédito e, sobretudo explicar se, não obstante as forças isomórficas que as cercam, de fato elas podem ser consideradas como um fator de inovação social tendo em vista a educação financeira de integrantes das comunidades por elas atendidas.

8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com vistas à consecução do objetivo principal de analisar se ações das cooperativas de crédito registradas na Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG) podem ser consideradas como fator de inovação social no combate à ausência de educação financeira nas comunidades onde estão inseridas, foi necessário utilizar-se da metodologia de pesquisa de natureza quantitativa.

Para Proetti (2018), o conhecimento científico é obtido por meio de procedimentos metodológicos que permitem a busca, análise, interpretação e entendimento de fatos e fenômenos, assim como possui a pretensão de revelar aspectos de realidade de forma sistemática, planejada e organizada. Para o autor, a metodologia de pesquisa quantitativa é uma dessas formas. No estudo quantitativo, “o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido *a priori*” (GODOY, 1995, p. 58) e objetiva demonstrar, de forma quantificada, a importância dos dados coletados em uma verificação.

Ainda, Proetti (2018) apresenta algumas características da pesquisa quantitativa, quais sejam: i) é objetiva, ii) testa teorias, iii) permite a percepção de forma quantificada do fenômeno estudado, iv) permite selecionar população e amostras e identificar suas propriedades, v) é permitido ao pesquisador medir, correlacionar e estabelecer estatísticas e escalas; vi) é mecanicista, isto é, comprova numericamente; vii) expressão valores conclusivos e viii) o pesquisador mantém distância do objeto de estudo. Por certo, as características da pesquisa de natureza quantitativa não se esgotam nas acima apresentadas, mas ajudam na construção da ideia deste tipo de estudo.

Apesar de complementada com uma etapa qualitativa, esta pesquisa é de natureza e abordagem quantitativa que se caracteriza pelo emprego da quantificação, seja nas modalidades de coleta de informações ou no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). Assim, este estudo utiliza dados estruturados ou estatísticos para buscar validar hipóteses, por exemplo. Logo, ela quantifica os dados e obtém resultados da amostra para os interessados (GIL, 1999).

Como a pesquisa também objetiva identificar a inovação social nas ações e ou nos projetos desenvolvidos pelas cooperativas mineiras, destaca-se que os autores Justen *et al.* (2018) abordam sobre a dificuldade de mensuração dos resultados proporcionados pela inovação social. Isso porque, a variedade dos conceitos a respeito do tema é um fator que

obstaculiza a aferição das ações inovadoras. Para Westley e Antadze (2010) o contexto social é dinâmico e dificultaria a visualização de variáveis para a mensuração da inovação social.

Mensurar a inovação social pode ser complexo também pelos objetivos distintos para os quais as ações inovadoras são propostas (JUSTEN *et al.*, 2018). Todavia, Dainienè e Dagilienè (2016) apontam que uma das formas para se aferir a inovação social possa ser por meio de aplicação e definição de indicadores alinhados aos objetivos para os quais se aplicam as inovações. Conquanto não haja consenso sobre a definição de inovação social, Hoelscher e Mildemberger (2015) citados por Justen (2018) afirmam que a forma de avaliá-la seja ainda menor quando comparadas a quantidade de conceitos a seu respeito, mas sugerem a integração de diferentes métodos de avaliação, pois a inovação social “é um processo dinâmico que varia de acordo com o contexto em que se apresenta” (JUSTEN *et al.*, 2018, p. 7). Justen *et al.* (2018) realizaram um estudo sobre trabalhos a respeito da inovação social que contém sugestões sobre instrumentos de avaliação e mensuração, conforme Quadro 10.

Quadro 10 - Sugestões de Avaliação e Mensuração da Inovação Social (IS)

Autores	Ano	Sugestões de avaliação e mensuração da inovação social (is)
Krlev, Bund e Mildemberger	2014	Para mensurar a inovação social é necessária a definição de critérios. Os critérios seriam definidos a partir da busca teórica e seriam criados como meios para avaliar aspectos inerentes a inovação social, de acordo com a realidade em que ela se insere.
Dayson, Doci	2015	Também defendem a criação de critérios para avaliar a inovação social. Todavia, sugerem a criação de indicadores dentro deles para que possam ser aplicados e mensurados. Estes autores também defendem a consideração do contexto em que a inovação social está inserida em razão de ser dinâmica.
Bund, Gerhard, Hoelscher e Mildemberger	2015	Sugerem que para a análise/mensuração da inovação social é necessário utilizar indicadores. Estes podem ser mensurados de maneira qualitativa ou quantitativa, a depender do contexto. Análise quantitativa: indicadores avaliados a partir de escalas – como a escala de Likert. Análise qualitativa: indicadores avaliados no âmbito da realidade em que se aplicam por meio da observação do pesquisador que poderá perceber resultados, transformação e mudança social.

Fonte: elaborado pela autora com base em Justen *et al.* (2018)

Assim, para atender aos objetivos desta pesquisa foram utilizadas as seguintes categorias de análise para mensurar a inovação social nas práticas realizadas pelas cooperativas de crédito a fim de combater a ausência de educação financeira. As categorias são relacionadas com os elementos propostos por Caulier-Grice *et al.* (2012), e que são abordadas nas perguntas do questionário, quais sejam:

- A prática deve buscar atender uma necessidade social (necessidade social atendida);

- Não precisa ser inédita, completamente original ou única, mas de alguma forma deve haver novidade (presença de novidade na ação social);
- Elas devem criar uma melhoria mensurável no local onde são exercidas (redução no endividamento e conscientização, por exemplo);
 - Implementação, isto é, reflete a aplicação prática (efetividade das ações);
- Projetada para melhorar a capacidade da sociedade para agir com consequente capacitação dos beneficiários da prática (capacitação como etapa da implementação);

Embora os autores alertem para essa questão, para compreender a existência dos projetos e/ou ações que visam promover a educação financeira promovidos por cooperativas de crédito, como também as características das ações inovadoras frente a tentativa de combater a ausência de educação financeira, teve-se como fonte de informações, a coleta de dados junto às cooperativas de crédito cadastradas na OCE-MG.

Como técnica de coleta de dados a pesquisa estruturou-se por meio de aplicação de questionário. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 201), “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Junto com o *link* para o questionário, foi enviado um e-mail explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas a fim de despertar o interesse do representante da cooperativa, no sentido de que ele o preenchesse e o devolvesse dentro de um prazo razoável (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Importante destacar que antes do envio do questionário para as cooperativas de crédito mineiras e do desenvolvimento das etapas para prospectar respondentes foi enviado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) a proposta da pesquisa para aprovação dela. Por consequência, conforme Parecer nº 5.571.847, a pesquisa foi aprovada e considerada apta para ser desenvolvida.

O primeiro momento do estudo foi o de mapeamento e prospecção. Nesta etapa, foi encaminhado um *e-mail* para a secretaria do Sindicato e Organização de Cooperativas de Crédito do Estado de Minas Gerais (OCE-MG) com a finalidade de pedir o *mailing* atualizado das cooperativas de crédito mineiras cadastradas na organização. Contudo, em razão da Lei Geral de Proteção de Dados, não foi possível ter o *mailing* disponibilizado. Nesse ponto, foi orientado baixar o aplicativo disponível no *Play Store*, do sistema android, chamado “Cooperativismo em Minas”. Nele teriam todas as cooperativas de crédito cadastradas na OCEMG.

Assim, foi aberto o aplicativo e acessado o tópico “catálogo de produtos e serviços”. Em seguida, foi clicado em “serviços” e, ato contínuo, em “financeiro”. Ao abrir o tópico “financeiro” foi apresentada uma lista com todas as cooperativas de crédito cadastradas na OCEMG organizadas em ordem alfabética “A-Z”. A princípio, é possível vislumbrar a sigla da cooperativa e a cidade onde ela fica localizada. Em seguida, ao abrir um item por vez é possível obter os dados acerca do nome completo da cooperativa de crédito, seu *e-mail*, contato telefônico e *website*. Além disso, há um resumo sobre a cooperativa em questão.

Diante das informações expostas no aplicativo foi possível realizar o mapeamento desse universo em planilha do programa Microsoft Excel 2010, em ordem alfabética “A-Z”, com a organização das cooperativas de crédito por seu nome, cidade, *e-mail* de contato e telefone de contato. As informações obtidas no aplicativo foram contabilizadas em 174 cooperativas de crédito cadastradas. A criação dessa planilha corresponde na criação do *mailing*.

Em posse das informações acima, na data do dia 05/09/2022, para cada agrupamento de 10 endereços eletrônicos das cooperativas de crédito mineiras coletados do aplicativo, foram enviados o primeiro *e-mail* de prospecção para explicar a pesquisa desenvolvida e avaliar quem poderia responder o questionário, tudo no prazo de 15 dias para a obtenção de respostas. Baseado em Marconi e Lakatos (2003), a prospecção demonstrou o que é a pesquisa, sua importância e a necessidade de respostas, como também identificou quem poderia responder o questionário, tendo em vista a especificidade do tema.

Ao final do prazo para retorno desse primeiro *e-mail* houve a obtenção de 1 (uma) resposta do questionário. Assim, a partir do dia 19/09/2022 foi iniciado o contato via telefone anotado na criação do *mailing* no programa Microsoft Excel, caracterizando-se a segunda etapa da prospecção. Observou-se que das 174 cooperativas cadastradas, 1 não tem o telefone disponível no aplicativo e no seu *website* e por essa razão não foi possível tentar realizar a segunda etapa com ela. Logo, do universo de 173 cooperativas com contato telefônico disponível, não foi possível estabelecer contato via telefone com 47 delas por algumas razões: número inexistente; chamadas desviadas; impossibilidade de completar as chamadas ou simplesmente não atenderam ao telefone em duas tentativas realizadas em dias e horários distintos. Porém, das 126 cooperativas de crédito restantes, tem-se que elas, por meio de seus funcionários, atenderam ao telefone.

O contato telefônico com os atendentes das cooperativas de crédito foi essencial para a prospecção, pois foi explicada, por meio desse contato, a pesquisa para o perfil, *a priori*, esperado do respondente, qual seja: o funcionário responsável pelo setor de contato de

atendimento da cooperativa, em geral, o atendente. Esperava-se este perfil, pois o contato de telefone disponível no aplicativo Cooperativismo em Minas, o qual foi listado em planilha, é o contato telefônico geral da cooperativa.

Nesse contexto, foi identificada duas posturas desse atendente na ligação estabelecida: i) ou esse atendente direcionava para qual endereço eletrônico correto deveria ser enviado o questionário *online*, podendo ser o mesmo do *mailing* ou outro endereço eletrônico de contato genérico da cooperativa; ii) ou esse atendente remetia a ligação para o responsável do setor da cooperativa que tivesse o perfil para responder a pesquisa explicada. Quando o atendente remetia a ligação para quem identificasse como o responsável, este também ouvia a explicação da pesquisa. Com a disponibilidade em receber o questionário, este responsável informava o e-mail institucional dele ou repetia o mesmo e-mail já disponível no *mailing*.

A cada ligação, foi verificada a disponibilidade do respondente em receber o questionário *online* e diante do aval positivo dele, após a ligação, imediatamente foi enviado um *e-mail* individualizado com o reforço da explicação sobre a pesquisa, seu objetivo e o *link* do formulário *online* criado no *Google Forms*. Especialmente, duas (2) dessas cooperativas, por meio de seus atendentes, responderam de imediato não ter interesse em participar da pesquisa e pediram para que não fosse enviado novo e-mail nesse sentido.

Assim, a terceira etapa consistiu em enviar o questionário para o endereço eletrônico fornecido pelo atendente de cada cooperativa, com o aval dele. Esse momento foi desenvolvido logo em seguida da segunda etapa. Reforça-se: na medida em que eram feitas as ligações e eram obtidos os endereços eletrônicos, em ato contínuo, era enviado novo e-mail como acima exposto. Esse processo começou do dia 19/09/2022 e foi até o dia 17/10/2022. Paralelamente, na medida em que os e-mails enviados na terceira etapa não eram respondidos em 7 dias, eram então enviados *e-mails* de lembrete a quem se disponibilizou a receber o questionário e responder a pesquisa, mas que por algum motivo não haviam ainda retornado. Com esse processo, foram obtidos 36 retornos. Por essa razão, a pesquisa se utilizou de uma amostra não probabilística, pois foi considerado um grupo de 36 respondentes de uma população de 173 cadastradas na OCEMG (20,8% de retorno), com contato divulgado.

Tratando-se do questionário, tem-se que ele foi devidamente estruturado para o envio, pois observou as normas precisas com o objetivo de aumentar sua eficácia e validade. Foi um questionário com grande parte das questões com múltipla escolha, cujas perguntas foram formuladas com base no marco teórico desenvolvido na pesquisa. Ele foi estruturado em quatro etapas: a primeira delas é caracterizada pelo envio da proposta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); a segunda etapa foi composta por 11 perguntas

para identificar a cooperativa participante e traçar o perfil do respondente e essas perguntas foram marcadas como respostas obrigatórias; a terceira etapa foi composta por 5 perguntas filtro/gerais, de múltipla escolha, a respeito do desenvolvimento de projetos e/ou ações sociais na cooperativa, sendo duas delas obrigatórias e, por fim, a quarta etapa foi destinada a perguntar sobre a existência de projetos e/ou ações desenvolvidos pela cooperativa de crédito sobre educação financeira.

As etapas de cada um dos blocos do questionário buscaram atender a um dos objetivos específicos desta pesquisa. Assim, as duas primeiras etapas do questionário visam obter consentimento das cooperativas para realizar a pesquisa e caracterizá-las, como também, traçar o perfil dos seus respondentes os quais a representam. A terceira etapa do questionário consiste em poder avaliar se nessas cooperativas mineiras há desenvolvimento de projetos e/ou ações voltadas para a comunidade onde estão inseridas. A princípio, buscou-se saber sobre projetos e/ou ações de modo geral e em seguida buscou-se investigar se estes projetos e/ou ações são voltados para a educação financeira. A última etapa do questionário busca então avaliar se esses projetos e/ou ações desenvolvidas pelas cooperativas de crédito são promotoras de ações socialmente inovadoras voltadas para a resolução de problemas relacionados à educação financeira comunitária e busca igualmente caracterizá-las, como também permite propor a reflexão a respeito da capacidade delas se tornarem fatores de inovação à luz do isomorfismo institucional.

Para enriquecer a pesquisa, foi realizada uma etapa qualitativa onde foi possível traçar as características dos projetos e/ou ações sobre educação financeira que foram desenvolvidas pelas cooperativas respondentes do questionário. Isso foi possível, pois o questionário buscou investigar quais teriam sido essas iniciativas ao pedir para que os respondentes citassem os nomes dos projetos e/ou mencionassem as ações que teriam sido realizadas nos últimos cinco anos em seu âmbito.

A partir das respostas foi criada uma tabela onde foram listadas todas as respostas. A partir dela, foram selecionados cinco projetos mencionados por diferentes critérios de escolha. Foram escolhidos projetos mencionados por mais de um respondente, como também aqueles os quais soaram como originários da cooperativa. A partir da escolha realizada, para cada projeto, era realizada uma busca nas plataformas de pesquisa disponíveis na *internet*. Assim, em um campo de busca, o nome de cada projeto, individualmente, foi ali inserido. O resultado disso foi o surgimento de notícias sobre o assunto indicado no campo de busca. Ao clicar no *link* de notícias o *site* foi redirecionado para o Portal da Cooperativa a qual desenvolveu o projeto. Dessa forma, foi possível obter conhecimento sobre cada projeto

mencionado. Os *sites* oficiais da cooperativa e o *site* das instituições representativas, como o do Instituto SICCOOB, por exemplo, foram fontes de excelência para permitir realizar esta etapa.

Norteou a análise dos questionários as possíveis repostas sobre a existência de projetos sobre educação financeira, se estes foram ou não implementados nas comunidades e quais são as características e impactos que os projetos apresentam.

Sobre a forma de análise de dados dos questionários, foram utilizadas as tabelas de frequência, pois algumas perguntas nele tiveram como opção de resposta escalas tipo Likert, que permitiram o cálculo de, estatísticas descritivas e a confecção de tabelas cruzadas. Por conseguinte, com base no retorno dos questionários e em consonância com o marco teórico do trabalho foi possível analisar se as cooperativas de crédito do Estado de Minas Gerais registradas na OCEMG podem ser consideradas como fator de inovação social no combate à ausência de educação financeira nas comunidades onde estão inseridas.

9 ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados provenientes da análise quantitativa e qualitativa realizada sobre as respostas enviadas pelas cooperativas de crédito mineiras. Com isso, pretende-se responder aos objetivos propostos e conseqüentemente ao problema de pesquisa.

De início, serão apresentados os dados coletados por meio da aplicação do questionário, sobretudo, quanto às características das cooperativas mineiras e o perfil dos respondentes. As respostas obtidas quanto a esse assunto serão apresentadas considerando os 36 retornos, ou seja, haverá apresentação dos resultados de acordo com a amostra coletada, atendendo-se nesse primeiro momento o primeiro objetivo específico desta pesquisa.

Após, serão expostos os dados a respeito das perguntas que objetivam identificar a existência (ou não) dos projetos e/ou ações desenvolvidas pelas cooperativas de crédito, primeiro de uma forma geral e em seguida se eles abordam sobre educação financeira. A análise terá a finalidade de responder ao segundo objetivo deste estudo. Nesse ponto, a análise será feita sob a ótica de três grandes amostras. A primeira amostra será composta pelas cooperativas que responderem “não” ao serem questionadas sobre a existência de projetos e/ou ações voltadas para o tema educação financeira nos últimos 5 anos, em seu âmbito; a segunda amostra será composta por aquelas que responderam “não sei” quanto ao mesmo questionamento e a última amostra será composta por aquelas cooperativas que responderam “sim” à mesma pergunta.

Isso se justifica, pois entre as cooperativas respondentes existem aquelas que indicam que há projetos e/ou ações sobre educação financeira, aquelas que afirmam não existir projetos e/ou ações nesse sentido e, por fim, aquelas que não sabem responder sobre a existência deles, tratando-se, portanto, de 3 amostras distintas dentro do total de respondentes.

Para as amostras que indicaram que não existem ou não sabem se existem esses projetos e/ou ações sobre a temática em análise, serão apresentados, por meio das tabelas de frequência, os resultados específicos dos motivos pelos quais acreditam que esses projetos e/ou ações não são desenvolvidos.

Após, tendo em vista a amostra sobre as cooperativas respondentes que indicam a existência dos projetos e/ou ações voltadas para o sobre educação financeira, foi possível verificar se essas ações e/ou projetos são potencialmente inovadores, considerando o recorte teórico de Caulier-Grice *et al.* (2012), atendendo-se aqui ao terceiro objetivo desta pesquisa. Por conseguinte, buscou caracterizar as ações socialmente inovadores com base na proposta de

Edward-Schachter *et al.* (2012) e analisar sua viabilidade à luz do isomorfismo institucional proposto por DiMaggio e Powell (2005) e sob a ótica das barreiras à inovação indicados por Betaglin (2017), neste ponto, alcançando o quarto objetivo específico do trabalho.

9.1 Caracterização das Cooperativas de Crédito respondentes do questionário

A primeira etapa do questionário é caracterizada pelo envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com a finalidade de demonstrar o rigor científico da pesquisa e assegurar aos respondentes a lisura do procedimento de coleta de dados. Diante disso, 100% dos respondentes concordaram com os termos propostos. Tão logo, a segunda etapa do questionário, caracterizada por 11 perguntas, objetivou coletar dados sobre a cooperativa e sobre o perfil do respondente com a finalidade de caracterizá-las. Então, as perguntas foram objetivas quanto ao ano de fundação da cooperativa, a localização do município de sua sede, as quais centrais cooperativas ela pertence, o número de cooperados, de funcionários e agências filiais. Em relação ao perfil do respondente foi questionado qual seu cargo ocupado na cooperativa, seu tempo de cargo, o gênero com o qual se identifica e sua formação acadêmica.

De início, a Tabela 1 demonstra o ano de fundação das cooperativas e onde elas estão localizadas no estado de Minas Gerais.

Tabela 1 – Ano de Fundação da Cooperativa e Regiões

Ano de fundação	Quantitativo	%
1968-1990	11	30,6
1990-1995	18	50,0
1996- 2005	7	19,4
Total	36	100,0
Região em Minas Gerais	Quantitativo	%
Vale do Mucuri	4	11,1
Região Metropolitana de BH	6	16,7
Zona da Mata	5	13,9
Alto do São Francisco	1	2,8
Sul	1	2,8
Vale do Jequitinhonha	1	2,8
Campos das Vertentes	2	5,6
Alto Paranaíba	1	2,8
Centro oeste	2	5,6
Frutal	2	5,6
Vale do Rio Doce	3	8,3
Triângulo Mineiro	3	8,3
Central	1	2,8
Norte	1	2,8
Oeste	1	2,8
Sudoeste	2	5,6

Total	36	100,0
-------	----	-------

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Depreende-se da Tabela 1 que metade das cooperativas respondentes (50,00%) foi fundada entre o período de 1990-1995 enquanto 30,6% surgiu entre 1968-1990, seguidas de 7% as quais foram fundadas entre 1996-2005. A Tabela 2 indica a localização do município da sede da cooperativa. Nela, nota-se que a maior parte das cooperativas respondentes localiza-se nas regiões metropolitana de Belo Horizonte/MG (16,7%), Zona da Mata (13,9%) e Vale do Mucuri (11,1%). A região do Triângulo Mineiro e do Vale do Rio Doce representam 8,3% das respondentes. As demais regiões mineiras foram representadas por 1 e 2 cooperativas de crédito que retornaram ao questionário, o que expressa 2,8% e 5,6% da amostra, respectivamente.

Em relação à quais Centrais Cooperativas as respondentes pertencem, tem-se que grande parte delas é pertencente à central SICOOB (72,2%) e 13,9% não pertence a qualquer central. A CREDIMINAS conta com 19,4% e a CECREMG com 11,1%. A UNICRED e a UNI SUDESTE detém, cada uma, 2,8% das cooperativas respondentes pertencentes à suas Centrais, conforme Tabela 2. Nesse caso foram permitidas respostas múltiplas e, como já exposto, a amostra dos respondentes é de 36 cooperativas. Assim, 8 cooperativas de crédito (22,22%) indicaram mais de uma resposta nessa questão.

Tabela 2 – Centrais Cooperativas as quais pertencem às cooperativas de crédito mineiras

Associada a Centrais Cooperativas (permite respostas múltiplas)	Número de cooperativas respondentes	%
SICOOB	26	72,2
CREDIMINAS	7	19,4
NENHUMA	5	13,9
CECREMGE	4	11,1
UNI SUDESTE	1	2,8
UNICRED	1	2,8

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Outro traço pesquisado para caracterizar o perfil da cooperativa respondente desta pesquisa foi sobre seu número de associados. Em geral, as cooperativas possuem muitos deles. Conforme é possível detalhar na Tabela 3, a maioria dos respondentes possui entre 5.001 a 10.000, 10.001 a 20.000 e 20.001 a 40.000 cooperados com, respectivamente 16,7%, 22,2% e 19,4% da amostra. Entre 3.001 a 5.000 cooperados há 19,4% das cooperativas e entre 500 a 1.000, 1.001 a 3000 cooperados há 19,4% das cooperativas. Apenas 2,8% delas possuem menos de 500 cooperados.

Tabela 3 – Número de cooperados

Número de cooperados na cooperativa	Número de cooperativas respondentes	%
224	1	2,8
de 500 a 1000	4	11,1
de 1001 a 3000	3	8,3
de 3001 a 5000	7	19,4
de 5001 a 10000	6	16,7
de 10001 a 20000	8	22,2
de 20001 a 40000	7	19,4
Total	36	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em relação ao número de funcionários existentes nas cooperativas (Tabela 4), tem-se que apenas 5 (13,9%) detêm 268 a 500 funcionários. A metade das respondentes possuem entre 47 a 90 ou entre 100 a 200 funcionários, com 9 cooperativas para cada quantia. As respostas ainda demonstram que existem 6 (16,7%) cooperativas com 25 a 40 funcionários, 3 (8,3%) cooperativas com 9 a 14 deles e 4 (11,1%) cooperativas com apenas 1 a 4 funcionários. Estas últimas podendo se caracterizar como pequenas em razão da quantidade de pessoas trabalhando nela.

Tabela 4 – Número de funcionários na cooperativa

Número de funcionários na cooperativa	Número de cooperativas respondentes	%
01 a 04	4	11,1
09 a 14	3	8,3
25 a 40	6	16,7
47 a 90	9	25,0
100 a 200	9	25,0
268 a 500	5	13,9
Total	36	100,0

Fonte: Elaborada pela autora 2022).

Por fim, ainda para traçar o perfil das cooperativas respondentes, foi questionado o número de agências a ela filiadas. As respostas foram variadas como se depreende da Tabela 5. Nota-se que 22,2% das respondentes possuem entre 21 a 27 agências filiadas. Em contrapartida, 13,9% não possuem nenhuma. Com uma agência filiada há 22,2% das cooperativas e as demais variam entre 2 a 5 (11,1%), 6 a 8 (19,4%) e 12 a 17 (11,1) agências filiadas dentro de Minas Gerais.

Tabela 5 – Agências filiadas das Cooperativas

Número de agências filiadas	Número de cooperativas respondentes	%
-----------------------------	-------------------------------------	---

0	5	13,9
1	8	22,2
2 a 5	4	11,1
6 a 8	7	19,4
12 a 17	4	11,1
21 a 27	8	22,2
Total	36	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em relação aos respondentes do questionário, isto é, àqueles que representaram suas cooperativas com o envio das respostas, tem-se que metade (50,0%) se identificou com o gênero feminino e a outra metade com o gênero masculino. Os cargos ocupados por essas pessoas são diversos, desde agente de atendimento até presidente da cooperativa, conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 – Cargos ocupados pelo respondente

Cargo ocupado na cooperativa	Número de respondentes	%
Gerente	9	25,0
Diretor	7	19,4
Outro	7	19,4
Agente administrativo	3	8,3
Presidente	2	5,6
Supervisor	2	5,6
Analista	2	5,6
Auxiliar administrativo	2	5,6
Agente de atendimento	2	5,6
Total	36	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nota-se que houve considerável participação de gerentes (25,0%) e diretores (19,4%) e pouca participação dos agentes de atendimento, auxiliares administrativos, presidentes e supervisores, cada um com 5,6% da amostra. Cerca de 8% dos respondentes são agentes administrativos e 19,4% deles responderam ocupar outro cargo na cooperativa. Quanto ao tempo de cargo ocupado pelo respondente, a Tabela 7 apresenta os seguintes resultados:

Tabela 7 – Tempo de cargo do respondente

Cargo ocupado na cooperativa	Número de respondentes	%
1 a 2 anos	11	30,6
2,5 a 4 anos	9	25,0
11 a 20 anos	4	11,1
21 a 28 anos	4	11,1
6 a 11 meses	4	11,1

6 a 10 anos	3	8,3
Não respondeu	1	2,8
Total	36	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A maior parte está na cooperativa entre os períodos de 1 a 2 anos e 2,5 a 4 anos com 11 (30,6%) e 9 (25,0%) dos 36 respondentes, respectivamente. Um respondente optou por não informar seu tempo de cargo, enquanto 4 deles (11,1%) estão há menos de 1 ano na cooperativa. Do restante, 4 respondentes estão há 11 a 20 anos e 4 (11,1%) ocupam o cargo há 21 a 28 anos. Os últimos 3 (8,3%) respondentes informaram que trabalham entre o período de 6 a 10 anos.

Diante das respostas obtidas, observa-se que as características médias traçadas das 36 cooperativas respondentes são fundadas, na maioria, no período entre 1990 – 1995, localizadas predominantemente na região metropolitana de Belo Horizonte e Zona da Mata mineira, sem olvidar a participação efetiva das cooperativas do Vale do Mucuri, uma vez que a origem da pesquisa parte desta região. Além disso, a maior parte delas é vinculada à central cooperativa SICOOB, contam majoritariamente com mais de 5.000 mil cooperados e podem alcançar até 40.000 associados. Possuem uma média entre 50 a 100 de funcionários e grande parte possui, no mínimo, 1 agência filial e, no máximo, 27 agências filiadas. Os cargos dos respondentes dentro das cooperativas são variáveis; é possível percebê-los desde o cargo de agente de atendimento à presidência da cooperativa. Grande parte está há mais de 1 ano na cooperativa e quase todos eles possuem ensino superior completo ou pós-graduação.

Visto as características gerais das cooperativas respondentes, passar-se-á a analisar sobre o que elas responderam a respeito da existência de projetos e/ou ações voltados para o tema educação financeira comunitária.

9.2 A existência de projetos e/ou ações voltados para a promoção de educação financeira comunitária

O questionário proposto para a realização da pesquisa buscou identificar se as cooperativas de crédito mineiras possuem projetos e/ou ações voltados para a promoção de educação financeira comunitária. Primeiro, foi questionado, na questão 1, se existem projetos e/ou ações sociais no âmbito da cooperativa. Só depois foi questionado se esses projetos e/ou ações são voltadas para educação financeira.

Nesse sentido, das 36 cooperativas respondentes, 34 (94,4%) responderam que “sim”, ou seja, a cooperativa de crédito que eles representam possui projetos e/ou ações sociais desenvolvidos para a comunidade na qual estão inseridas.

Para quem respondeu “sim” na questão 1 do questionário, foi questionado, a partir da questão 3, sobre a existência de normas específicas que incentivem a idealização desses projetos e/ou ações sociais. A questão 2 do questionário foi direcionada para as cooperativas que responderam “não” à questão 1. Feita essa consideração, as respostas da questão 3 é representada por 26 (72,2%) cooperativas as quais responderam que as normas existem, 7 (19,4%) indicaram que não há e 3 (8,3%) afirmaram não ter conhecimento sobre qualquer norma incentivadora, conforme Tabela 8.

Tabela 8– Existência de alguma norma específica incentivadora da idealização de projetos ou ações sociais voltadas para a comunidade

Resposta	Quantidade	(%)
Sim	26	72,2
Não	7	19,4
Não tenho conhecimento	3	8,3
Total	36	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em relação à frequência com que a cooperativa estimula esses projetos e/ou ações sociais, os resultados estão expostos na Tabela 9.

Tabela 9 – Frequência com a qual as cooperativas desenvolvem projetos e/ou ações

Resposta	Quantidade	(%)
Mensalmente	13	36,1
Anualmente	7	19,4
A cada trimestre	6	16,7
Esporadicamente	3	8,3
A cada semestre	2	5,6
Não se aplica	2	5,6
A cada bimestre	1	2,8
Com muita frequência	1	2,8
Sob demanda	1	2,8
Total	36	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Depreende-se da Tabela 9 que 13 (36,1%) das respondentes indicaram que desenvolvem esses trabalhos mensalmente, seguidas de 7 (19,4%) e 6 (16,7%) delas que realizam anualmente e a cada trimestre, respectivamente. Uma (2,8%) cooperativa respondeu que desenvolve projetos e/ou ações sociais com muita frequência, uma (2,8%) promove a cada

bimestre e uma (2,8%) realiza sob demanda. Esporadicamente e a cada semestre, tem-se que 3 (8,3%) e 2 (5,6) cooperativas realizam seus projetos e/ou ações, conforme Tabela 10.

Em relação a pessoa ou setor que desenvolve os projetos ou as ações sociais, obteve-se uma variedade de respostas, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Pessoa ou setor que idealiza os projetos e/ou ações nas cooperativas

Resposta	Quantidade	(%)
Diretoria da cooperativa	23	63,9
Equipe ou setor específico.	17	47,2
Representantes ou lideranças das comunidades locais.	6	16,7
Os associados da cooperativa.	4	11,1
Outro.	2	5,6
Não se aplica.	2	5,6

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nesse caso, foi possível obter respostas múltiplas do mesmo respondente. Diante disso, a maior parte das respostas considera ser a diretoria da cooperativa que idealiza os projetos e/ou ações, com 23 (63,9%) respostas nesse sentido. Outras 17 (47,2%) respostas indicam que existe uma equipe/setor específico para idealizá-los. Em sequência, 6 (16,7%) das respostas demonstram que os projetos e/ou ações são propostos por representantes ou lideranças das comunidades locais e 4 (11,1%) respostas são no sentido de que os próprios associados idealizam os projetos e/ou ações. Duas respostas apontam para “Outro” setor responsável por elaborar esse planejamento e 2 (5,6%) respostas foram no sentido de “não se aplica”.

Visto isso, é possível considerar que quase todas as cooperativas respondentes exercem algum tipo de projeto e/ou ação social, o que coaduna com o princípio da Preocupação com a Comunidade (Santos, *et al.*, 2014) o qual rege o cooperativismo, mas existem aquelas que ainda não ou não sabem se idealizam ou executam esse tipo de projeto.

Tendo em vista que houve cooperativas respondentes as quais indicaram “não existir” projetos e/ou ações voltados para educação financeira ou “não saberem” informar se eles existiram nos últimos 5 anos, procurou-se investigar os potenciais motivos pelos quais não foram desenvolvidos projetos e/ou ações nesse sentido.

Embora eles tenham indicado “não” ou “não sei” quando questionados se havia projetos e/ou ações sobre educação financeira no âmbito da cooperativa de crédito, isso não significa que inexistem qualquer tipo de projeto e/ou ações sociais desenvolvidas pela cooperativa. Isso se justifica, pois algumas cooperativas integrantes deste grupo, quando

questionados se consideraram que a cooperativa de crédito a qual representam possui projetos e/ou ações social, indicaram “sim” para a pergunta.

Em relação às cooperativas que responderam “não” sobre a existência de projetos e/ou ações sobre educação financeira nos últimos cinco anos, tem-se algumas considerações sobre quais podem ser os motivos para este fato, a partir da percepção dos respondentes.

A primeira premissa a ser considerada foi quanto à ausência de recursos humanos. Procurou-se identificar se essa falta pode ser um fator que impeça ou desestime projetos e/ou ações voltados para o tema educação financeira. Para Bataglin (2017) a ausência de recursos humanos é um fator de limitação à realização de medidas potencialmente inovadoras.

Contudo, excluindo-se as respostas neutras ou ausência de respostas, 20% das cooperativas respondentes indicaram que “discordam totalmente” dessa premissa, porém outras 20% concordam em partes com ela. Embora seja um fator de limitação proposto por Bataglin (2017), é possível indicar que a questão pode variar de acordo com a cooperativa, pois se para uma a ausência de projetos e/ou ações sobre educação financeira não é por falta de recursos humanos, para outras a ausência desse recurso pode contribuir para que os projetos e/ou ações não aconteçam.

A ausência de recursos financeiros também foi uma premissa avaliada para inferir se é um fator impeditivo na realização dos projetos e/ou ações voltados para a educação financeira comunitária. Nesse ponto, 80% dos respondentes desse grupo se mantiveram “neutro” ou “não responderem” o que indica que os respondentes não sabem correlacionar a ausência desses projetos e/ou ações com a falta de recursos financeiros. Contudo, 20% delas concordam totalmente com essa premissa e ninguém discorda totalmente ou parcialmente. Isso indica que a ausência de recursos financeiros pode ser um fator que contribua para a não idealização e/ou execução desses projetos e/ou ações, conforme expõe Bataglin (2017); ou os funcionários respondentes das cooperativas desse grupo não possuem conhecimento sobre recursos financeiros destinados ao financiamento desses projetos e/ou ações.

Outro fator a ser verificado é se há ausência de demandas por parte da diretoria da cooperativa nesse sentido. Nesse ponto, 40% das respondentes desse grupo “concordam totalmente” com essa premissa, seguidos de 20% que discordam totalmente. Dessa forma, há um indicativo de que a ausência de demanda da diretoria pode ser um fator determinante que não gera projetos/ações sobre educação financeira comunitária.

A inexistência dos projetos e/ou ações sobre educação financeira pode ser atribuída à ausência de demandas por parte dos associados, o que pode ser atribuído à resistência da comunidade a mudanças nos padrões convencionais; esta considerada como uma barreira à

inovação social proposta por Bataglin (2017). Isso porque, 60% das cooperativas respondentes concordam em partes ou totalmente com essa premissa, enquanto 20% discordam parcialmente e 20% não responderam a respeito do assunto. Assim, a maioria indica que os associados não manifestam sobre a necessidade de estarem envolvidos em projetos e/ou ações sobre esse assunto.

Em relação à possibilidade de identificar demandas da comunidade sobre o assunto educação financeira, não é possível precisar se esse motivo de fato seja impeditivo para a realização dos projetos e/ou ações sobre educação financeira, embora o estudo de Bataglin (2017) traga como barreira à implementação de medidas socialmente inovadoras a falta de qualificação dos atores sociais para identificar essas demandas. Enquanto 20% das cooperativas concordam totalmente com a premissa, 20%, ao contrário, discordam parcialmente dela. Isso pode significar que deve haver regiões que demandem sobre o assunto e outras que não haja interesse local notório a respeito da questão. Àqueles que permanecem neutros ou não responderam, pode-se atribuir ao não conhecimento sobre a participação da comunidade quanto ao assunto. Logo, esse pode ser um motivo que impeça a realização dos projetos e/ou ações a depender das necessidades da região à qual as cooperativas estão inseridas.

Quanto a variável sobre normas impeditivas para a realização dos projetos e/ou ações, tem-se que esta procura entender se existem normas que impedem a realização delas voltadas para educação financeira nos últimos cinco anos. O excesso de normas ou processos rígidos e muito formalizados são barreiras a iniciativas inovadoras (Bataglin, 2017) e processos isomórficos explanados por Dimaggio e Powell (2005). Com as respostas, pode-se inferir que a maior parte acredita que não seja esse o motivo pelo qual não há planejamento para esses projetos e/ou ações, pois 40% dos respondentes “discordam totalmente” dela. Como 40% indicou “neutro” ou “não respondeu” e apenas uma cooperativa concordou em partes com a premissa, há um indicativo que inexistem normas impeditivas para a realização dos projetos e/ou ações, não sendo esse o motivo que levaria a cooperativa a não planejar tais medidas.

A respeito da cooperativa não priorizar a realização desses projetos e/ou ações em seu âmbito é possível perceber que essa premissa pode ser verdadeira e este seja um dos motivos pelos quais não é possível incluir os projetos e/ou ações em seu planejamento podendo ser vista como uma resistência político institucional proposta por Bataglin (2017). Isso porque, embora 60% das cooperativas tenham se colocado como “neutro” ou “não respondeu”, 40% delas concordam totalmente ou em partes, isto é, não há qualquer respondente que tenha discordado da premissa.

Diante o exposto, para as cooperativas respondentes que consideram inexistir projetos e/ou ações voltadas para o tema educação financeira em seu âmbito, tem-se que os motivos que podem ser considerados como um fator determinante para a inaplicabilidade deles são: *i)* a ausência de prioridade nelas para incluir esse tipo de projetos e/ou ações em seu planejamento, *ii)* possibilidade de normas impeditivas para a realização desses projetos e/ou ações, *iii)* ausência de demanda por parte dos seus associados, como também ausência de recursos financeiros. Os demais motivos, embora não sejam determinantes para as cooperativas respondentes, podem, quando alinhados a outras questões, contribuir de certa forma para a inexistência dos projetos e/ou ações, de modo que eles variam de cooperativa para a cooperativa.

Para as cooperativas que responderam “não saber” se existiram projetos e/ou ações nos últimos 5 anos sobre educação financeira em seu âmbito é que eles podem ter existido, mas as respondentes não se recordam. Diante disso, as respondentes desse grupo não foram convidadas a avaliar as premissas a serem consideradas quando as cooperativas desenvolvem/idealizam esses projetos e/ou ações. Eventualmente, na hipótese de existirem, também não foi proposto às respondentes avaliar as premissas criadas para identificar se esses projetos e/ou ações poderiam ser consideradas como socialmente inovadoras.

Para fins deste trabalho, pretende-se investigar sobre projetos e/ou ações sobre educação financeira. Diante desse cenário passar-se-á a seguir detalhar os resultados nos próximos tópicos em relação ao grupo que respondeu sim sobre a existência de projetos e/ou ações voltados para o tema educação financeira, nos últimos 5 anos, em seu âmbito.

9.3 Análise do grupo de cooperativas que desenvolvem projetos e/ou ações voltados para a educação financeira comunitária

A partir daqui será apresentada a análise dos resultados que foram obtidos com o retorno do questionário respondido por representantes das cooperativas as quais indicaram “sim” quando questionadas sobre a existência de projetos e/ou ações voltados para o tema educação financeira nos últimos 5 anos, em seu âmbito.

Uma vez que essa amostra representa as cooperativas de crédito da OCEMG as quais possuem projetos sobre educação financeira ter-se-á a seguir os resultados da coleta de dados feita para caracterizar os projetos e/ou ações e em seguida analisar se as cooperativas de crédito mineiras são promotoras de ações socialmente inovadoras voltadas para a resolução de problemas relacionados à educação financeira nas comunidades por elas atendidas.

9.4 Percepções das cooperativas respondentes sobre a existência de projetos e/ou ações voltadas para o tema de educação financeira

Tendo em vista as respostas positivas sobre a existência de projetos e/ou ações sobre educação financeira, tem-se a seguir a descrição da caracterização desses projetos e/ou ações. Considerando a existência deles, as respondentes foram convidadas a avaliar as premissas que permitem traçar essas características, vide Tabela 11.

Tabela 11 – Caracterização dos projetos e/ou ações sobre educação financeira

Afirmativas	% de Concordância
A cooperativa de crédito considera importante ofertar projetos que abordem o tema educação financeira.	77,8
A cooperativa identifica a ausência de educação financeira como uma condição social deficiente da comunidade a qual está inserida.	69,4
A partir da identificação acima mencionada, a cooperativa se organiza e pensa nas ideias de combate ao problema.	72,2
Os projetos e/ou ações que abordam a educação financeira são voltados para todos os membros da comunidade.	69,4
Os projetos e/ou ações que abordam a educação financeira são voltados apenas para os funcionários.	55,5
Os projetos e/ou ações que abordam a educação financeira são voltados apenas para os cooperados	22,2

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados coletados (2022).

Como revela a Tabela 11, 77,8% dos respondentes afirmaram que suas cooperativas consideram importante ofertar projetos que abordem sobre educação financeira, o que demonstra categoricamente que, para as cooperativas dessa amostra, é importante ofertar esses projetos e/ou ações a respeito desse tema. Assim, é possível partir do pressuposto que por considera-los importantes, eles são desenvolvidos pela cooperativa.

Percentuais aproximados em concordância foram obtidos em relação a identificação da ausência de educação financeira ser vista como uma condição social deficiente da comunidade onde a cooperativa se localiza e que, a partir disso, a cooperativa se organiza e pensa nas ideias de combate ao problema. Inclusive, para Bataglin (2017), quando verificada a necessidade de promoção de aprendizagem compartilhada em um determinado local, tem-se um campo de incentivo à promoção de ações socialmente inovadoras. Por essa razão, justifica-se, com semelhanças de porcentagens de concordância, a afirmativa a qual indica que os projetos e/ou ações sobre educação financeira são realizados para todos os membros da

comunidade. A partir disso, é possível considerar ainda que o estímulo ao engajamento e a participação da população local, definidos por Bataglin (2017) como um fator de incentivo à prática de ações socialmente inovadoras, pode ser identificado quando as respondentes indicam que seus projetos e/ou ações sobre educação financeira são voltados para membros de sua comunidade.

As afirmativas que obtiveram menor porcentagem de concordância referem-se àquelas que consideraram que os projetos e/ou ações sobre educação financeira são voltados para os funcionários (55,5%) ou para os seus cooperados (22,2%).

9.5 Percepções das cooperativas sobre a frequência na realização de projetos e/ou ações sobre educação financeira e possíveis melhorias percebidas por elas

Nesta seção serão apresentados os resultados sobre a percepção das cooperativas respondentes quanto às possíveis melhorias percebidas na comunidade diante da aplicação dos projetos e/ou ações que abordam educação financeira. Também será demonstrado com que frequência as iniciativas são realizadas e a duração deles. A Tabela 12 expõe os resultados obtidos, senão vejamos.

Tabela 12 – Número de projetos realizados nos últimos 5 anos

Número de projetos realizados em 5 anos	%
Acima de 8	28,6
3-4	28,6
4-5	17,9
2-3	10,7
1	7,1
6-7	3,6
Não respondeu	3,6

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados coletados (2022).

Para essas respondentes, o número de projetos e/ou ações desenvolvidos, considerando os últimos 5 anos, é razoável, tendo em vista que a resposta da maioria é que as iniciativas são desenvolvidas entre 3-4 ou acima de 8 projetos. Contudo, há cooperativas que não conseguem exercer tantos deles em seu âmbito, mas não é possível inferir as razões disso.

Questionadas sobre as melhorias percebidas com a implementação dos projetos e/ou ações sobre educação financeira, foram percebidas algumas delas, conforme expostas na Tabela

13. As cooperativas puderam escolher mais de uma resposta para indicar as melhorias percebidas.

Tabela 13 – Melhorias identificadas com a realização de projetos e/ou ações sobre educação financeira

Melhorias identificadas	%
Aumento do número de investimentos em renda fixa ou variável pelos participantes	25,0
A cooperativa não mensurou estes efeitos	8,3
Não foram identificadas melhorias	8,3
A educação financeira para crianças e jovens	5,6
Redução na inadimplência dos participantes	5,6
Redução no endividamento total dos participantes	5,6

Fonte: elaborado pela autora com base na coleta de dados (2022).

Como se depreende da Tabela 13 as melhorias percebidas aos envolvidos nos projetos e/ou ações proporcionadas pelas cooperativas respondentes tem-se que seus representantes indicaram, dentre outras, *i*) o aumento do número de investimentos em renda fixa ou variável pelos participantes (25%), *ii*) a educação financeira para crianças e jovens (5,6%); *iii*) redução na inadimplência dos participantes (5,6%); e *iv*) redução no endividamento total dos participantes (5,6%). Para 8,3% dos respondentes foi afirmado que a cooperativa não mensurou estes efeitos e outros 8,3% disseram que não foram identificadas melhorias. As demais porcentagens implicam na menção a mais de uma melhoria identificada.

Além disso, os projetos e/ou ações sobre educação financeira possuem determinada duração, conforme apresentado na Tabela 14.

Tabela 14 – Duração dos projetos e/ou ações sobre educação financeira

Duração dos projetos	%
Entre 1 e 3 semanas	39,3
Menos de 1 semana	25,0
Acima de 8 semanas	17,9
Entre 4 e 8 semanas	10,7
Não respondeu	7,1

Fonte: elaborado pela autora com base na coleta de dados (2022)

A Tabela 14 reflete que os projetos e/ou ações sobre educação financeira, em sua maioria, possuem duração entre 1 e 3 semanas (39,3%) seguidos daqueles que são executados em menos de 1 semana (25,0%). Lado outro, são menos incidentes aquelas iniciativas que durem acima de 4 semanas.

Tendo em vista o exposto é possível tecer algumas considerações em relação às respostas obtidas, considerando as tabelas 12, 13 e 14. Quase todas as cooperativas

respondentes consideram por completo que é importante ofertar projetos e/ou ações sobre o tema educação financeira e muitas delas enxergam a ausência dessa educação como uma condição social deficiente da comunidade a qual está inserida, a propósito, considerada fator de incentivo a inovação social proposto por Bataglin (2017). Esse contexto incentiva a grande parte de cooperativas a organizar e pensar nas ideias de combate ao problema, o que corrobora com Maciel *et al.*, (2020) quando afirmam que as cooperativas são espaços relevantes para o desenvolvimento de iniciativas sociais.

Quanto aos destinatários desses projetos e/ou ações é possível inferir que a maioria também os faz voltados mais para todos os membros da comunidade do que para seus cooperados, e raramente para os seus funcionários, o que permite a integração dos atores locais (BATAGLIN, 2017). Das ações e/ou dos projetos desenvolvidos, poucas cooperativas consideraram não haver melhorias identificáveis na execução deles. Em contrapartida as melhorias mais identificadas certamente foram o aumento do número de investimentos em renda fixa ou variável pelos participantes dos projetos e/ou ações, redução de inadimplência e redução no endividamento total deles. Destaca-se que as respondentes trouxeram informações sobre a melhoria da educação financeira para crianças e jovens e também na educação para a economia familiar, todas elas percebidas diante das execuções dos projetos e/ou ações voltada ao tema educação financeira.

9.6 Projetos desenvolvidos por algumas cooperativas da amostra

Das 28 cooperativas que compõem a amostra daquelas em que houve desenvolvimento de projetos e/ou ações voltadas para o tema educação financeira, 27 responderam totalmente ou parcialmente a questão 8 do questionário, qual seja, “favor citar, dentre as mais relevantes, até três projetos ou ações sobre educação financeira que foram promovidos pela Cooperativa nos últimos 5 anos”. A resposta total será considerada para aquelas cooperativas que citaram até ou mais de três projetos e/ou ações relevantes ocorridos em seu âmbito enquanto a resposta parcial considerará aquelas que indicaram ao menos um projeto e/ou ação ou indicaram resposta diversa, conforme demonstrado a seguir. Por outro lado, uma das 28 cooperativas deixou a questão em branco.

Nesse contexto, das 27 respondentes, 3 destas não souberam ou não puderam informar quais foram os projetos desenvolvidos; ou não conseguiram responder à pergunta por não saber exatamente quais foram os projetos, mesmo sabendo que eles existiram no âmbito de sua cooperativa (vide outras respostas do questionário).

Assim, dentre as respondentes, alguns projetos foram listados como “Projeto Financinhas”, “Comitiva Ensinança”, “Movimento CoopEducação”, “Curso de Formação em Educação Cooperativa, Financeira e Empreendedora (COOFEM)”, “CredicarpaEduc”, “Projeto Jovem Transformador”, e outros, conforme expostos na Tabela 15 abaixo:

Tabela 15 – Projetos e/ou ações realizados pelas cooperativas respondentes

-
- Projeto Financinhas;
 - Comitiva Ensinança;
 - Movimento CoopEducação;
 - Curso de Formação em Educação Cooperativa, Financeira e Empreendedora (COOFEM);
 - CredicarpaEduc;
 - Projeto Jovem Transformador;
 - Semana ENEF
 - *Workshop* “Se liga Finanças”.
 - Palestras: “Você no Azul em 2022”; “Concurso Cultural”; “*Global Money Week*”; “Independência financeira para Mulheres”; “Como gastar menos do que ganha”; “Como se tornar um jovem independente”; “Eu mereço ter dinheiro – para meninas”.
 - Palestra: Educação Financeira (para empregados);
 - Palestra: Educação Financeira (para estudantes);
 - Palestra: Educação Financeira (para mulheres);
 - Teatros;
 - Reuniões com cooperados em situação de endividamento crítico;
 - Consultorias financeiras individuais.
 - Educação financeira nas escolas;
 - Educação financeira aos adolescentes da Fundação de Ensino Técnico Intensivo (FETI), em parceria com o Instituto Sicoob.
 - Treinamento de funcionários por meio de cursos oferecidos pela OCEMG/SESCOOP;
 - Realização de brincadeiras lúdicas com alunos nas escolas locais abordando sobre assuntos como poupança, realização de sonhos e futuro;
 - Participação na feira de benefícios da empregadora dos cooperados levando conteúdos sobre educação financeira.
 - Parceria Sicoob x Sebrae x Escolas;
 - Parceria Sicoob x Escolas;
 - Parceria Instituto Sicoob x Sicoob x Escolas.
 - Saúde financeira na prática.
 - Letramento Financeiro
 - Feira do Jovem Empreendedor
 - PDE - Programa Desenvolvimento Empresarial
 - GQC - Gestão com Qualidade no Campo.
 - Bate papo sobre cooperativismo.
-

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Quatro cooperativas associadas à central SICOOB indicaram ter realizado nos últimos 5 anos o “Projeto Financinhas” ou também conhecido como “Programa Financinhas”. Este projeto é financiado pelo Instituto SICOOB e suas cooperativas associadas podem executá-lo em seu âmbito. Em seguida, será abordado de forma mais detalhada sobre esse projeto.

9.6.1 Projeto Financinhas

Trata-se de uma coleção de livros, voltadas para crianças entre 6 a 12 anos, os quais abordam sobre temas pertinentes à educação financeira como poupança e planejamento, por exemplo, a SICOOB. O Manual da Coleção Financinhas dispõe que suas histórias fazem parte de um projeto contínuo sobre educação financeira. Nele também é orientado como os assuntos sobre o tema podem ser abordados em cada idade.

A cooperativa junto com determinada escola, integradas com a sociedade as quais se inserem, executa o projeto com o objetivo de desenvolver “comportamentos que auxiliam na criação de hábitos financeiros saudáveis” (GIFE, 2020). Segundo os dados disponíveis na descrição do projeto no *site* do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) a execução do “Projeto Financinhas” potencializa “o desenvolvimento da cidadania financeira aos ideais cooperativistas, que estão relacionados com uma concepção de aprendizagem apoiada na cooperação” e prática social que podem gerar mudanças de atitudes.

O projeto se desenvolve com a leitura dos livros para as crianças seguidos de atividades relacionadas às histórias contadas. Essas atividades consistem, por exemplo, na realização de rodas de conversa que promovem reflexões sobre o tema abordado naquela história contada (GIFE, 2020). Os livros que compõem o projeto são distintos entre si e buscam refletir sobre assuntos diferentes. São titulados como “Caio achou uma moedinha”; “Margô e Davi foram ao mercadinho” e “Miguel, Aninha e Dedé ganharam um dinheirinho”.

O primeiro livro trata sobre sonhos e o que fazer para conquista-los, sob o ponto de vista financeiro. A segunda história propõe refletir sobre a importância do orçamento e o porquê as crianças não podem ter tudo o que querem, também sob a ótica financeira. Assim, incentiva refletir sobre o planejamento financeiro. Por fim, o terceiro livro propõe refletir sobre as diferenças entre querer e precisar, compras por impulso e formas de gerar renda (PORTAL INSTITUTO SICOOB, 2018).

9.6.2 Projeto “Comitiva Ensino”

O projeto “Comitiva Ensino” foi considerado como um dos mais relevantes realizados na cooperativa respondente nos últimos 5 anos. É considerado como um projeto continuado e itinerante, voltados para crianças e adolescentes. Segundo o Portal Dia de Cooperar (2019) este projeto buscou “implementar a educação empreendedora, cooperativista e financeira em escolas do ensino fundamental e médio”. A ação fomenta o empreendedorismo entre jovens e estimula a sustentabilidade financeira e econômica, conforme o Portal Dia de

Cooperar. Além disso, indicam que a execução do projeto incluiu a criação de uma cooperativa virtual de produção e consumo.

A “Comitiva Ensinança” é desenvolvida no norte de Minas Gerais em parcerias com as escolas públicas da região e é considerado como uma “caravana educacional”. Ela acontece desde o ano de 2018, mas em 2020, o projeto teve o reconhecimento do Instituto Sicoob⁶, conforme notícia publicada no Portal Sicoob naquele mesmo ano. Além disso, o projeto também dissemina informação sobre o tema educação financeira, promove capacitação e aborda sobre a cultura cooperativista. Ele costuma acontecer no “Dia de Cooperar”, uma proposta do Sistema OCEMG e OCB que incentiva implementação de projetos e/ou ações que busquem desenvolvimento sustentável, educação de qualidade e redução das desigualdades sociais (SICOOB, 2020).

9.6.3 Movimento CoopEducação

Outro projeto indicado foi o “Movimento CoopEducação”. Segundo o Portal do Sicoob, o projeto em questão “propicia a educadores e educandos momentos de reflexão acerca do exercício da visão empreendedora balizada por princípios cooperativistas”. Os educadores capacitados pelo Movimento podem perpetuar seus conhecimentos sobre educação financeira e cooperativa em outras ações voluntárias para a comunidade. Exemplo disso é a notícia publicada no Portal da Prefeitura de Poços de Caldas/Minas Gerais a qual expõe as ações da equipe do Sicoob Sarom nas escolas daquela cidade. De acordo com a notícia:

A equipe do Sicoob Sarom ministrou palestra com o tema “As voltas que o dinheiro dá”, posicionando os educadores que já foram capacitados pelo Movimento CoopEducação sobre o papel do Sicoob Sarom como agente de desenvolvimento local e a importância de cada um para ativar a economia do município. Após o bate-papo, os educadores receberam o material pedagógico do programa para o desenvolvimento das ações nas 12 escolas parceiras (POÇOS DE CALDAS, 2022, p. 1)

Nota-se que o Movimento CoopEducação gera efeitos para além da cidade originária dele. Segundo as notícias, há satisfação dos envolvidos na participação dos programas realizados (PORTAL SICOOB, 2022).

9.6.4 Curso de Formação em Educação Cooperativa, Financeira e Empreendedora (COOFEM)

⁶ O reconhecimento do Instituto Sicoob consiste em uma autorização para utilizar o selo Instituto Sicoob, que tem por objetivo mapear, reconhecer e valorizar os projetos que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua.

Outro projeto é o “Curso de Formação em Educação Cooperativa, Financeira e Empreendedora (COOFEM)” desenvolvido para disseminar a cultura e a educação cooperativista, financeira e empreendedora. De acordo com o Portal do Sicoob (2022), o COOFEM é uma metodologia de ensino e foi inspirado com base nos princípios da “educação, informação e formação” e do “interesse pela comunidade” ou “preocupação com a comunidade”. Por meio de sua plataforma digital (COOFEM DIGITAL), capacitou e capacita educadores para desenvolver reflexões sobre a educação cooperativista, financeira e empreendedora, como já exposto.

O público alvo, destinatários dos educadores capacitados, são os jovens do ensino básico de educação, pois a cooperativa acredita que por meio dela e da cooperação é possível alcançar um futuro melhor. Portanto, é possível inferir que este projeto, assim como os demais mencionados anteriormente, utilizam as escolas como parceiras para a disseminação de assuntos sobre educação financeira que são capazes de empoderar crianças, adolescentes e jovens estimulando assim maior consciência social sobre o assunto. O COOFEM também teve reconhecimento do Instituto Sicoob no ano de 2020 (SICOOB, 2022).

9.6.5 Projeto CredicarpaEduc

O projeto “CredicarpaEduc” é uma parceria da cooperativa Sicoob Credicarpa com a Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba onde o público alvo são crianças e jovens da região (SICOOB, 2022). De acordo com o Portal (2022) os alunos aprendem sobre a história do cooperativismo e a importância da cooperação para uma vida em sociedade, mas não só. Ainda de acordo com o Portal, a cooperativa promotora do projeto, busca proporcionar aos associados e à comunidade uma “experiência financeira única atrelada ao compromisso de gerar o desenvolvimento sustentável da comunidade”.

Nesse caso, o projeto titulado como “CredicarpaEduc” não é voltado apenas para a educação financeira, como outros projetos mencionados acima. Contudo, as ações desenvolvidas dentro desse projeto podem afetar os conhecimentos de educação financeira, uma vez que as crianças e jovens podem refletir sobre alternativas financeiras mais justas (SICOOB, 2022).

9.6.6 Programa Jovem Transformador e Workshop Circuito das Finanças

O Programa Jovem Transformador foi um curso desenvolvido em 2020 no norte de Minas Gerais sobre cooperativismo e educação financeira. Ele é caracterizado por disponibilizar aulas *online* sobre o tema para àqueles que realizam as inscrições, conforme Portal Sicoob (2022). Ainda, o a cooperativa respondente indicou que realizou, nos últimos cinco anos, o *workshop* “Se Liga nas Finanças”. Esse projeto foi criado no ano de 2017 e também tem como público alvo os jovens. O *workshop* propõe colaborar com os jovens que começaram a se inserir no mercado de trabalho ajudando-os com planejamento financeiro. Em 2021 o projeto foi desenvolvido 100% *online* em razão da Pandemia Covid 19 e é composto por seis módulos, com 32 vídeos, organizado em plataforma EAD (SICOOB, 2022). O formato *online*, conforme noticia o Portal, “atende as necessidades do cotidiano desses jovens, que muitas vezes trabalham, estudam e ainda cuidam da casa, por exemplo”.

9.6.7 Outras considerações

Algumas cooperativas indicaram, ainda, a Semana ENEF como projetos desenvolvidos nos últimos 5 anos em seu âmbito. Contudo, como já exposto, a ENEF é uma iniciativa do Governo Federal para estimular a educação financeira (ENEF, 2021). Logo, não é uma idealização originária das cooperativas, mas é executado por elas, em parceria.

Esse tópico não pretende esgotar a apresentação de todos os projetos e/ou ações desenvolvidas pelas cooperativas, mas depreende-se da Tabela 17 que os acima expostos podem se enquadrar como projetos enquanto os demais podem ser considerados como ações sobre educação financeira. Nesse ponto, é importante destacar que o conceito considerado para definir projeto foi indicado no Questionário como aquele caracterizado por ações planejadas realizadas pela cooperativa que almejam benefícios sociais ou bem-estar coletivo. Os respondentes foram esclarecidos para considerarem projetos de forma diferente de ação. As ações são pontuais, muito embora planejadas pela cooperativa, não exigem controles e relatórios, por exemplo. Diante dessas considerações, é possível inferir que as ações mencionadas pelas cooperativas foram: promoções de palestras, *lives*, publicações sobre o tema em redes sociais, divulgação sobre o tema nas rádios, teatros e outros.

9.6.8 Percepções dos projetos e/ou ações como medidas socialmente inovadoras

Diante dos resultados, é possível tirar algumas conclusões desta amostra: o projeto Financinhas foi o mais citado nas respostas. Infere-se ainda que o maior público alvo dos projetos são as crianças, adolescentes e jovens, estes na fase do primeiro emprego ou iniciantes no empreendedorismo. Quase todos os projetos buscam empoderar esse grupo, por meio de capacitações e estímulos, a obter alfabetização financeira a fim de que esses indivíduos possam fazer escolhas financeiras mais conscientes e acertadas (SICOOB, 2022).

É possível deduzir ainda sobre quais são os atores sociais envolvidos na realização desses projetos e/ou ações, tendo em vista que as cooperativas de crédito podem ser consideradas um desses atores sociais (TARDIF; HARRISON, 2005). Além das próprias cooperativas, as escolas ou universidades foram os atores mais citados quando verificado como os projetos e/ou ações se desenvolvem. Isso demonstra que as cooperativas atuam de forma integrada com as comunidades as quais elas estão inseridas e desse modo toda a sociedade se beneficia com acesso a conhecimento. Dentre as respostas, apenas uma cooperativa mencionou sobre palestras sobre educação financeira para os funcionários da cooperativa, o que a torna uma exceção desta amostra, onde a maioria demonstra que membros da comunidade são beneficiados. As notícias publicadas e citadas anteriormente emitem o juízo de satisfação dos destinatários dos projetos, o que demonstra aspectos positivos da execução deles na comunidade (SICOOB, 2022).

Realizadas essas considerações, passa-se a identificar se os projetos e/ou ações voltadas para educação financeira podem ser consideradas como socialmente inovadoras. Para tanto, são considerados os cinco elementos propostos por Caulier-Grice *et al.* (2012) para que uma prática possa ser considerada como inovadora. Se presentes, tem-se que é possível identificar inovação social nos projetos mencionados pelas cooperativas.

De início, é possível verificar que os projetos mencionados buscam atender uma necessidade social da sua comunidade, primeiro elemento proposto por Caulier-Grice *et al.* (2012). Como exposto acima, a falta de conhecimento sobre educação financeira é identificada na comunidade onde as cooperativas desta amostra estão inseridas. A partir dessa carência, os projetos são idealizados. A novidade dos projetos, embora não sejam inéditos ou únicos, é identificada, esta sendo o segundo elemento proposto. Eles, além de proporcionarem novidades sobre o tema, são realizados de diversas maneiras distintas seja num projeto itinerante, seja na realização de *workshops*, *lives*, criação de livros lúdicos com histórias de reflexão sobre dinheiro, teatros, cursos *online*, iniciativas nas escolas, ou seja, diversas formas criativas e

diferentes para abordar sobre educação financeira e inserir o tema na comunidade (SICOOB, 2022).

A melhoria mensurável no local onde as medidas inovadoras são exercidas é o terceiro elemento para identificar os projetos e/ou ações como inovadoras, conforme Caulier-Grice *et al.* (2012). A melhoria é anunciada nas notícias do Sicoob (2022) quando divulgadas as informações sobre os efeitos positivos que as iniciativas proporcionam. A satisfação dos beneficiários e a continuidade dos projetos como os milhares de destinatários atingidos a cada ano é demonstrativo de que as melhorias decorrentes do empoderamento que esses projetos e/ou ações geram é possível de serem medidas quando verificado o número de pessoas atingidas com as iniciativas.

Ainda, para uma ação ser considerada como socialmente inovadora, na visão de Caulier-Grice *et al.* (2012), também deve constatar a implementação, ou seja, a aplicação prática dela. Os projetos não só são idealizados, mas são devidamente executados nas comunidades. Por fim, o quinto elemento proposto pelos autores é identificado nos projetos informados pelas cooperativas, pois todos eles têm como objetivo melhorar e fortalecer a capacidade da comunidade de agir com os conhecimentos obtidos. Por meio do acesso ao conhecimento, há aumento da capacitação dos beneficiários que podem agir de forma independente ao lidarem com dinheiro.

Dessa forma, numa análise qualitativa dos projetos e, diante do recorte teórico proposto por Caulier-Grice *et al.* (2012) é possível afirmar que as iniciativas tomadas pelas cooperativas desta amostra a respeito do tema Educação Financeira podem ser consideradas como socialmente inovadora por deter os cinco elementos essenciais capazes de definir uma ação como tal. Além disso, caracterizados alguns dos projetos mencionados pelas componentes desta amostra, ainda que de forma elementar, é possível perceber traços das características da inovação social neles. Diante disso, permite-se adentrar nesse assunto de forma específica no próximo tópico.

9.7 Caracterização das ações socialmente inovadoras voltadas para a educação financeira e reflexo dos processos isomórficos

Nesta seção serão apresentadas as potenciais características da inovação social mencionadas nos estudos de Edward-Schachter *et al.* (2012) que podem ser identificadas nos projetos e/ou ações desenvolvidos pelas cooperativas de crédito, integrantes desta amostra, que consideraram existir iniciativas sobre educação financeira em seu âmbito. As premissas postas

para avaliação dos respondentes foram construídas com base no construto criado a respeito da inovação social e suas principais características, tudo isso exposto no referencial teórico deste trabalho. Os resultados serão apresentados em Tabela a qual será descrita logo em seguida. Após a descrição dos resultados serão apontadas as características da inovação social mais identificadas nos projetos e/ou ações sobre educação financeira. Em contraponto, será proposta a reflexão a respeito da capacidade delas se tornarem fatores de inovação à luz do isomorfismo institucional.

Tabela 16 - Características da Inovação Social e Influência dos Processos Isomórficos

Afirmativas	% de Concordância
As ações ou projetos desenvolvidos pela cooperativa para a educação financeira na comunidade por ela atendida pode ser considerada algo inovador para aquele contexto	55,6
Com a aplicação dos projetos ou ações sobre educação financeira houve melhoria(s) no bem-estar coletivo da comunidade	55,6
Os beneficiários se sentem empoderados após as ações ou implantação dos projetos e ações sobre educação financeira	52,8
Os projetos ou as ações voltadas para a educação financeira envolve a capacitação dos beneficiários	52,8
Há um entendimento da direção da cooperativa de que o desenvolvimento de projetos ou ações voltadas para a educação financeira lhe dará maior sustentabilidade	50,0
Há algum estímulo externo por parte dos órgãos de representação para que a cooperativa desenvolva projetos ou ações voltados para educação financeira	47,2
Houve envolvimento dos destinatários no planejamento ou execução dos projetos ou ações sobre educação financeira	41,7
As normas de regulamentação do Banco Central incentivam a realização destes projetos ou ações, pois distinguem as cooperativas de outras instituições financeiras.	41,7
Tais ações ou projetos são desenvolvidos pela cooperativa tendo em vista a melhoria de sua imagem junto aos cooperados e comunidade por ela atendida.	41,7
O desenvolvimento deste (s) projetos ou ações sobre o tema educação financeira foi inspirado em outras cooperativas.	33,6
Falta capacitação técnica para desenvolver projetos ou ações sobre educação financeira na comunidade	33,6
É necessário que a iniciativa ou o projeto ou ação sobre educação financeira seja levada à votação na Assembleia para que sejam desenvolvidas.	22,2
Não há apoio financeiro para desenvolver projetos ou ações sobre educação financeira na comunidade.	22,2
Quando tem projetos ou ações, estas só são realizadas pelas cooperativas na Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF).	13,9
Tendo em vista a competição com as instituições financeiras tradicionais, a cooperativa de crédito deixa de desenvolver projetos ou ações voltadas para educação financeira.	11,1

Fonte: elaborada pela autora, a partir dos dados da pesquisa (2022).

Como se depreende da Tabela 16 a maioria absoluta das respondentes indicaram que concordam que os projetos e/ou ações sobre educação financeira são consideradas como soluções inovadoras nesse contexto (55,6%), como também os beneficiários dessas iniciativas se sentem empoderados em decorrência delas (52,8%) em razão da capacitação que esses projetos e/ou ações promovem (55,6%), proporcionando-lhes maior bem-estar coletivo (55,6%). A maioria ainda acredita que as cooperativas realizam os projetos e/ou ações sobre educação financeira reflete no aumento de sua sustentabilidade (50,0%).

Assemelham-se em porcentagens de concordância àquelas proposições que afirmam que existe estímulo externo por parte dos órgãos de representação para que as cooperativas de crédito desenvolvam as iniciativas sobre educação financeira (47,2%), como também existem normas de regulamentação do Banco Central que incentivam a realização dessas iniciativas (41,7%). Os destinatários participam da execução ou do planejamento dos projetos e/ou ações (41,7%) e estes proporcionam melhoria da imagem da cooperativa perante seus cooperados e comunidade (41,7%).

De modo intermediário, as cooperativas indicam concordância com as afirmativas as quais revelam que o desenvolvimento desses projetos e/ou ações foram inspirados em outras cooperativas (33,6%) e que muitas vezes eles não ocorrem em razão da falta de capacitação técnica dos seus elaboradores (33,6%). Poucas cooperativas concordam que esses projetos e/ou ações precisam ser levadas a Assembleia Geral para que sejam desenvolvidos (22,2%) e que não há tanto apoio financeiro para desenvolver essas iniciativas na comunidade (22,2%).

Por outro lado, poucos respondentes concordam que as cooperativas de crédito deixam de desenvolver os projetos e/ou ações sobre educação financeira em razão de competição entre elas e as instituições financeiras tradicionais (11,1%), assim como poucos concordam que os projetos e/ou ações só são realizadas na semana nacional de educação financeira (13,9%).

As afirmativas apresentadas na Tabela 16 acima buscam indicar as características da inovação social nos projetos e/ou ações voltadas para a educação financeira, como também as limitações para a ocorrência delas. Como exposto por Justen *et al.* (2018) a mensuração da inovação social é difícil justamente em razão do seu conceito amplo e, portanto, para identificá-la é necessário analisar o contexto, como também suas características. Dessa maneira, por meio das respostas das cooperativas participantes desta amostra, é possível vislumbrar algumas características da inovação social como a seguir expostas.

Como demonstrado, a maioria indicou que os projetos e/ou ações são considerados como inovador dentro da comunidade na qual a cooperativa está inserida. De acordo com

Edward-Schachter *et al.* (2012) a inovação social pode ser caracterizada pela existência de uma medida inovadora, não sendo necessariamente algo inédito, como apontam os autores, mas algo novo dentro daquele contexto. Ao analisar as iniciativas existentes expostas no tópico sobre a descrição de alguns dos projetos mencionados pelas respondentes é possível perceber, por meio das notícias publicadas no Portal Sicoob (2022), que as medidas realizadas são idealizadas e executadas intencionalmente por meio de atores sociais, na maioria dos casos, entre as cooperativas e as escolas (PORTAL SICOOB, 2022). Nesse ponto, corroboram Mulgan *et al.*, (2007); Bignetti, (2011) os quais indicam ser esta uma característica da inovação social a participação de atores sociais no desenvolvimento de medidas voltadas para a comunidade.

Nota-se que as atividades e serviços objetivam atender a uma necessidade social, qual seja, obter conhecimento sobre educação financeira e este aprendizado pode ser uma nova resposta a uma situação social desfavorável.

Além disso, é observada por grande parte das respondentes a melhoria do bem-estar coletivo da comunidade diante dos projetos estabelecidos. Para Edward-Schachter *et al.* (2012), a melhora do bem-estar coletivo é essencial para identificar uma ação socialmente inovadora. Conforme o Portal Sicoob (2022), os projetos são destinados, em sua maioria, aos membros da comunidade. Como consequência há um empoderamento deles e fortalecimento local diante das iniciativas propostas pelas cooperativas (BORGES *et al.*, 2020).

Uma parte da amostra considera que outra característica da inovação social presente nos projetos e/ou ações desenvolvidos por elas é a possibilidade dos destinatários se envolverem nessas iniciativas e assim coparticiparem com os atores sociais promotores das medidas inovadoras. Nesse ponto, corroboram Edward-Schachter *et al.* (2012), ao mencionar essa possibilidade como uma característica da inovação social. Quando alguns dos projetos foram expostos, notou-se a participação dos destinatários na execução dos projetos, mas naqueles projetos, nem todos os beneficiários faziam parte da sua idealização (PORTAL SICOOB, 2022). É possível considerar que isso justifique a razoável concordância com essa proposição. Por essa razão, essa característica inovadora não é identificada em todos os projetos e/ou ações voltadas para educação financeira.

A capacitação dos beneficiários é uma das características da inovação social identificada no estudo de Edward-Schachter *et al.* (2012). Neste caso, foi possível revelar que os respondentes concordam total ou parcialmente com o fato dessa capacitação dos destinatários ocorrer quando as iniciativas sobre disseminar conhecimento a respeito de educação financeira são realizadas. Nesse sentido, o Portal Sicoob (2022) divulgou que os resultados dos projetos e/ou ações desenvolvidas sobre educação financeira são positivos ao considerarem que os

destinatários ficam satisfeitos com as iniciativas e demonstram ter adquirido conhecimentos sobre o tema. Contudo, não é possível precisar o efeito prático desses projetos e/ou ações para os seus destinatários, pois eles são voltados para a obtenção de conhecimento, ou seja, não é possível precisar se os conhecimentos adquiridos são postos em prática pelos destinatários. O que se nota na apreciação desta premissa é como as cooperativas de crédito podem ser consideradas como agentes transformadores da comunidade onde se inserem (DIEL; SILVA, 2014; MACIEL *et al.*, 2020).

O empoderamento dos beneficiários é considerado pela maioria das cooperativas como resultado dos projetos e/ou ações desenvolvidas. A análise dos projetos permite observar um movimento de emancipação coletiva do público alvo deles a partir dos conhecimentos sobre educação financeira. As crianças, adolescentes e jovens podem ter maior controle das suas ações sob o ponto de vista financeiro (PORTAL SICOOB, 2022). Dessa forma, identificam-se igualmente as cooperativas como espaços promotores de capacidade de empoderamento de comunidades e pessoas (DIEL; SILVA, 2014; MACIEL *et al.*, 2020). As crianças, adolescentes e jovens foram identificadas como o maior destinatário dos projetos e/ações desenvolvidos pelas cooperativas desta amostra (PORTAL SICOOB, 2022). Contudo, não se exclui os demais públicos que também se empoderam quando munidos de informação sobre o tema. Assim, essa característica também está presente nas iniciativas realizadas pelas cooperativas.

Diante o exposto, a maior parte das características identificadas nos estudos de Edward-Schachter *et al.* (2012) podem estar presentes no desenvolvimento e na execução dos projetos e/ou ações considerando a maioria das respostas das 28 cooperativas integrantes como o aumento do bem-estar coletivo, empoderamento dos envolvidos e conseqüente maior participação deles nas cooperativas.

Por outro lado, diante das avaliações das demais premissas indicadas na Tabela 16 procurou-se identificar indícios de isomorfismo nas ações e/ou projetos desenvolvidos pelas cooperativas de crédito. Se por um lado as cooperativas visam contribuir com a capacitação e o empoderamento dos beneficiários de projetos e/ou ações (MACIEL *et al.*, 2020) e conseqüentemente objetivam fornecer às suas comunidades o conhecimento a respeito de educação financeira, por outro, elas podem não necessariamente fazerem por uma iniciativa própria.

Conforme se depreende das respostas, as respondentes indicam que a realização dos projetos e/ou ações sobre educação financeira foram inspiradas em outras cooperativas. Isso refletiria o processo de homogeneização definido por Dimaggio e Powell (2005). A partir do

conceito trazido pelos autores de que as organizações se assemelham às outras, com enfretamento do mesmo conjunto de condições, nota-se presença dessa homogeneização quando cooperativas se inspiram nas outras para promoverem os projetos e/ou ações. Desse modo ficam em conformidade perante o ambiente institucional garantindo-lhes legitimidade no sistema social (FREITAS; FREITAS, 2013).

Ainda, vislumbrou-se concordância com a afirmativa a qual indica que há normas emitidas pelo Banco Central as quais estimulam a idealização dessas iniciativas, inclusive por elas serem distintas das demais instituições financeiras. Nota-se que para os respondentes, as normas emitidas pelo Banco Central contribuem para a idealização e execução dos projetos e/ou ações. Conforme Mussi e Spuldaro (2008) ocorre, nesse caso, o isomorfismo normativo decorrente das normas onde as práticas consideradas como corretas são estimuladas pela regulamentação.

Embora grande parte das cooperativas tenham respondido que não realizam os projetos e/ou ações sobre educação financeira somente na Semana ENEF, este projeto foi mencionado mais de uma vez nas respostas da questão 8 do questionário. Algumas cooperativas, inclusive, indicaram a participação na Semana ENEF como única resposta. Nesse caso, ao indicarem a participação na Semana ENEF como único projeto desenvolvido pela cooperativa é possível vislumbrar a ocorrência do isomorfismo mimético apresentado por Freitas e Freitas (2013). Isso porque, para os autores, quando a organização não sabe como resolver uma questão, não encontram solução para determinada questão, preferem assumir uma postura de acordo com uma determinada organização, ou seja, implementam processos semelhantes à outra organização. A instituição da Semana ENEF, por exemplo, pode ser também considerada como um processo isomórfico sob a perspectiva de Freitas e Freitas (2013), pois ela se assemelha a uma matriz que direciona o desenvolvimento dos mesmos projetos para as demais instituições.

A ausência de capacitação técnica e a ausência de recursos financeiros foram premissas para avaliar se existem barreiras à inovação social que não sejam só processos isomórficos, pois, para Bataglin (2017), uma inovação social pode ser restringida em razão de determinados fatores. Nesse caso, para a maior parte dos respondentes, a ausência de apoio financeiro não é considerada como uma barreira à inovação social proposta por Bataglin (2017) e por Solov'eva, Popov, Caro-Gonzalez, Hua Li (2018).

Por outro lado, a falta de capacitação técnica para desenvolver os projetos e/ou ações sobre educação financeira é, para a maior parte dos respondentes, um fator de restrição à inovação sugerido por Bataglin (2017); Solov'eva, Popov, Caro-Gonzalez, Hua Li (2018).

Indica-se nesse ponto que medidas de capacitação dos proponentes das iniciativas sejam melhor desenvolvidas. Exemplo disso, é o projeto CoopEducação, que realiza a capacitação de pessoas que depois serão voluntários das ações das cooperativas (PORTAL SICOOB, 2022).

Alternativamente, premissas que buscam saber se a ocorrência dos projetos e/ou ações sobre educação financeira melhoram a imagem da cooperativa junto aos cooperados e a comunidade por ela atendida, como também se o desenvolvimento dessas iniciativas dará maior sustentabilidade para a cooperativa, permitem investigar se existem fatores de incentivo à inovação social propostas por Bataglin (2017). Para grande parte dos respondentes as cooperativas buscam melhorar sua imagem perante seus cooperados e sua comunidade. É possível perceber a satisfação dos beneficiários dos projetos com a cooperativa que os promove (PORTAL SICOOB, 2022), o que gera valores de cooperação e solidariedade, laços de confiança entre os atores locais e propósito e valores compartilhados entre os participantes (BATAGLIN, 2017).

Como já indicado, para a maioria absoluta das respondentes a promoção das iniciativas sobre educação financeira lhe dará maior sustentabilidade. A sustentabilidade no cooperativismo representa a essência dele, o ser cooperativo. E esse conceito reflete o princípio da sustentabilidade: o olhar responsável e comprometido diante do resultado de qualquer ação seja ela na gestão, na educação e na relação com a comunidade (DEL GRANDE, 2014). Assim, a busca por sustentabilidade pode ser um incentivo à promoção de ações socialmente inovadoras pelas cooperativas de crédito.

Assim, embora haja presença das características da inovação social e os projetos e/ou ações sobre educação financeira executada por cooperativas possam ser considerados como socialmente inovadores, certo que há influência dos processos isomórficos e determinadas barreiras que restringem a ideia de inovação social. Observou-se que, apesar das cooperativas de crédito mineiras atuarem em um campo fortemente estruturado, há margem para a realização das medidas, diante da identificação de significativas experiências de práticas socialmente inovadoras voltadas para educação financeira no âmbito comunitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido com o escopo de analisar a presença e as características de ações voltadas para o combate à ausência de educação financeira no âmbito comunitário, que podem ser classificadas como inovações sociais, realizadas pelas cooperativas de crédito registradas na Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG). Para tanto, foi apresentado referencial teórico a respeito dos temas sobre cooperativismo de crédito, educação financeira, inovação social e teoria institucional com a finalidade de estruturar a pesquisa do ponto de vista teórico. Ademais, o embasamento teórico acerca dos temas permite a conexão entre os eixos temáticos, incrementando as pesquisas que visam a complementação e ampliação de diferentes eixos, uma vez que a união deles possibilita alcançar os resultados propostos neste estudo.

Além disso, do ponto de vista metodológico, a pesquisa tem natureza quantitativa, embora tenha utilizado uma etapa qualitativa para enriquecer o debate. Com vistas a cumprir os objetivos principal e específicos, a coleta de informações foi baseada na aplicação de um questionário, o qual buscou atender a cada objetivo proposto. De início, foi necessário mapear as cooperativas de crédito para, a partir disso, criar-se uma amostra dentro do campo existente. A amostra foi criada a partir do agrupamento das cooperativas de crédito mineiras que responderam ao questionário aplicado. Com as respostas, as cooperativas de crédito foram separadas em três categorias: i) aquelas que responderam que desenvolvem projetos e ou ações voltadas para o tema educação financeira para a comunidade na qual está inserida; ii) aquelas que não desenvolvem esse tipo de projeto e iii) aquelas que não sabem dizer se suas cooperativas possuem projetos e/ou ações nesse sentido.

Sobre a forma de análise de dados dos questionários, foram utilizadas as tabelas de frequência, pois algumas perguntas nele tiveram como opção de resposta escalas tipo Likert, que permitiram o cálculo de estatísticas descritivas e a confecção de tabelas cruzadas. Por conseguinte, com base no retorno dos questionários e em consonância com o marco teórico do trabalho, mesmo que utilizada a amostragem não probabilística, foi possível analisar se as cooperativas de crédito do Estado de Minas Gerais registradas na OCEMG podem ser consideradas como fator de inovação social no combate à ausência de educação financeira nas comunidades onde estão inseridas.

Assim, verificou-se que as cooperativas de crédito, em sua maioria, demonstram relevância no desenvolvimento de práticas socialmente inovadoras voltadas para o combate à ausência de educação financeira nas comunidades onde atuam. Alinhadas ao Princípio da

Preocupação com a Comunidade, elas conseguem estimular iniciativas frente aos problemas sociais consistentes. Portanto, se confirma a premissa apresentada na introdução desta pesquisa na qual as cooperativas de crédito são consideradas importantes instrumentos de desenvolvimento econômico local. Embora nem todas as respondentes tenham afirmado que em seu âmbito há projetos e/ou ações sobre educação financeira, certo é que, quase toda a amostra indicou idealizar e executar projetos e/ou ações sociais para suas comunidades. Algumas características da inovação foram identificadas como seu caráter de novidade, capacidade de empoderamento dos destinatários das iniciativas, maior inclusão dos beneficiários com os atores sociais que desenvolvem ações socialmente inovadoras e aumento do bem-estar coletivo.

Assim, dentre os atores sociais que pode contribuir com o Estado na construção da cidadania e no fortalecimento de grupos, as cooperativas podem ser vistas como espaços de transformação. Para tanto, grande parte trabalha de forma integrada com outros atores como as escolas e voluntários, o que demonstra que a inovação social perpassa pelo reajuste dos papéis sociais, como também fortalece a comunidade local.

Dessa maneira, o trabalho iniciado em uma região tende a se expandir e ganhar notoriedade nacional. Cabe destacar que parte significativa das ações citadas se originam da articulação entre as organizações do cooperativismo de crédito brasileiro e suas cooperativas singulares, com destaque para o protagonismo do Instituto Sicoob e o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

Apesar de algumas destas práticas terem sido desenvolvidas por influência de forças isomórficas, também foram identificadas iniciativas individuais relevantes e originárias do contexto local onde pôde ser observada a satisfação dos beneficiários das ações desenvolvidas pelas cooperativas.

Deste modo, observou-se que, apesar das cooperativas de crédito mineiras atuarem em um campo fortemente estruturado, há margem para a realização das medidas, diante da identificação de significativas experiências de práticas socialmente inovadoras voltadas para educação financeira no âmbito comunitário, o que demonstra que as cooperativas de crédito podem promover ações socialmente inovadoras que estimulam a educação financeira nas suas comunidades.

A pesquisa apresenta limitações. Uma delas decorre da forma de amostragem por conveniência, e por essa razão seus resultados não podem ser generalizados para a população de cooperativas devido à forma de amostragem não probabilística. Isso porque não foram obtidos retornos consideráveis com a aplicação do questionário. Da amostra de 175

cooperativas cadastradas na OCEMG, 1 não disponibilizou qualquer informação de contato, o que permitiu o envio do primeiro e-mail de prospecção a 174 delas. Porém, esse primeiro contato via *e-mail* não foi positivo para a obtenção de respostas. Por essa razão as ligações se tornaram instrumento de extrema importância para prospectar respondentes. Ainda aqui a pesquisa se limita, pois só foi possível contatar 126 delas de forma efetiva. Os e-mails foram enviados de forma individualizada às 126 cooperativas que atenderam ao telefone e ainda assim destas 126 foi obtido 36 retornos.

É possível atribuir diferentes razões pelas quais os questionários não tenham sido respondidos. Embora os contatados via telefone tenham se disponibilizado para responder ao questionário, fatores como ausência de tempo, interesse ou até mesmo descrença na importância das pesquisas são potenciais justificativas que porventura fundamentam a inércia.

Outra limitação diz respeito à ausência de questionários respondidos na íntegra pelos respondentes, sobretudo quanto àqueles pertencentes ao grupo que respondeu “sim” sobre a existência de projetos e/ou ações sobre educação financeira desenvolvidas em seu âmbito. A falta de respostas limita a análise que já estava baseada em uma amostra pequena, o que não permite que mais conclusões possam ser retiradas.

Como sugestão para novas pesquisas, sugere-se estudos de casos em cooperativas de crédito não só para identificar se as ações ali promovidas podem ser consideradas como socialmente inovadoras, mas também para identificar aspectos da inovação social no processo de desenvolvimento desses projetos. Sugere-se ainda que projetos específicos sejam estudados com maior profundidade para levantar maiores detalhes sobre sua efetividade prática na comunidade. Além disso, foi demonstrado que as cooperativas, em sua maioria, possuem iniciativas voltadas para as comunidades as quais se inserem e não necessariamente essas iniciativas são sobre educação financeira. Nesse ponto, é possível propor novas pesquisas para identificarem sobre quais outros temas as cooperativas abordam ao executarem ações que se alinhem com o princípio da Preocupação com a Comunidade.

Pelo exposto, conclui-se esse trabalho com o entendimento da importância das cooperativas para a comunidade e da importância de alternativas socialmente inovadoras para combater e/ou mitigar determinado problema social. Assim, o trabalho integrado entre organizações sociais e o Estado é um caminho para descentralizar as responsabilidades sociais que o Estado, muitas vezes, carrega sozinho.

REFERÊNCIAS

ACI. 2018. Disponível em: <https://www.ica.coop/es>. Acesso em 19 fev. 2022.

AGOSTINI, M. R.; VIEIRA, L.; BOSSLE, M. B.. A inovação social como resposta aos vazios institucionais: uma perspectiva multidimensional. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 72-101, maio-jun. 2016.

AGOSTINI, M. R.; DA SILVA, P. M.; LANGOSKI, L. M. As dimensões da Inovação social: um estudo de caso no instituto Oncoguia. In **Connexio: Revista de Pesquisa e Extensão em Administração**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 73-87, 2015. ISSN 2236-8760.

AMARAL, A. Cooperativismo: breve história de uma alternativa de trabalho e renda. **Revista FAIPE**, Cuiabá, v. 9, n. 1, p. 70-84, jan./jun. 2019. ISSN 2179-9660.

ASHLEY, P. *Ética e responsabilidade nos negócios*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Livro.

BATAGLIN, J. C. Barreiras e facilitadores da inovação social: estudo de casos múltiplos no Brasil. 2017. **Tese (Doutorado em Administração)** - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BEGNIS, H. S. M.; AREND, S. C.; ESTIVALETE, V. de F. B. Em frente ao espelho: a produção do conhecimento em cooperativas na Revista de Economia e Sociologia Rural. *In: Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 52, n. 1, p. 99-116, Mar. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000100006>> Acesso em 13 abr. 2022.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por idéias, tendências e focos de pesquisa. *In: Revista das Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.4013/1040>> Acesso em: 19 fev. 2022.

BITTENCOURT, B. de L.; RONCONI, L. F. de A. Políticas de inovação social e desenvolvimento: o caso da Bolsa de Terras. *In: Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 5, p. 795-818. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000500795&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Jan. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil de 1988**, DF. 1988.

Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 26 de janeiro de 2022

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras

providências. Brasília, 16 de dezembro de 1971. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em 23 de novembro de 2021

BRASIL. **Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Brasília, 17 de abril de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp130.htm> Acesso em 23 de novembro de 2021.

_____. **Decreto Lei nº 979 de 06 de janeiro de 1903.** Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1903. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl979-1903.htm Acesso em: 23 de novembro de 2021

_____. **Decreto Lei nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010.** Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, 22 de dezembro de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm> Acesso em 21 de outubro de 2022.

_____. **Decreto Lei nº 10.393 de 9 de junho de 2020.** Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Brasília, 09 de junho de 2020. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.393%2C%20DE%209,Brasileiro%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20%2D%20FBEF> Acesso em 21 de outubro de 2022

BREITENBACH, J.D. Pesquisa em Educação Financeira no Brasil. **SENPE-Seminário Nacional de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 3, n. 1, 2020. ISSN 2675-8970.

BORGES, M. A.; DANDOLINI, G. A.; SOARES, A. L. O processo de formação de parcerias intersetoriais em iniciativas de inovação social em Portugal. *In: Análise Social*, v. 55, n. 234 (1, p. 118-143), 2020.

BUND, E; GERHARD, U.; HOELSCHER, M.; MILDENBERGER, G. A methodological framework for measuring social innovation. *Historical Social Research*, Vol. 40, No. 3 (153), Special Issue: Methods of innovation research: qualitative, quantitative and mixed methods approaches. (2015), pp. 48-78 *apud* JUSTEN, G.S.; CHEROBIM, A. P. M. S; SEGATTO, A. P. Métricas para inovação social: estudo acerca de possibilidades e limites para mensuração. **In: XX ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, 2018, São Paulo. Anais do XX ENGEMA, 2018.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C.; ALMEIDA, M. A.. Isomorfismo e práticas de gestão de custos: um estudo empírico entre empresas do porto digital a partir da teoria institucional. *In: Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 4, n. 1, p. 204-217, 2014.

CANÇADO, A. C. *et al.* Movimento e princípios cooperativistas: evoluções e reflexões para novos estudos. *In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JUNIOR, J. T. (Org.). Gestão social: aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. Princípios Cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. *In: Anais do 3º Encontro de Investigadores Latinoamericanos de Cooperativismo*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

CARPES, A.; MEYER, C. E. Isomorfismo Institucional na Adoção das Práticas de contabilidade gerencial nas cooperativas agropecuárias. *In: Anais do XXIV Congresso ANOPCONT*, Foz do Iguaçu/PR, 2020. Autor responsável: Carpes, A.

CARVALHO, C. A.; ANDRADE, J. A. de; MARIZ, L. A. Mudança na teoria institucional. *In: Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 2005.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. *In: Gestão & Org.*, v. 10, n. 3, p. 469-496, 2012. CAULIER-GRICE, J.; DAVIES, A.; NORMAN, W., R. & P.. Defining Social Innovation. Part 1. *In: The Young Foundation*. Europa, 2012.

CRUBELLATE, J. M. Três contribuições conceituais neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 11, n. SPE1, p. 199-222, 2007.

CUNHA, V. C.; GALLI, L. C. do L. A.; PRATES, G. A.; *et al.* Análise dos princípios do cooperativismo aplicados nas cooperativas de crédito: um estudo de caso na cooperativa do sistema Sicred. *In: III SITEFA Simpósio de Tecnologia*. Ed. V.3 n 1. O uso da tecnologia no compartilhamento de experiências e na aproximação entre pessoas. 2020, p. 302-312. Disponível em: <<https://doi.org/10.33635/sitefa.v3i1.121>>. Acesso em 16 mar. 2022.

DAINIENĖ, R.; DAGILIENĖ, L. Measurement of Social Innovation at Organisation's Level: Theoretical Issues. *In: Economics & Business*, v. 29, n. 1, 2016.

DAYSON, C. Social prescribing ‘plus’: a model of asset-based collaborative innovation? *People, Place and Policy*, v. 11, n. 2, p. 90-104, 2017 *apud* JUSTEN, G.S.; CHEROBIM, A. P. M. S. ; SEGATTO, A. P. . Métricas para inovação social: estudo acerca de possibilidades e limites para mensuração. *In: XX ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, 2018, São Paulo. Anais do XX ENGEMA, 2018.

DEL GRANDE, E. Cooperativismo e sustentabilidade. **AgroANALYSIS**, v. 34, n. 07, p. 42-42, 2014.

DIAS FILHO, J. M. **Gestão tributária na era da responsabilidade fiscal: Propostas para Otimizar a Curva da Receita Utilizando Conceitos da Semiótica e Regressão Logística, 2003**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DIEL, F. J.; SILVA, T. P. da. Análise da eficiência e o posicionamento do ranking das cooperativas de crédito do Brasil. *In: Interações (Campo Grande)* [online]. 2014, vol.15, n.1, pp.35-45. ISSN 1518-7012. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100004>> Acesso em 17 mai. 2022.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *In: RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DUTRA, P. H.; SANTOS, C. M.; DIAS, C. A.; HIGUCHI, A. K.. A estratégia de desenvolvimento local pela atuação em rede do poder público com as organizações da sociedade civil: uma revisão integrativa. *In: Research, Society and Development*, v. 9, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340909373_A_estrategia_de_desenvolvimento_local_pela_atuacao_em_rede_do_poder_publico_com_as_organizacoes_da_sociedade_civil_uma_revisao_integrativa> Acesso em 26 mar. 2022.

EDWARD-SCHACHTER, M. E.; MATTI, C. E.; ALCÁNTARA, E.. Fostering quality of life through social innovation: A living lab methodology study case. **Review of policy research**, v. 29, n. 6, p. 672-692, 2012.

ENSSLIN, S. R. *et al.* Processo de mapeamento das publicações científicas de um tema: portfólio bibliográfico e análise bibliométrica sobre avaliação de desempenho de cooperativas de produção agropecuária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, p. 587-608, 2014.

FAJARDO, S.; ROCHA, M. M. **Cooperativismo e contradições: o caso brasileiro**. Curitiba: CRV, 2018.

FARIA, P. D. P.; MENEZES, J. P. C. B.; FERREIRA, A. *Et al.* Fatores Determinantes do Acesso às Cooperativas de Crédito do Município de Teófilo Otoni-MG: uma Abordagem a Partir do Modelo Logit. *In: Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 4, n. 7, p. 127-143, 2017.

FEITOSA, M. J. da S.; SANO, H.; RAMOS, A. S. M. Barreiras e Indutores da Inovação Social: uma revisão sistemática de literatura. In: **Congresso Internacional de Administração ADM**, Ponta Grossa/PR, 2020. Disponível em: <https://admpg.com.br/2020/anais/arquivos/08282020_200814_5f4990f2021d1.pdf>

FILÉTI, G. de S.; PRIM, M. A.; DANDOLINI, G. A.. Inovação Social e Cooperativismo: Aliados na Inclusão Social. In: **Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – ciki**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/749>> Acesso em 14 fev. 2022.

FONSECA, S.; ANTONIAZZI, E. A.; NOVAK, M. A. L.. O Cooperativismo de Crédito: uma análise a partir da Resolução 4.434 do Banco Central, no sistema de crédito Cresol. In: **Revista de Administração**. v. 17, n. 31 (2019), pp. 21-41

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 999-1019, 2013.

GIFE. **Mosaico**. Disponível em: <<https://mosaico.gife.org.br/base-de-projetos/1605-programa-financinhas>>. Acesso 25 mai. 2022.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIONGO, C. R.; MONTEIRO; J. K.. Trabalho Cooperado na Suinocultura: emancipação ou precarização. In: **Psicologia, Ciência e Profissão**. 2015, p. 1206-1222. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1206>> Acesso em 25 nov. 2021.

GODOY, A. S.. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **RAE - Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995.

GOLLO, V.; SILVA, T. P. Eficiência no desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito brasileiras. **RCO**. v. 9, n. 25 (2015). Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/rco.v9i25.88099>>. Acesso em 25 fev.2022.

GOMES, A. J. Origem e evolução do cooperativismo no mundo e no brasil e sua contribuição para constituir o segmento educacional brasileiro. In: **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 12, p. 13-25, 2005.

GOMÉZ, G. L.; SOSA, F. A. P. Determinantes del isomorfismo institucional de las sociedades cooperativas de ahorro y préstamo em México. In: **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, n. 119, p. 77-106, 2015.

GREATTI, L.; MEURER, V.. Atuação das cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira no Brasil. *In: Enfoque: Reflexão Contábil*, vol. 40, num. 3, 2021. Set.-Dez. pp. 21-37. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v40i3.52027>. Acesso em 24 mai.2022.

GUERRA JÚNIOR, A. C.; TAVARE, T. R.. A prática da intercooperação no cooperativismo de crédito: um estudo de caso de uma agência compartilhada por quatro cooperativas de crédito de Minas Gerais. *In: Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC*. v. 7, Edição Especial, 2020. DOI: 10.5902/2359043240943.

HATCH, M. J. Organization theory: modern, symbolic, and postmodern perspectives. New York: Oxford University Press, 1997 *apud* MUSSI, F. B.; SPULDARO, J. D. Barreiras à inovação e a contribuição da perspectiva institucional: um estudo de múltiplos casos. *In: INMR - Innovation & Management Review*, v. 5, n. 1, p. 36-52, 2008.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. 2. ed. Porto Alegre: WS editor, 2000.

INSTITUTO, Sicoob. **Promoções de ações gratuitas de conscientização e gestão de finanças pessoais**. Portal do Cooperativismo Financeiro, 2018. Disponível em <https://cooperativismodecredito.coop.br/2018/05/instituto-sicoob-promove-acoes-gratuitas-de-conscientizacao-e-gestao-de-financas-pessoais/>. Acesso em 16 Mar. 2022.

JACQUES, E. R.; GONCALVES, F. de O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. *In: Econ. soc.* [online]. 2016, vol.25, n.2, pp. 489-509.

JULIANI, D. P.; JULIANI, J. P.; SOUZA; J. A.; HARGER, E. M.. Inovação social: perspectivas e desafios. *In: Revista Espacios*. vol. 35 (nº5), 2014, p. 23. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a14v35n05/14350423.html>> Acesso em 16 mai. 2022.

JUSTEN, G.S.; CHEROBIM, A. P. M. S.; SEGATTO, A. P. Métricas para inovação social: estudo acerca de possibilidades e limites para mensuração. *In: XX ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, 2018, São Paulo. Anais do XX ENGEMA, 2018.

KRLEV, G.; BUND, E.; MILDENBERGER, G. Measuring what matters — Indicators of social innovativeness on the national level. *Information Systems Management*, v. 31, n. 3, p. 200-224, 2014 *apud* JUSTEN, G.S.; CHEROBIM, A. P. M. S. ; SEGATTO, A. P. Métricas para inovação social: estudo acerca de possibilidades e limites para mensuração. *In: XX ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, 2018, São Paulo. Anais do XX ENGEMA, 2018.

LOPES, D. P. T. *et al.* Fatores determinantes da inovação gerencial – Uma proposta para análise e investigação. *In: Gestão e Sociedade*, v. 12, n. 33, 2018.
DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v12i33.2486>

LOPES, D. P. T. ; VIEIRA, N.. S.; BARBOSA, A. C. Q. ; PARENTE, C. C. R. . Inovação Gerencial e Inovação Social: pensando para além da inovação tecnológica. *In: XVI Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão da Tecnologia - ALTEC*, 2015.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; *et al.* **A Influência da Educação Financeira nas Decisões de Consumo e Investimento dos Indivíduos.** 9º SEMEAD. USP – 2010. São Paulo. Disponível em http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso em 15 mar. 2022.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V S da. Competitividade organizacional: conciliando padrões concorrenciais e padrões institucionais. *In: Administração contemporânea: perspectivas estratégicas.* São Paulo: Atlas, p. 27-39, 1999.

MACIEL, A. P. B.; SEIBERT, R. M.; SILVA, R. C. F.; WBATUBA, B. B. R.; SALLA, N. M. da C. Governança em Cooperativas: Aplicação em uma Cooperativa Agropecuária. *In: Rev. adm. contemp.* Curitiba, v. 22, n. 4, p. 600-619, Ago. 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552018000400600&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 mai. 2022.

MATIAS, A. B. *et al.* Bancos versus cooperativas de crédito: um estudo dos índices de eficiência e receita da prestação de serviços entre 2002 e 2012. *In: RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 15, n. 5, p. 195-223, 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, D. M.; FARIA, A. C. e FARINA; M. C. Cooperação e Poder na Qualidade do Relacionamento das Cooperativas de Crédito. *In: Revista de Administração Faces.* v. 15, n. 2 - abril/junho 2016. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/3092/0>. Acesso em 25 Mai. 2022.
MEDEIROS, C. B.; GALVÃO, C. E. de S.; CORREIA, S.; GÓMEZ, C. P. **Inovação Social além da tecnologia social: constructos em discussão.** RACE,, v. 16, n. 3, p. 957-982, set./dez. 2017

METTE, F. M. B.; DE MATOS, C. A.. Uma análise Bibliométrica dos estudos em educação financeira no Brasil e no Mundo. *In: Revista Interdisciplinar de Marketing*, v. 5, n. 1, p. 46-63, 2015.

MENEZES, A. **Nos Rumos da cooperativa e do cooperativismo**. Brasília: Confedbras, 2005.

MEYER, John W.; SCOTT, W. Richard. Organizational environments: Ritual and rationality. SAGE Publications, Incorporated, 1992 *apud* CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Gestão. Org**, v. 10, n. 3, p. 469-496, 2012.

MICHELS, V. **Uma contribuição à análise dos princípios de administração financeira aplicados a sociedades cooperativas de produção agrícola**. 2000.

MILAGRES, C. S. F.; AMOEDO, N. B. P.; SOUZA, D. N. Cooperativas e desenvolvimento de comunidades: promessas e decepções. **Revista de Ciências Humanas**, 1 (1), p. 34-78. Ano 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view>>. Acesso 22 nov. 2021.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Organizaciones institucionalizadas: la estructura formal como mito y ceremonia. El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional, *In*: DIMAGGIO, P. J; POWELL, W. W. **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica, p. 79-103, 2001.

MONTEIRO, A. **O que é inovação social? Maleabilidade conceitual e implicações práticas**. DADOS, Rio de Janeiro, vol 62(2) e:20170009, p. 1-39 2019.

MUSSI, F. B.; SPULDARO, J. D. Barreiras à inovação e a contribuição da perspectiva institucional: um estudo de múltiplos casos. *In*: **INMR - Innovation & Management Review**, v. 5, n. 1, p. 36-52, 2008.

NAMORADO, R. **Cooperativismo-história e horizontes**. Oficina do CES. 2007. Disponível em < <http://hdl.handle.net/10316/11091> > Acesso em 16 mai. 2022.

NETO, A. F.; GARCIA, S. Desenvolvimento Comunitário: princípios para ação. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.

OECD. Improving financial literacy: analysis of issues and policies. Paris: *In*: **Organization for Economic Cooperation and Development**, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL (OCB). **Somos Cooperativismo**, c2021. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/>>. Acesso em 19 mai. 2022.

_____. **Resolução nº 56/2019**. Regulamenta a classificação dos ramos do cooperativismo. Disponível em <<https://www.ocb.org.br/central-da-marca>>. Acesso 24 abr. 2022.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. *In: Cadernos Ebape*. Br, v. 4, p. 01-12, 2006.

PEREIRA, F.; CAVALCANTE, A.; CROCCO, M. Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro. *In: Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 2, p. 541-561, Ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182019000200541&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 mar. 2022

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINTO, F. C. Uma história do cooperativismo sob a perspectiva utópica. **ReAC – Revista de Administração e Contabilidade**. Faculdade Anísio Texeira (FAT), Feira de Santana – BA, v. 1, n. 1, p. 65-79, junho/dezembro, 2009. ISSN: 2177-8426. Disponível em: <http://reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/6/7>.>. Acesso em 15 mai. 2022.

PERIUS, V. F.. **Cooperativismo e lei**. Editora Unisinos, 2001.

POL, E.; VILLE, S.. **Social innovation or enduring term?** The Journal of Socio-Economics, v. 38, n. 1, p. 878-885, 2009.

PORTO, W. S.; RIBEIRO; M. T. J. de B.; ANJOS, L. C. M.; *et al.* Precisa sobrar mais: gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito brasileiras. *In: Pensar Contábil*, v. 22, n. 77, p. 34-44, jan./abr. 2020.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, v. 2, n. 4, 2018.

POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *In: RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

QUEIROZ, A. de S. L.; PIMENTEL, R. C. Responsabilidade social empresarial e o seu comportamento para o desenvolvimento social local. *In: Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 12, p.96.576 -96.593 dec. 2020. ISSN 2525- 8761.

RECH, D.. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 190.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**, 3ª Edição Editora Atlas SA São Paulo. 1999.

SANTOS, R. A.; CARVALHO, A.D.; PITOMBO, T. D. de T.; ZACCARIA, R. B.. Comunicação digital e a preocupação com a comunidade: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito de Araguaína. **REMark – Revista Brasileira de Marketing**, vol. 13, núm. 5, jul./set. 2014, pp 94-108, Universidade Nove de Julho, São Paulo. E-ISSN: 2177-5184 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471743743007>

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A.. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *In: Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, Dec. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai. 2022.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. *In: Cadernos Gestão Social*. v. 3, n 2, jul./dez. 2012.

SCHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SCHUTZ, E.; PICOLLI, I.; SEHNEM, S.; *et al.* Ações socioeducativas como prática de inovações sociais: um estudo de caso. *In: Desenvolvimento em Questão*, vol. 15, núm. 38, pp. 343-379, 2017, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.38.343-379>>. Acesso em 24 mar. 2022.

SCOPEL, D. C.; SANTOS, E. O.. A educação cooperativa como gerador de mudanças sociais: um estudo sobre a 6ª Semana da educação financeira na cidade de Itamaraju/BA. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**. Santa Maria, RS, v. 7, Edição Especial, 2020. Doi: 10.5902/2359043241725 ISSN: 2359-0432.

SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF). **Sobre a ENEF**, c2021. Disponível em <<https://semanaenef.gov.br/sobre/a-semana>>. Acesso em 25 fev. 2022.

SICCOOB. **Programa Comitiva Ensinança, do Sicoob Credinor, obtém acreditação nacional.** 2020. Disponível em https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/noticias/-/asset_publisher/xAioIawpOI5S/content/id/16707909. Acesso em 19 de mai. 2022.

SICCOOB. **Cooperativismo de Crédito.** c2020. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/cooperativismo-de-credito>. Acesso em 19 de mai. 2022.

SIMÃO, G. L. *et al.* Competitividade e Isomorfismo: análise do perfil estrutural e financeiro-contábil de grandes cooperativas agropecuárias brasileiras¹ Os autores agradecem o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). . *In: Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. 2017, v. 55, n. 1 [Acessado 15 Fevereiro 2022] , pp. 65-84. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550104>>. ISSN 1806-9479.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DE MINAS GERAIS, Sistema OCEMG. **Anuário 2021**, c2021. Disponível em <<https://sistemaocemg.coop.br/wp-content/uploads/2021/06/sistemaocemg.coop.br-publicacoes-final-anuario-de-informacoes-economicas-e-sociais-do-cooperativismo-mineiro-2021.pdf>> Acesso 22 mai. 2022.

SHETH, J.N.; RAM, S. Bringing innovation to market: how to break corporate and customer barriers. USA: John Wiley & Sons, 1987_ *apud* MUSSI, F. B.; SPULDARO, J. D. **Barreiras à inovação e a contribuição da perspectiva institucional: um estudo de múltiplos casos.** INMR - Innovation & Management Review, v. 5, n. 1, p. 36-52, 2008.

SOARES, F. P. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira.** (Doutorado). Orientador: Dr. Marcelo Tadeu Maumann Burgos. Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2017.

SOLOVEVA, T. S. *et al.* Social innovation in Spain, China and Russia: key aspects of development. *In: Economic and Social Changes: Facts, Trends, Forecast*, v. 11, n. 2, p. 52-68, 2018 DOI: 10.15838/esc.2018.2.56.4.

SOUZA, A. S. **Cooperativismo de crédito: realidades e perspectivas.** OCERJ – Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro, 1992 pp.1-144.

SOUZA, D. M.; SCHMIDT, D.. Comparativo de desempenho econômico-financeiro e social entre cooperativas de crédito e bancos comerciais privados não cooperativos. *In: Revista Eletrônica de Ciências Contábeis*, v. 9, n. 2, p. 79-100, 2020.

SOUZA, L. R. Panorama das cooperativas de crédito no Brasil. **Deusto Estudos Cooperativos**. Num. 17, Biblao, 2021 pp. 97-130. Disponível em <http://dec.revistas.deusto.es>>. Acesso em 18 mai. 2022.

SOUZA, M. I. S. *et al.* A livre adesão nas cooperativas de crédito: estamos captando cooperados ou correntistas? *In: Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 7, n 14, p. 151-166, 2020.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation del'innovationsociale au CRISES, in CRISES. *In: Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales*. Cahiers du CRISES. Québec, 2005. Disponível em <crises.uqam.ca/cahiers/et0513>. Acesso em 24 mai. 2022.

THESING, N. J.; SOUZA, L. M.; THOMAS, T. R.; NOGUEIRA, T. P.; SANTOS, V. L. Atuação do Conselho Fiscal no processo de governança em uma cooperativa de crédito. *In: Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd>.

TORLIG, E. G. *et al.* Inovação social em extensão universitária: percepção dos atores envolvidos quanto às práticas cocriativas e geração de valor. *In: Revista Eixo*, v. 10, n. 1, p. 94-105, 2021.

VIEIRA, N. dos S.; BARBOSA, A. CQ; PARENTE, C. Inovação Social em Rede: o caso do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável. *In: XI Congresso de Administração Sociedade e Inovação (CASI)*. 2018.

VIEIRA, N. dos S.; PARENTE, C.; BARBOSA, A. C. Q. **Terceiro setor, economia social e economia solidária: laboratório por excelência de inovação social**. *Sociologia*, Porto, n. 7, p. 100-121, dez. 2017.

VIEIRA, N. dos S.; RIBEIRO NETO, J. M.; CANÇADO, A. C.. Educação cooperativista e inovação social: o caso da Cooperativa de Trabalho de Pessoas com Deficiência e Familiares – COOPDEF. *In: Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*. v. 7, n. 14, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41195>> Acesso 19 dez. 2021.
VICENTE, S. C. da S.; PORTUGAL, M. **Isomorfismo coercitivo: as implicações das pressões institucionais no processo de aquisições de empresas brasileiras**. 2016.

WAKULICZ; G.; OLIVEIRA FILHO, J. T. de. **Legislação cooperativista**. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico; Rede e-Tec Brasil, 2015. 83 p.: il.; 28 cm ISBN 978-85-63573-83-4.

WESTLEY, F.; ANTADZE, N. Making a difference: Strategies for scaling social innovation for greater impact. *Innovation Journal*, v. 15, n. 2, 2010.

WISNIEWSKI, M. L. G. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. *In: Revista Intersaberes*. v. 6, n. 11, Curitiba, 2011; p 156-172. ISSN 1809-7286.

ZENI, M. A.; FUMAGALLI, L. A. W. A participação das cooperativas de crédito no desenvolvimento de pequenas cidades: o caso da mesorregião Sudoeste Paranaense. *In: Revista da FAE*, v. 22, n. 2, p. 47-62, 2019.

ZUCKER, L. G. Institutional Theories of Organization. *Annual Review of Sociology*, v. 13, p. 443-464, 1987 *apud* NASCIMENTO, Geuma Campos; RODRIGUES, Vagner Jaime Rodrigues Jaime; MEGLIORINI, Evandir. Conceitos da teoria institucional: fonte propulsora de evolução para a gestão de desempenho. *In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. 2010.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Conceito de projeto social: ações planejadas realizadas pela cooperativa que almejam benefícios sociais ou bem-estar coletivo (Esforços em marketing para promoção da imagem da cooperativa, que estejam ligados a uma causa social, não se incluem como projetos sociais). Considerar que projetos é diferente de ação, projetos é formalizado, tem definição de metas, planos de execução, controles e relatórios.

Conceito de Inovação social: ação social que pode ocorrer intencionalmente por meio de um ator (organização) que realiza atividades e serviços que objetivam atender a uma necessidade social, como uma nova resposta a uma situação social desfavorável que visa o bem-estar da comunidade.

Conceito de Novidade: algo original, que não foi aplicado anteriormente em ações que buscavam gerar benefícios sociais no contexto de atuação da cooperativa.

Nome da Cooperativa: _____
 Ano de fundação da cooperativa: _____
 Cargo na cooperativa: _____
 Tempo no Cargo: _____
 Sexo: _____
 Escolaridade / formação acadêmica: _____
 Município Sede da Cooperativa: _____
 Número de Cooperados da Cooperativa: _____
 Número de Funcionários da Cooperativa: _____
 Número de Agências filiadas: _____
 Associada a que Centrais Cooperativas? _____

PERGUNTAS FILTRO/GERAIS

1. Considero que cooperativa de crédito que represento possui projetos sociais desenvolvidos para a comunidade a qual está inserida?

Sim Não

2. Por qual(is) razão(ões) não são desenvolvidos projetos voltados para a comunidade? (Nesta questão é permitido optar por mais de uma alternativa)

- a) Não se aplica
- b) Ausência de recursos humanos
- c) Ausência de recursos financeiros
- d) Não identificação de demandas por parte da diretoria
- e) Não identificação de demandas por parte dos associados
- f) Não apresentação de demandas por parte da comunidade local
- g) Existe alguma norma específica que impede/limita a realização
- h) Identificação de outras prioridades
- i) Outro. Qual? _____

3. Há alguma norma específica incentivadora da idealização de projetos sociais voltados para a comunidade?

Sim Não

Qual (is): _____

Responder as perguntas 4 e 5 a seguir somente se a cooperativa executar algum tipo de projeto social.

4. Com qual frequência a cooperativa desenvolve projetos voltados para a comunidade na qual está inserida?

- a) Mensalmente
- b) A cada bimestre
- c) A cada trimestre
- d) A cada semestre
- e) Anualmente
- f) A cada dois anos.
- g) Entre três e quatro anos
- h) A cada cinco anos
- i) Esporadicamente
- j) Não se aplica
- k) Outro. Qual? _____

5. Os projetos são desenvolvidos por quem na cooperativa de crédito? (permite respostas múltiplas)

- a) A diretoria da cooperativa idealiza os projetos
- b) Existe uma equipe/setor específico para idealizá-los
- c) Os associados da cooperativa idealizam os projetos
- d) Os projetos são desenvolvidos por empresas terceirizadas
- e) Os projetos são propostos por representantes ou lideranças das comunidades locais
- f) Outro. Qual? _____

PERGUNTAS SOBRE OS PROJETOS e AÇÕES SOCIAIS VOLTADOS PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

6. Dentre os projetos e ações desenvolvidos e implementados nos últimos 5 anos há algum(ns) voltado(s) para o tema educação financeira no âmbito comunitário?

Sim Não Não sei

Se a resposta na questão 6 foi “não” ou “não sei”, é porque projetos ou ações voltados para o tema educação financeira inexistem ou, se existiram, não foram lembrados pelo respondente. Logo, avalie as premissas propostas no item 6.1 a seguir. Caso tenha optado pelo “sim” na questão 6, por favor, responda sobre as premissas apresentadas no item 6.2.

6.1. Acredito que as razões pelas quais os projetos não foram desenvolvidos seja:

Razões	Concordo Totalmente	Concordo em partes	Neutro	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Ausência de Recursos Humanos					
Ausência de recursos financeiro					

A não identificação de demandas por parte da diretoria					
A não identificação de demandas por parte dos associados					
A não identificação de demandas por parte da comunidade local.					
Existe norma específica que impede/limita a realização desses projetos sobre educação financeira.					
Não foram aplicados os projetos sobre educação financeira, porque existem outras prioridades para a cooperativa.					

Responder as perguntas a seguir somente se a cooperativa executar algum tipo de projeto social ou ações sobre educação financeira. Caso a cooperativa não possua projetos sociais ou ações voltados para esse tema, o questionário termina aqui! Agradecemos muito sua participação!

6.2. Se a resposta da questão 6 foi “sim”, é porque nos últimos 5 anos houve(m) projeto(os) voltado(os) para o tema educação financeira no âmbito comunitário. Assim, favor responder sobre as premissas apresentadas a seguir:

Premissas	Concordo Totalmente	Concordo em partes	Neutro	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
A cooperativa de crédito considera importante ofertar projetos que abordem o tema educação financeira.					
A cooperativa identifica a ausência de educação financeira como uma condição social deficiente da comunidade a qual está inserida.					
A partir da identificação acima mencionada, a cooperativa se organiza e pensa nas ideias de combate ao problema.					
Os projetos e/ou ações que abordam a educação financeira são voltados para todos os membros da comunidade.					
Os projetos e/ou ações que abordam a educação financeira são voltados apenas para os cooperados					
Os projetos e/ou ações que abordam a educação financeira são voltados apenas para os funcionários.					

7. Quantos projetos ou ações sobre educação financeira foram realizados pela cooperativa nos últimos 5 anos?

- a) 1-2
- b) 3-4
- c) 5-6
- d) 7-8
- e) acima de 9

8. Favor citar, dentre as mais relevantes, até três projetos ou ações sobre educação financeira que foram promovidos pela Cooperativa nos últimos 5 anos.

Sei que existiram, mas não posso citar quais foram eles.

9. Sobre os projetos e/ou ações voltados para a educação financeira, dentre as melhorias percebidas para os envolvidos estão: (permite respostas múltiplas)

- a) Aumento do número de investimentos em renda fixa ou variável pelos participantes
- b) Redução na inadimplência dos participantes
- c) Redução nos pedidos de empréstimo de curto prazo pelos participantes
- d) Redução no endividamento total dos participantes
- e) Outra. Qual? _____
- f) Não foram identificadas melhorias

10. Em média, quanto tempo duram as atividades proporcionadas aos destinatários dos projetos sobre educação financeira?

- a) 1- Menos de 1 semana
- b) 2 - Entre 1 e 3 semanas
- c) 3 - Entre 4 e 8 semanas
- d) 4 - Acima de 8 semanas

11. Por favor, complete a frase a seguir com a opção que, em sua opinião, melhor se encaixa na frase:

Nos projetos voltados/ações ao combate à ausência de educação financeira da comunidade, considero que foi desenvolvido algo novo para aquele contexto de atuação.

- a) 1- Em nenhum deles
- b) 2- Em algumas exceções
- c) 3 - Na minoria deles
- d) 4 - Em grande parte deles
- e) 5 - Em todos eles

12. Caso tenha sido implementado projeto(s) inovador(es) para o contexto de atuação da cooperativa voltados ao combate à ausência de educação financeira da comunidade, favor citar até três dentre as mais relevantes promovidos pela Cooperativa nos últimos 5 anos.

Em relação às ações citadas acima, considero que:

Considerações	Concordo Totalmente	Concordo em partes	Neutro	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não se aplica

As ações desenvolvidas pela cooperativa para a educação financeira na comunidade por ela atendida pode ser considerada algo inovador para aquele contexto.						
Com a aplicação dos projetos sobre educação financeira houve melhoria(s) no bem-estar coletivo da comunidade.						
Houve envolvimento dos destinatários no planejamento ou execução dos projetos/ações sobre educação financeira.						
Os projetos ou as ações voltados para a educação financeira envolve a capacitação dos beneficiários.						
Os beneficiários se sentem empoderados após as ações ou implantação dos projetos. e ações sobre educação financeira						
Os beneficiários se sentem mais incluídos na cooperativa e, logo, mais participativos após as ações ou implantação deste (s) projetos ou ações.						
O desenvolvimento deste (s) projetos/ações sobre o tema educação financeira foi inspirado em outras cooperativas.						
É necessário que a iniciativa ou o projeto sobre educação financeira seja levada à votação na Assembleia para que sejam desenvolvidas.						
Há algum estímulo externo por parte dos órgãos de representação para que a cooperativa desenvolva projetos ou ações voltados para educação financeira.						
Tendo em vista a competição com as instituições financeiras tradicionais, a cooperativa de crédito deixa de desenvolver projetos ou ações voltados para educação financeira.						
As normas de regulamentação do Banco Central incentivam a realização destes projetos ou ações, pois distinguem as cooperativas de outras instituições financeiras.						

Falta capacitação técnica para desenvolver projetos e ações sobre educação financeira na comunidade.						
Não há apoio financeiro para desenvolver projetos e ações sobre educação financeira na comunidade.						
Quando tem ações, estas só são realizadas pelas cooperativas na Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF).						
Tais ações ou projetos são desenvolvidos pela cooperativa tendo em vista a melhoria de sua imagem junto aos cooperados e comunidade por ela atendida.						
Há um entendimento da direção da cooperativa de que o desenvolvimento de projetos e ações voltadas para a educação financeira lhe dará maior sustentabilidade.						